

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**POBREZA RURAL E DESENVOLVIMENTO: UM
ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES *OUTE IN* NO
MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, MG**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Silvia Orsini de Assis

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**POBREZA RURAL E DESENVOLVIMENTO:
UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES *OUTE IN*
NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, MG**

Silvia Orsini de Assis

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Dinâmicas Sócio-ambientais e Estratégias de Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**POBREZA RURAL E DESENVOLVIMENTO:
UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES *OUT E IN*
NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, MG**

elaborada por
Silvia Orsini de Assis

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr.
(Presidente/Orientador)

Marcelo Miná Dias, Dr. (UFV)

Vicente Celestino Pires Silveira, PhD. (UFSM)

Santa Maria, 23 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Seguindo a trajetória do meu mestrado, primeiramente gostaria de agradecer à minha família (pai, mãe, avós, irmão), pelo amor infinito, pelas orações e por todo apoio para que eu atravessasse as fronteiras de Minas Gerais, rumo à terra querida do Rio Grande do Sul.

Àqueles que me acolheram sem medir esforços em Santa Maria: Julianni Dornelles, Diego, União dos estudantes, professora Dra. Vivien Diesel e Andréia Furtado.

Meu agradecimento especial àquela que me acolheu com todo carinho e se tornou uma grande amiga, D. Eloir Portella.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural pelas trocas de experiência e conhecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho, por ter me auxiliado a consolidar este trabalho, pela paciência, compreensão e amizade.

À minha colega Leliani Souza pela amizade, caronas e inesquecíveis madrugadas de estudo.

À turma do EaD da disciplina de Metodologias Participativas, do 1º semestre de 2009, pela valiosa experiência.

Ao secretário da Pós, Sr. João, por facilitar os tramites burocráticos, sempre “Feito!” no final. Que Deus abençoe você e sua família a superar os problemas.

À CAPES, pelo imprescindível apoio financeiro.

A todos os Secretários da Prefeitura Municipal de Ouro Branco (PMOB), pela gentileza e atenção durante as entrevistas.

Ao pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da PMOB por todo apoio, em especial à Secretária Thea Goulart, pela atenção, apoio e liberdade para coletar dados.

Ao veterinário Fábio e ao agrônomo Paulo, pelas caronas, paciência e disposição, indispensáveis na realização do meu trabalho de campo.

À comunidade Morro do Gabriel pelo acolhimento.

Aos professores Marcelo Miná e Vicente Silveira, pelas valiosas críticas e contribuições ao meu estudo.

Aos amigos canadenses, Gaile, Garry e Kelly Enns, que indiretamente contribuíram para este estudo, mostrando-me outras perspectivas sobre a pobreza, *I am glad to have met you, thank you!*

À minha grande amiga Thaís Veiga, por toda força e amizade.

Ao meu grande companheiro e futuro papai, Yuri Calil, por tantas coisas... Mas pelas atitudes de amor principalmente, capaz de fazer-nos superar os obstáculos juntos e proporcionar muitas alegrias nas nossas vidas.

Agradeço a Deus, pela força, por aliviar minhas dores, pela oportunidade de viver e pela prova constante de Amor.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

POBREZA RURAL E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES *OUT* E *IN* NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, MG

AUTORA: SILVIA ORSINI DE ASSIS

ORIENTADOR: MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 23 de setembro de 2011.

Esta dissertação aborda um estudo descritivo-analítico entre duas expressões sobre a pobreza: a *out* e a *in*. A primeira *out* é o conjunto das concepções visto por pessoas que vêem a pobreza de fora, não pertencendo a essa realidade; e a segunda expressão *in* se constitui na soma das percepções daqueles que são considerados os pobres. O objetivo dessa investigação é contribuir para o entendimento da mentalidade dos pobres rurais, valorizando as suas percepções sobre a pobreza e seus anseios em relação a uma sociedade desenvolvida. Para fundamentar a discussão, o trabalho expõe algumas noções críticas sobre questões de pobreza e desenvolvimento, enfatizando o contexto rural apontado tradicionalmente como o foco maior de pobreza. A metodologia utilizada se baseia no método qualitativo de Howard S. Becker e técnicas de pesquisa como a observação a campo, entrevistas semi-estruturadas e a análise de discurso. Este estudo identificou que os de fora pensam a pobreza como sendo a falta de materialidades e não se relaciona tão somente com a insuficiência de renda. Enquanto os pobres limitam a pobreza à falta de capacidade em conseguir um emprego, mas não acreditam que a pobreza está presente no seu meio. Há indícios de que o sentido da pobreza no campo foi modificado desde quando a história agrária começou a tomar outras direções, com características de maior liberdade e organização do trabalhador rural. O desenvolvimento das comunidades rurais vem se concebendo na realização das necessidades das pessoas, por sua vez satisfeitas nas relações humanas que preservam dentro dos seus espaços, diante atitudes de solidariedade, cooperação e reciprocidade. As percepções *in* não sentiram a expressão da pobreza a partir das percepções *out* e, portanto, a expressão não adquiriu o significado associado à palavra, o que significa que o estudo não encontrou um conceito em si para a pobreza que pudesse ser aplicado à realidade estudada. Isso implica na necessidade de se repensar o uso do termo e, também, é uma nova oportunidade de reforçar o entendimento sobre a pobreza a partir dos pobres (rurais), assim como servir de instrumento para atualizar as ideias que condizem à sua mentalidade.

Palavras-chave: Pobreza rural. Desenvolvimento rural. Percepção.

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Professional Graduation Program in Rural Extension
Universidade Federal de Santa Maria

RURAL POVERTY AND DEVELOPMENT: A STUDY ABOUT THE PERCEPTIONS OUT AND IN IN THE CITY OF OURO BRANCO, MG

AUTHOR: SILVIA ORSINI DE ASSIS

ADVISER: MARCO ANTONIO VERARDI FIALHO

Defense Place and Date: Santa Maria, September 23rd, 2011.

This research discusses about a descriptive-analytical study of two expressions on poverty: the out and in. The out expression represents the set of views seen by people who looks to poverty from outside, it means, they don't belong to that reality. The in expression represents the sum of perceptions of those who are took as poor, living poverty reality. The purpose of this research is to contribute to the understanding of the mentality of the rural poor. At same time seeks to enhancing their perceptions about poverty and yearning for a developed society. The study is based on the notions that cover critical issues of poverty and development. It emphasizes the rural context which is traditionally appointed as the major focus of poverty. The methodology was based on qualitative research, using techniques such as field observation, semi-structured interviews and discourse analysis. As a result, this study identified that outsider's thinks poverty as the lack of material goods and it is not related only to insufficient income. While the insider's thinks poverty as lack of ability to get a job, but do not believe that poverty is present in their environment. Among the findings of this study is reported that the meaning of poverty in the countryside has changed since when issues of agrarian history began to take other directions with greater freedom and rural workers organization. Poverty no longer expresses the real needs of people. Rural communities development has been conceived in fulfill of people's needs. These needs are satisfied in human relations preserved within their spaces, on attitudes of solidarity, cooperation and reciprocity. The "in" perceptions have not felt in the expression of poverty from the "out" perceptions and, therefore, the term did not acquire the exact meaning associated with the real word. In other words, the study didn't find a concept in itself of poverty that could be applied to the reality that was studied. This implies the necessity of rethink the uses of the poverty term. Not only emerge a new opportunity to enhance the understanding of poverty in the view of "poor" people, but also work as a tool to update the ideas that match this mentality.

Key words: Rural poverty. Rural development. Perception.

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice A – Imagens do Morro do Gabriel.....	122
---	-----

SUMÁRIO

UM BREVE RELATO SOBRE A PESQUISADORA, A PESQUISA E SUAS MOTIVAÇÕES	17
INTRODUÇÃO	21
1 POBREZA E DESENVOLVIMENTO: UMA REVISÃO DOS CONCEITOS E CRÍTICAS	29
1.1 A MAGNITUDE DO DESAFIO E OS INDICADORES TRADICIONAIS	29
1.2 AS CRÍTICAS AO INDICADOR TRADICIONAL E A PERSISTÊNCIA DO SEU USO	31
1.3 A IMPLICAÇÃO PARA A VIDA COTIDIANA	35
1.4 AS INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS SOBRE A POBREZA: OS PRÓS E OS CONTRAS	38
1.5 AS CAUSAS DA POBREZA RURAL	41
1.6 POBREZA NO BRASIL	42
1.6.1 <i>O início da atenção política à pobreza no Brasil</i>	43
1.6.2 <i>A pobreza “sem consenso”</i>	46
1.7 ATUALIDADES SOBRE A POBREZA RURAL	48
1.7.1 <i>Os pobres rurais do Brasil de hoje</i>	50
1.7.2 <i>Abordagem além da dicotomia pobre/não pobre rural</i>	53
1.8 O DESENVOLVIMENTO RURAL	54
1.8.1 <i>O desenvolvimento rural repensado</i>	56
1.9 OS DESAFIOS DO NOVO PENSAMENTO SOBRE POBREZA NO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	57
1.9.1 <i>Em direção a uma nova narrativa do desenvolvimento rural e à redução da pobreza</i>	59
2 A INVESTIGAÇÃO E OS MÉTODOS	61
2.1 O LOCAL DE ESTUDO	61
2.1.1 <i>Histórico</i>	62
2.1.2 <i>A Comunidade Morro do Gabriel</i>	64
2.2 REFERÊNCIA METODOLÓGICA	65
2.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	67
2.4 PESQUISA DOCUMENTAL – DADOS SECUNDÁRIOS	67
2.5 DADOS PRIMÁRIOS	68
2.5.1 <i>O método de observação a campo</i>	68
2.5.2 <i>O método da entrevista semi-estruturada</i>	69
2.5.2.1 <i>Informantes</i>	70
2.5.2.2 <i>Roteiro</i>	71
2.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	72
3 PERCEPÇÃO OUT DA POBREZA (RURAL) – AGENTES DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL	73
3.1 INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA	73
3.2 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	78
3.3 A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	83

3.4 OS NÍVEIS DE POBREZA (MUNICIPAL)	86
3.5 A POBREZA NO MEIO RURAL LOCAL: CARACTERIZAÇÃO	88
3.5.1 <i>A comunidade rural votada como a mais pobre</i>	91
3.6 A DEFINIÇÃO <i>OUT</i> DA POBREZA	92
4 PERCEPÇÃO <i>IN</i> DA POBREZA (RURAL) – COMUNIDADE MORRO DO GABRIEL	97
4.1 O QUE LEVOU AS FAMÍLIAS A MORAR E PERMANECER NO CAMPO	97
4.2 A PERCEPÇÃO LOCAL SOBRE AS MUDANÇAS NA VIDA RURAL	100
4.3 AS INSTITUIÇÕES DE APOIO E O SEU PAPEL	103
4.4 QUALIDADE DE VIDA SEGUNDO A COMUNIDADE	104
4.5 DESENVOLVIMENTO SEGUNDO OS “POBRES” RURAIS	105
4.6 A PERCEPÇÃO DE POBREZA PARA A COMUNIDADE	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
APÊNDICE A	122

Um breve relato sobre a pesquisadora, a pesquisa e suas motivações

Este trabalho se inspirou, em partes, no estudo “Vozes dos pobres” desenvolvido no Brasil, para compor um estudo mais amplo “Consultas com os pobres” do Banco Mundial. Ele foi realizado em nível estadual, anteriormente ao estudo do Banco Mundial alcançado em escala mundial. Este estudo, por sua vez, limitou-se a um local, Ouro Branco-MG, especialmente focalizado na Comunidade Morro do Gabriel.

Pessoalmente, durante os últimos três anos de graduação em Zootecnia, tive a oportunidade de colaborar em Projetos de Extensão com agricultores familiares que eram “pobres.” Bem, mas pobre era o que nós achávamos, não eles. Percebi ao longo do tempo que, como muitas outras famílias não necessariamente pobres, eles tinham dificuldades financeiras, mas isso não os impediam de trabalhar nem de interagir em projetos com as Instituições de pesquisa. Percebi, também, que não era fácil para aqueles agricultores familiares, ao mesmo tempo, “tocar” a produção diária, sem férias nem fim de semana, atender os pesquisadores quando precisavam e sustentar a família. É a família quem produz e administra seus bens, assim eles acabam desenvolvendo vários papéis na propriedade – proprietários, empresários, técnicos, empregados e, em geral, criadores de soluções para diversos problemas. Com ressalva de que a participação dos agricultores era presencial e intensa; de fato, por mais de 10 anos, esses agricultores passaram por um processo educativo-participativo em Sistemas Agroflorestais agroecológicos com uma Organização Não Governamental (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM) e foram aprendendo a ser participativos e críticos. E, portanto, nenhum projeto finalizava sem o aval do grupo de agricultores.

Paralelamente aos projetos, questionava a minha percepção sobre a pobreza “Onde eu estava vendo pobreza?” Ninguém imaginava que eles, agricultores de pequeno porte, exportavam seu café orgânico para Alemanha.

Então, a partir dessa experiência, comecei a repensar o processo da pobreza dentro da agricultura/pecuária, ou melhor, do meio rural. Não sou antropóloga tampouco socióloga, apenas uma observadora motivada em

entender por que uns conseguem superar a pobreza no campo e outros não; antes disso, queria saber sobre a relação estabelecida entre as nossas percepções e a dos produtores e vice-versa, e como esta relação poderia afetar o desenvolvimento dos trabalhos em conjunto (seja com as políticas públicas (PP), com os técnicos e pesquisadores, enfim com pessoas externas ao meio deles) e, conseqüentemente, o desenvolvimento do campo.

Já são conhecidos os riscos inerentes às atividades agropecuárias, mas nem todos lidam da mesma forma com esses. Os agricultores familiares têm suas próprias estratégias de ações para lidar com os riscos e com a falta de recursos (de natureza financeira, produtiva etc). Eles se apresentam dispostos a contribuir para as pesquisas, normalmente tentam colocar em prática as melhorias discutidas com pesquisadores; os financiamentos de crédito são bem-vindos e normalmente “bem-pagos”; o fato de serem os produtores e administradores do próprio empreendimento fez-me perceber, portanto, que esses agricultores têm uma relação diferenciada com a produção, além disso, têm um espírito avançado de cooperação, de forma que lhes permite compartilharem insumos, maquinarias e até mesmo animais de produção.

Em suma, refleti sobre meu parâmetro de pobreza e atinei para o fato que estava equivocado; os meus sentimentos sobre pobreza eram semelhantes ao da maioria: aquele povo simples, com um modo de falar peculiar, expressão triste e de pé no chão, muitas vezes ligada à favela, violência. Senti que as minhas percepções de pobreza para com a comunidade que não conhecia, e que depois passei a ter relações mais próximas, haviam mudado. “Mas o que viria a ser pobreza?” Questionei-me. Qual parâmetro seria o certo? Antes disso, existiria o certo?

As minhas percepções geravam um estereótipo de pobres e ficavam armazenadas no imaginário até vir à tona em situações em que me deparava com o fenômeno novamente. Isso sempre me causou “mal-estar”: um sentimento de medo e compaixão ao mesmo tempo.

Resolvi então investigar o meio rural da minha cidade – que é muito carente de pesquisas no setor rural – a fim de analisar a questão em debate. Não em forma de comparação com a minha experiência anterior em Araponga,

porque cada região guarda suas particularidades, mas escolhi analisar este jogo de percepções em um caso do meu município.

Já havia feito um estágio na Prefeitura para conhecer as 17 comunidades rurais do meu município de Ouro Branco antes de terminar a graduação, agora estava voltando para examinar melhor uma situação. Antes de formular o problema propriamente dito da pesquisa, passei quatro meses fazendo visitas a campo, por meio de caronas com o veterinário da Prefeitura que a Secretaria de Agricultura autorizou.

Observando a campo, não enxergava pobreza nas comunidades. Eu quase cheguei a mudar o local da pesquisa, uma vez que não me deparei com situações que pudessem caracterizar algum tipo de contraste nas condições de vida entre as comunidades rurais.

Revisamos a estratégia do trabalho a campo e resolvemos que iria realizar entrevistas semi-estruturadas, para compreender alguns conceitos trabalhados pelos proprietários do poder público referentes a pobreza e desenvolvimento, bem como saber qual comunidade era considerada *pobre* na percepção urbana.

A maioria dos entrevistados, escolhidos por ter uma forte representação na cidade e relevantes pela ligação com o campo e o conhecimento local, apontou a comunidade do Morro do Gabriel quase por unanimidade como *pobre*, com exceção de um entrevistado. Eu não havia ainda visitado esta comunidade, pois além de não demandarem muitas visitas técnicas, o acesso à comunidade é restrito por sua localização ser no topo da Serra do município e por ser inacessível no período das águas.

Essas limitações me induziram a pensar que a pobreza presente deveria estar relacionada com o isolamento da comunidade. Ao mesmo tempo, refleti que eu estava me deixando influenciar pelos discursos dos entrevistados, pois, de acordo com minha dedução, já havia concordado que a comunidade era pobre, contudo sem conhecê-la. Uma vez a comunidade apontada, fui ao seu encontro (com uma carona cedida pelo agrônomo da Emater) a fim de investigar como eles interpretariam questões sobre pobreza e desenvolvimento e, posteriormente, analisar as percepções advindas de dentro daquele grupo.

Para isso entrevistei um ou dois representantes de cada família residente no Morro do Gabriel, entre eles uma senhora, um senhor aposentado, dois senhores prestes a se aposentar e um casal adulto.

Assim, o objetivo da pesquisa foi contribuir para os estudos que visam aperfeiçoar o entendimento da mentalidade dos referidos como “pobres” para que políticas públicas possam ter resultados melhores quando direcionadas a este público. Para isso, o estudo analisa a relação, de um lado, das concepções da comunidade rural apontada como a mais pobre e, de outro, a visão dos responsáveis pelas políticas municipais – aqui denominamos Agentes do Desenvolvimento Urbano e Rural – que compartilham a ideia vista de fora pela população. Partimos da hipótese que a relação entre as percepções dos urbanos e da comunidade não são congruentes, e por causa disso devemos repensar o uso do termo pobreza.

INTRODUÇÃO

A palavra pobreza carrega muitas conotações diferentes. Existem tantas concepções de pobreza quantos são os seres humanos. Isso é algo que retrata a heterogeneidade de situações de *faltas*, onde se formou a base para compreender a pobreza em suas diferentes concepções.

Em 1999, uma Comissão Mista Especial do Senado foi organizada para definir diretrizes eficazes para erradicar a pobreza de renda no Brasil e reduzir a desigualdade social e regional. A intenção era propor soluções legislativas para o problema por meio de um estudo integrado e sistematizado sobre a pobreza brasileira, de forma a se tornar o assunto uma das máximas prioridades no Palácio do Congresso Nacional. Essa foi a primeira vez na história brasileira que a pobreza incluiu-se no centro da agenda política e ganhou certa autonomia no seu tratamento.

Celso Furtado contribuiu na ocasião com uma pesquisa sobre alguns aspectos que se julgou necessário saber sobre a temática no Brasil. O foco de pobreza abrangia na época 34% da população brasileira, isso significava que em torno de 54 milhões de indivíduos viviam com uma renda *per capita* inferior às linhas de pobreza.

A partir de então, os pobres passaram a receber uma atenção política no final de 90, quando os representantes dos Estados resolveram conhecer melhor o funcionamento da nossa pobreza. O tema passou a ser prioridade de ação na esfera governamental, e alguns Programas e Planos vêm sendo implementados desde então, na árdua tarefa de enfrentarem os problemas da pobreza. O desejo intrínseco dos gestores públicos (e quem sabe de todos nós), nesse caso, talvez seja simples: que a política pública consiga erradicar a pobreza.

O *start* geralmente dado a essa empreitada é conhecer a pobreza instalada no país – respondendo a famosa pergunta “O que é?”

Rocha nos esclarece que, antes de se saber o que é a pobreza, deve-se observar as peculiaridades do lugar: “Diferenças entre países, no que concerne ao nível de desenvolvimento socioeconômico atingido e a tradições culturais,

exigem a adoção de conceitos de pobreza que levem em conta suas especificidades.” (Rocha, 2003, p. 10).

Em outra visão, para Chambers (2002) a resposta à pergunta “O que é pobreza?” é “Essa é a pergunta errada.” Para o autor, a questão representa as nossas indagações pessoais, não a deles (os pobres). A pergunta dos que são pobres, marginalizados e vulneráveis é mais provável de ser para Chambers, em várias formas e linguagens com diferentes nuances, no seguinte sentido: O que você pode fazer para reduzir as nossas experiências ruins de vida e vivência e nos permitir atingir mais coisas boas da vida as quais aspiramos? A ideia do autor pode parecer oposta à de Rocha, mas nesse caso, no plano real elas são complementares, uma vez que os conceitos são basilares para compreender e analisar uma situação, e por isso uma mudança de ângulo no entendimento da pobreza pode representar mais uma peça para o quebra-cabeça.

Reconhecida como um fenômeno que inclui muitos elementos, além da renda monetária, a pobreza também pode ser considerada sob outras abordagens. No Brasil, o conceito ficou limitado à insuficiência de renda – os pobres são os indivíduos com renda familiar per capita abaixo das linhas de pobreza, que são variáveis ao custo de vida por região e local de residência (ROCHA, 2003).

Paradoxalmente, o relatório do Senado (1999) apontou que a insuficiência de renda não era a causa dos problemas da pobreza no Brasil, pois era um exercício de cálculo simples saber a quantia que o governo precisava despender com as pessoas para que elas atingissem o patamar mínimo da linha de pobreza, e o país dispunha de recursos suficientes para resolver esta questão numérica. O Brasil, portanto, não era pobre, mas desigual. “Diante dessa realidade, [...] o combate à pobreza requer uma estratégia própria, um conjunto de ações específicas, a serem desenvolvidas ao largo das políticas sociais de âmbito geral [...]” (Comissão Mista, 1999, p. 144).

A partir de 2002, as políticas de “combate” a pobreza foram focadas principalmente em políticas de transferência de renda, que visam nivelar a renda dos pobres em extremo ao menos até o patamar mínimo da linha de pobreza. Para Neder e Silva (2004, p.485):

“[...] a pobreza pode ser reduzida mais rapidamente através da distribuição de renda, então políticas de alívio da pobreza devem ser acompanhadas por programas de redução de desigualdades de renda.” Por outro lado, Caetano (2008) concluiu em seu estudo que em curto prazo realmente é possível abrandar o problema da desigualdade por meio da redistribuição de renda, especialmente a previdenciária. Entretanto, demonstrou que esse não é o meio mais eficaz de tratar as causas fundamentais do problema, devido aos recursos públicos ser escassos e a alocação dos investimentos públicos em educação, saúde e infraestrutura acabarem sendo prejudicadas pelos gastos com os benefícios previdenciários.

Segundo o Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Global do Banco Mundial (2010), em 2005 havia 18,3% da população brasileira vivendo abaixo da linha da pobreza internacional igual a 3,14 reais por dia (equivalente à linha de \$2 por dia); já no ano de 2007, encontrou-se 12,7% da população na mesma situação. Portanto, se fosse calculada a redução em termos numéricos do número de pobres no país, encontrar-se-ia uma redução de 60%, aproximadamente, considerando o período 1997-2005.

Um avanço foi alcançado, porém segundo o IBGE (2010), 8,5% da população, equivalente a 16,2 milhões de pessoas do país, ainda se encontram abaixo da nova linha de pobreza (R\$70 mensais hoje); destes, 46,7% estão localizados em áreas rurais. Há estudiosos que acham que este valor é bem superior, principalmente por questões relacionadas à contagem da população rural. Por exemplo, de acordo com Favareto, a população rural brasileira poderia ser de 30% aproximadamente, se o país utilizasse critérios mais amplamente aceitos na comunidade internacional (GERMANO, 2011). Com isso, a população rural não estaria em declínio, como apontou os últimos dados do IBGE, e sim estável, o que leva a crer que o número de pobres rurais seria maior.

Em busca de reflexões mais apuradas sobre projetos que visam amenizar a pobreza rural (como é o caso do Projeto de Combate à Pobreza Rural, PCPR, implantado principalmente na região Nordeste), Buarque (2006) ressalta a baixa eficácia desses projetos, tendo em vista a falta de resultados contundentes, como o abaixamento do número de pobres – contrastando ao otimismo dos dados lançados pelo governo.

Já no PCPR desenvolvido no Ceará, percebeu-se uma extensão da compreensão sobre pobreza quando da mudança de pessoas nos cargos políticos, todavia o conceito de insuficiência de renda prevaleceu na operacionalização das políticas públicas (SOUSA, 2009).

É pertinente a colocação de Buarque aqui, em que expõe uma das causas do insucesso das políticas: “[...] a persistência de percentuais elevados de pobres na sociedade é a expressão direta dos estilos de desenvolvimento e dos fracassos de estratégias e planos de desenvolvimento.” (Buarque, 2006, p.59).

Seriam peremptórios para Buarque os esforços realizados no enfrentamento da pobreza contemplar análises mais amplas, no plano macro do sistema econômico e político. Independente do modelo de desenvolvimento da sociedade, é amplamente aceito que os projetos de alcance local e de curto período de duração têm um papel importante na moderação dos problemas de pobreza em amplitude e escala..

A elaboração participativa de planos e projetos de desenvolvimento local pode contribuir para potencializar a capacidade de uma comunidade interpretar a realidade e tomar decisões diante dos desafios. Essa capacidade, denominada *aprendizagem social*, fortalece a sociedade e apura as iniciativas e as ações para enfrentar as dificuldades e promover mudanças (BUARQUE, 2006). Para isso, precisamos nos interar sobre o(s) elemento(s) que determina(m) o comportamento da sociedade para que os planos e projetos não continuem a fracassar. O principal elemento nesse sentido seria a *mentalidade*, entendida aqui como o conjunto das ideias que refletem nas percepções de uma sociedade (FIALHO, 2005).

O estudo inspirador deste trabalho foi *Vozes dos pobres*, um estudo feito em escala mundial lançado pelo Banco Mundial, sendo que uma parte foi desenvolvida no Brasil por uma equipe de estudiosos do Nordeste. É uma pesquisa que supre uma lacuna presente nos estudos sobre pobreza desenvolvidos a partir da visão dos próprios pobres, com o foco na área urbana. O estudo foi realizado com mais de 60.000 homens e mulheres de 60 países sobre as realidades da vida na pobreza e do que os pobres precisam para melhorar as suas vidas.

No Brasil, a investigação abarcou três Estados – São Paulo, Bahia e Pernambuco – e foi realizado no ano de 2000, um ano após os pobres se tornarem prioridade nas pautas políticas. Ela ganhou prestígio internacional, compilado a outros estudos do Banco Mundial: “Ao apresentar visões do desenvolvimento tais como vistas pelas camadas carentes da sociedade [Vozes dos Pobres] nos ajuda a entender a real natureza do desenvolvimento.”, elogiou o Professor Amartya Sen.

Contudo, Vozes dos Pobres, assim como outros estudos que contemplam a interpretação dos “pobres”, foi pouco explorado pela literatura, bem como pelas políticas públicas brasileiras. **Assim, mostram-se necessários estudos que explorem mais a interpretação dos pobres sobre suas realidades para que se compreenda o “modelo” de desenvolvimento que pretendem alcançar e, com isso, poder ajudá-los a superar os problemas.** Diante do exposto, esta pesquisa procurou **contribuir para o entendimento da mentalidade dos pobres, contudo, aqui, com o foco na área rural, valorizando os seus entendimentos sobre a pobreza e seus anseios em relação a uma sociedade desenvolvida.**

Para alcançar o objetivo deste estudo, o trabalho de campo foi desenvolvido no município de Ouro Branco, que tem se destacado no cenário mineiro como modelo de desenvolvimento. Segundo o IBGE (2010) seu PIB *per capita* é superior a 72 mil reais e a sua população é de 35.268 habitantes. O índice de Gini¹ do município é igual a 0,39 e o IDH-M² igual a 0,801.

Ouro Branco é um dos sete municípios que fazem parte do Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP). O município é um dos núcleos da Região Mineradora Central (juntamente com Congonhas, Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima, Raposos Nova Lima, e vários outros no Quadrilátero Ferrífero); são núcleos urbanos formados e desenvolvidos a partir da mineração do ouro e, posteriormente, do ferro.

A industrialização atingiu posteriormente o município e aumentou sua diferenciação interna. O percentual de crescimento da população urbana de

¹ Indicador de desigualdade que varia de 0 a 1, de menos desigual a mais desigual, respectivamente.

² Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, equivalente ao IDH.

86,3% praticamente não se alterou de 1990 a 2000. A relação entre a população em idade inativa (jovens e idosos) com a PIA (população em idade ativa), relação essa conhecida como razão de dependência, é alta em relação aos municípios da região.

O meio rural de Ouro Branco conta com 15 comunidades rurais. A população residente no meio rural é de 10,4%, segundo IBGE (2010). As principais atividades econômicas são a bataticultura, a pecuária leiteira e o cultivo de milho.

Apesar de os índices de Ouro Branco indicar um alto nível de desenvolvimento, este se revela prioritariamente no urbano, ficando a população rural aquém do processo.

Após uma aproximação com o meio rural ourobranquense, não foi possível identificar quem eram os pobres rurais. Assim, por meio de entrevistas semi-estruturadas, buscou-se a comunidade tomada como “a mais pobre da cidade” por moradores de fora da comunidade – a comunidade Morro do Gabriel.

Diante dos elementos apresentados até aqui e das inquietações resultantes de reflexões sobre a problemática da pobreza, neste trabalho **visou-se analisar a relação, de um lado, das concepções da comunidade rural apontada como a mais pobre e, de outro, a visão dos responsáveis pelas políticas municipais, que compartilham a ideia vista de fora pela população.** Para analisar a pobreza vista por esses dois lados, focalizou-se a atenção na identificação de percepções sobre pobreza e desenvolvimento.

A consciência dos pobres de suas dificuldades é inevitavelmente afetada pela maneira como os outros os vêem, e esses dois pontos de vista frequentemente são distintos. Ante essa verificação, **partiu-se da hipótese que a relação entre as percepções *out* e *in* não são congruentes; sendo assim, as percepções *in* não sentiriam a expressão da pobreza contida no conjunto ou combinação das percepções *out* e, portanto, a pobreza não adquiriria o significado associado a essa palavra, não atingindo o conceito em si. Isso implicaria uma necessidade de repensar o uso do termo pobreza.**

O esquema do trabalho se resume em quatro capítulos. O primeiro deles caracteriza e analisa em um sentido mais crítico as questões pertinentes à

pobreza e ao desenvolvimento. Discutem-se para tal, referenciais e críticas acerca da pobreza e desenvolvimento, bem como algumas informações disponíveis pelo IBGE. Além disso, o capítulo explora outros dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Branco e por Relatórios de Desenvolvimento Municipal.

O segundo capítulo descreve a metodologia qualitativa utilizada nesta investigação. A base empírica do estudo foi desenvolvida no período de abril a novembro de 2010 e se dividiu em dois momentos: o primeiro utilizando a técnica de observação a campo e, o segundo, esquematizando e realizando entrevistas semi-estruturadas.

O terceiro e quarto capítulos foram dedicados á apresentação e discussão dos resultados. O terceiro capítulo elucida o desenvolvimento do município de Ouro Branco em seus aspectos históricos, bem como analisa e discute a visão *out* dos Agentes do Desenvolvimento Urbano e Rural sobre as pobreza urbana e rural.

No quarto capítulo, é dada a voz aos “pobres”, onde se analisa e discute a visão *in* dos moradores do Morro do Gabriel.

Finalmente, ao analisar os discursos, constatou-se que a base empírica desse estudo foi talvez a mais relevante para o alcance dos objetivos almejados. Para alcançá-los, percorreram-se os caminhos tradicionais das dissertações, salvo um porém, que, na prática, o trajeto inicial foi inverso. No início, o anseio era estudar pobreza rural e visava-se encontrar o problema na própria realidade. Partindo das observações realizadas a campo, o problema surgiu e o objetivo, assim, se qualificou em **“contribuir para o entendimento da mentalidade dos pobres rurais, valorizando os seus entendimentos sobre a pobreza e seus anseios em relação a uma sociedade desenvolvida.”**

1 POBREZA E DESENVOLVIMENTO: UMA REVISÃO DOS CONCEITOS E CRÍTICAS

1.1 A magnitude do desafio e os indicadores tradicionais

De acordo com os últimos dados (2009) disponíveis no *World Databank* do Banco Mundial, o país que se destaca com a maior Renda Nacional Bruta (RNB) ³ per capita é a Noruega, seguida por Luxemburgo e Suíça. Por outro lado, Burundi é o país com menor RNB per capita, vindo posteriormente a República Democrática do Congo e Libéria.

A relação de riqueza entre Noruega e Burundi é da proporção de 564 para 1, em outras palavras, este indicador expressa que, no contexto econômico, o país com maior renda é quinhentas vezes superior que o país com menor renda.

Apesar da discrepância entre o país mais rico do mundo e o menos rico, pode-se pensar que há uma compensação em termos de custo de vida nos países com indicadores menos expressivos. Como as pessoas são mal pagas e os aluguéis, p.ex., são ambicionáveis, tudo o que é produzido, principalmente pelas pessoas (alimentos, entre outros), deveria ser mais barato. Por outro lado, um bem de consumo, como um eletrônico de última moda, seria muito caro.

A Renda Nacional Bruta em *purchasing power parity* (paridade de poder aquisitivo – PPP) fornece a renda corrigida para o custo relativo de vida em cada país e considera também a taxa de inflação. Com isto, conseguimos desenhar um novo cenário com uma nova polaridade: o país que se destaca com a maior renda bruta per capita (PPP) é Luxemburgo, seguido por Noruega e Singapura. Por outro lado, Libéria é o país com menor RNB per capita (PPP), seguido pela República Democrática do Congo e Burundi.

³ Renda Nacional Bruta equivale ao *Gross National Income* (GNI) e compreende o produto interno bruto (PIB) mais as receitas líquidas do rendimento primário de fontes estrangeiras.

Assim, a relação de riqueza entre Luxemburgo e Libéria caiu, aproximadamente, para a proporção de 205 para 1. A diferença entre os dois indicadores é muito significativa, de tal forma que a relação das duas proporções chega a quase ao triplo.

Na Figura 1, foram selecionadas algumas séries que ilustram a diferença na dinâmica apresentada pelos dois indicadores de renda. Foram selecionados os cinco países com maior renda e os outros cinco de menor renda ao longo de dez anos. A inclusão do custo de vida no indicador de renda gera uma mudança notável tanto na trajetória dos dados quanto no ordenamento dos países. Na prática, esta diferença pode causar alguns impactos nas políticas públicas, uma vez que formular Projetos Federais considerando uma renda per capita de 150 dólares, a exemplo da Libéria, pode ser bastante distinto daquele focado na sua quantia dobrada de renda.

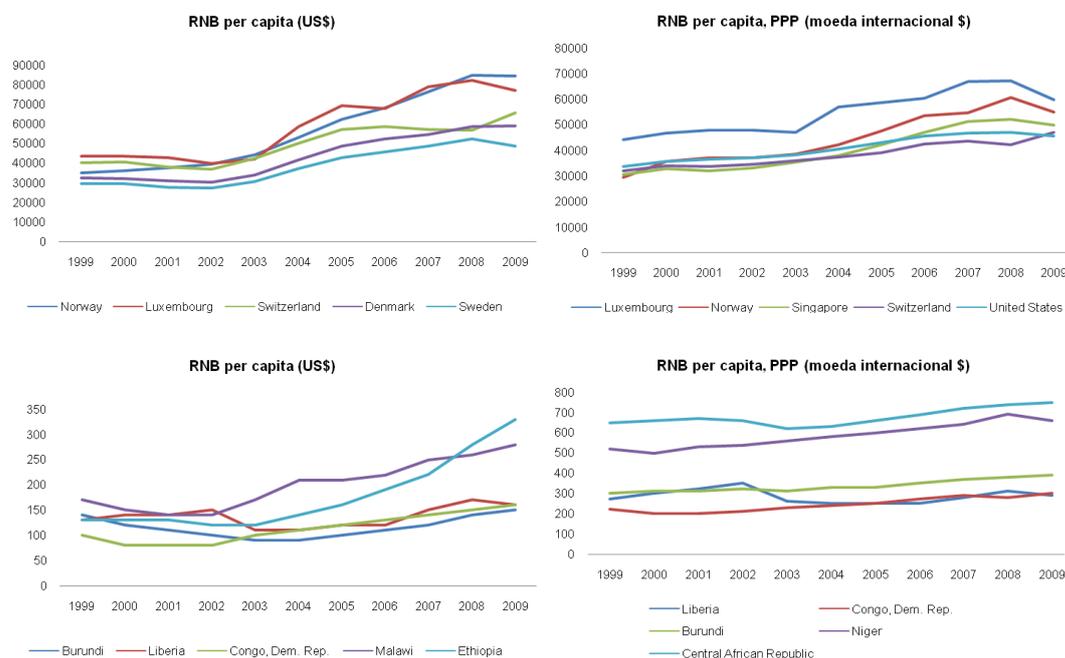


Figura 1 – Diferença no desempenho dos países com maior e menor renda nacional. Os dois gráficos de cima representam os países com as cinco maiores rendas; os gráficos de baixo configuram entre os cinco de menor renda.

Fonte: *World Databank*

A linha de pobreza internacionalmente utilizada é de US\$2 por dia por pessoa (pobre) ou US\$1 por dia por pessoa (extremamente pobre). De acordo

com o Relatório Mundial do Desenvolvimento de 2009, países comumente citados na literatura como os da África Subsaariana apresentam uma renda per capita (PPP) abaixo de US\$365, ou seja, US\$1 por dia por pessoa. Da mesma forma, pessoas de outros países como Eritrea, Serra Leoa e Níger sobrevivem com dois dólares por dia.

Ao todo, ao somar a população envolvida na condição de pobre pelo parâmetro da linha, chegar-se-ia à quantia de 122 milhões de pessoas, aproximadamente. Este número vem subestimado certamente, pois há outros países vivendo com valores ainda muito baixos, porém acima do estimado, de, por exemplo, US\$730 per capita, e acabam não se enquadrando no cálculo.

Em 2005, o Banco Mundial alertou que havia 1,4 bilhões de pessoas vivendo com uma renda abaixo de um dólar por dia. Seis anos depois, ter-se-ia teoricamente mais de um bilhão de pessoas fora da pobreza de US\$365 per capita, se considerarmos os 122 milhões de pobres presentes hoje no mundo. Mas apesar de uma variedade de dados quantitativos expressando as condições de vida da população, de um modo geral, e como há pessoas ricas vivendo em países pobres, e pessoas pobres vivendo em países ricos, falar em “país pobre” ou “país rico” acaba sendo uma expressão enquadrada dentro da abordagem da pobreza de renda, onde predomina o indicador tradicional *renda*.

1.2 As críticas ao indicador tradicional e a persistência do seu uso

O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio⁴ – ODM – de reduzir pela metade a pobreza “extrema” em 2015 tem sido justificado como um dever moral. No entanto, esta moralidade é apenas parcial se a pobreza absoluta é

⁴ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nasceram das grandes conferências internacionais dos anos 90. Ele integrou os compromissos assumidos nessas conferências numa agenda mundial de desenvolvimento, definindo metas, prazos, e indicadores de progresso alcançado por região. Os ODM contemplam basicamente a redução da pobreza, a luta contra a fome, a redução das mortalidades infantil e materna, a questão de gênero, a reversão do progresso da AIDS e a sustentabilidade do meio ambiente.

definida pela linha internacional de US\$1 por dia (EDWARD, 2006). O ODM e essa linha de pobreza do Banco Mundial, ou mesmo a linha de US\$ 2,0 por dia, sendo medidas unicamente monetárias, têm sido criticados como inadequados e monodimensionais. No entanto, é a estimativa de pobreza reconhecida globalmente.

EDWARD (2006) demonstrou que, mesmo se aceitarmos uma medida monetária da pobreza, as linhas de pobreza internacionais continuariam irrealmente baixas, portanto, iludindo elaboradores de políticas, a academia e o público sobre a extensão da pobreza global e da escala de redistribuição necessária para resolvê-la.

A base para a linha de US\$1 por dia é a mediana das 10 linhas de pobreza nacionais mais baixas do mundo. Não é derivada de qualquer consideração de outras variáveis da pobreza, como bem-estar ou necessidades básicas. A implicação é que essa linha é injustificavelmente baixa.

Em 2008, um novo cálculo do Banco Mundial apontou que o número de “miseráveis” cresceu em quase todo o mundo. A nova linha da pobreza, de US\$ 1,25, revelou que em 1981 havia 1,9 bilhões de pessoas vivendo com essa quantia diariamente, ao contrário da antiga margem, que considerava que 1,5 bilhão sobreviviam com US\$ 1,0 por dia (CHADE, 2008).

Com o cálculo refeito, em 2004 havia 1,4 bilhões de pessoas vivendo com US\$ 1,25 diários; com a margem antiga, 985 milhões viviam com US\$ 1,0. O recálculo da linha da pobreza pelo Banco Mundial fez os economistas concluírem que a antiga medida de pobreza “[...] não era adequada para avaliar a situação da humanidade. A elevação da linha da pobreza para US\$ 1,25 reflete de forma mais adequada a realidade das populações.” (Chade, 2008). Apesar do BM ter realizado um grande esforço na composição desta nova linha, entrevistando pessoas de mais de 116 países e vivenciando a realidade de países que classificam como “miseráveis”, continuou evidente para o BM que a **realidade** das pessoas pobres se reflete em uma medida monetária.

Edward (2006) demonstrou em seu estudo, que curvas de distribuição de renda mundial mostram a maior densidade populacional entre as linhas US\$1 por dia a US\$ 2,0 por dia. Assim, o autor inferiu que a incidência da pobreza é

muito sensível a mudanças na linha de pobreza, especialmente em torno desses níveis.

Na Figura 2, a associação entre renda e expectativa de vida foi explorada por economistas da saúde, que mostraram como a expectativa nacional média de vida cai rapidamente quando níveis médios de renda reduzem para abaixo do nível crítico. Pode-se notar que o Brasil se encontra próximo ao nível crítico, mas sabe-se que hoje a expectativa dos brasileiros atinge um patamar acima dos 70 anos.

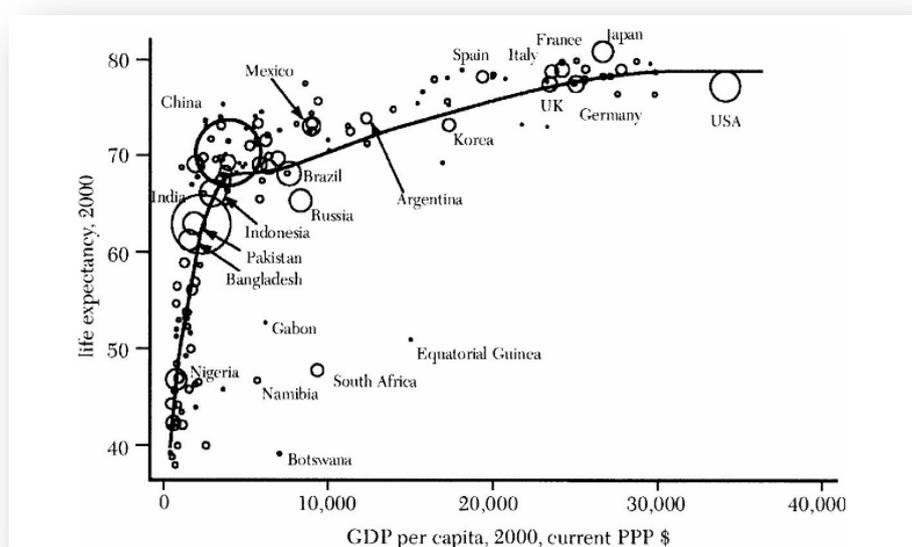


Figura 2: Associação entre expectativa de vida e renda, em RNB na base PPP.
Fonte: Edward, 2006, p.385

Ter renda implica, entre outras, em poder consumir. Dado o estado atual do desenvolvimento mundial, em acordo com a Figura 2, é razoável esperar viver ao menos até os 70 anos com um “consumo adequado.” Sem maiores considerações, neste caso, um consumo adequado seria aquele que conseguisse satisfazer as necessidades de uma pessoa para que ela possa ter um desenvolvimento adequado e saudável. Nenhum de nós, pois, gostaria de ter nascido com um baixo nível de consumo que causasse um encurtamento dramático na vida, apenas como resultado de uma pobreza. Todos têm o direito

natural de atingir um nível mínimo de consumo, suficiente para que tenham uma expectativa de viver uma vida razoavelmente plena.

Por outro lado, problemas como AIDS e guerra civil conduzem a uma morte prematura. Na África Subsaariana, por exemplo, o tempo de vida cai para 48 anos (ou menos) devido não só ao problema do consumo inadequado, mas também pelos problemas de saúde e políticos (EDWARD, 2006). Enquanto estes problemas estão associados à pobreza, eles não são diretamente causados pela falta de consumo e eles, certamente, não podem ser resolvidos apenas pelo aumento do consumo dos pobres.

O Banco Mundial utiliza cada vez mais a linha de pobreza US\$ 2 por dia considerada a mais representativa de países de renda média. A média nacional da linha de pobreza no mundo em desenvolvimento é informada perto de US\$ 2 por dia. Recentemente no Brasil, por exemplo, a linha de pobreza nacional foi alinhada na renda familiar de R\$70 mensais por pessoa.

Edward (2006) realizou um cálculo para demonstrar quando custaria ao mundo eliminar a pobreza naquele ano do seu estudo. Por exemplo, o custo de remover apenas a pobreza de US\$ 1,0 por dia seria equivalente a um imposto global de 30% sobre o consumo de cerca do 1% mais ricos da população mundial, afetando uma em cada dez pessoas no EUA e uma em vinte no Reino Unido.

Enfim, nesse contexto econômico colocado, o indicador unidimensional de linha de pobreza, de mensuração simples, ainda é o parâmetro largamente utilizado na mensuração da pobreza. Pode-se, entretanto, ampliar a reflexão em torno dessa questão, com algumas ideias levantadas em uma mesa redonda, promovida pelos Institutos de Economia da UFRJ e da UNICAMP, onde Lavinias (2005, p.2), interpretando Sabóia, relatou que “[...] provavelmente não existiria a melhor linha de pobreza, mas boas práticas na mensuração do fenômeno.” Ainda de acordo com a autora, refletindo sobre a opinião de Dedecca, escreveu que

O momento exige muito mais uma reflexão qualificada acerca das carências características da população mais vulnerável, seus componentes e dos mecanismos de sua reprodução, do que propriamente a adoção de parâmetros rígidos que pouco agregam à análise da situação de destituição (Lavinias, 2005, p.2, grifo da autora).

A autora deixa algumas sugestões de indicadores baseados em consistente experiência dos países europeus, que foram adotados levando em conta o conceito de multidimensionalidade da pobreza:

A experiência européia, resultado de um processo longo de consulta e negociação em prol da adesão de várias nações a um conjunto de indicadores comuns e específicos ensina que há muito por onde inovar. Medir o tempo de permanência na informalidade, a proporção de famílias expostas ao risco da pobreza (indicador composto), a proporção de famílias sem acesso a crédito, a alta incidência dos custos de energia elétrica e transportes na renda familiar, a proporção de famílias sem acesso a tratamento médico por determinado período de tempo, etc, etc, etc podem aportar elementos novos sobre os matizes da pobreza e a matriz dos direitos (Lavinias, 2005, p.3).

1.3 A implicação para a vida cotidiana

A pobreza pode ser vista como uma virtude, “quando representa uma livre escolha da parte dos que estão sujeitos a ela. De outra forma, os pobres geralmente são encarados com sentimentos que vão do embaraço ao desprezo e até violência” (Rahnema, 2000, p.232). Como indicado no *World Development Report* (2002), ser pobre é estar com fome, sem abrigo e vestuário, estar doente e não ser atendido, ser analfabeto e não escolarizado. Dependendo da magnitude da pobreza ela pode gerar efeitos perversos.

Palavras-chaves como mortalidade, educação, fome, qualidade de vida indicam algumas implicações da pobreza para o dia-a-dia das pessoas. Perder um filho por não ter condições de alimentá-lo, viver em um meio potencial de transmissão de doenças, despender uma boa parte do dia transportando água para consumo doméstico, ter um desempenho baixo na escola por falta de nutrição adequada, não conseguir produzir alimentos para subsistência ou venda por falta de fertilidade do solo, são fatos que ainda existem no mundo e que afetam o bem-estar dos indivíduos.

Analisando alguns indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a mortalidade infantil compõe um conjunto que intenta acompanhar a evolução da “erradicação” da pobreza e a melhoria de vida nos

países. Segundo o relatório do Banco Mundial de 2009, Serra Leoa (África ocidental) apresenta a taxa mais alta de mortalidade infantil. Já os países de Mali, Senegal, Paquistão, Índia e Egito configuram-se entre os países com menor taxa de alfabetismo. Com relação à nutrição, a Índia é o país que apresenta a maior taxa de subnutrição entre crianças abaixo de cinco anos.

A melhoria de vida das pessoas está associada naturalmente ao aumento de bem-estar (*welfare*). Nanak Kakwani traz contribuições quanto ao significado e uso do termo bem-estar em quatro abordagens de pobreza que aparecem usualmente na literatura socioeconômica; destacam-se entre elas: necessidades básicas, crescimento econômico, qualidade de vida e bem-estar social. Por haver distintas abordagens, assim como a pobreza, há uma necessidade de se saber qual delas é a mais adequada para descrever bem-estar, se é que existe uma definição ideal.

De acordo com Kakwani (2006), o crescimento econômico proporciona um maior domínio sobre bens e serviços, o que dá às pessoas subsídios para boas escolhas e acaba sendo um meio de desenvolvimento. Mas em se tratando de bem-estar, existe algo a mais. Na visão do autor, ele deve ser visto em termos de realizações individuais, e não em termos de meios para a posse individual.

Seguindo essa lógica, os indicadores de bem-estar mais estreitamente relacionados com a vida individual devem complementar aqueles baseados apenas na renda per capita. Nanak acrescenta:

O bem-estar ou o padrão de vida não está sobre a posse dos bens de consumo, mas está sobre a vida. Esta linha de raciocínio levou Sen a desenvolver as ideias de “funcionamentos e capacidades.” Assim, um funcionamento é uma conquista, e uma capacidade é a habilidade de conquistar. Funcionamentos estão diretamente relacionados ao tipo de vida que as pessoas levam, enquanto capacidades se relacionam à liberdade que as pessoas têm na escolha da vida que levam, que são os seus funcionamentos. (Kakwani, 2006, p.20)⁵.

Com isso o Professor indiano Kakwani focaliza as realizações das pessoas ao medir o bem-estar ou mesmo a qualidade de vida. Outrossim, a comparação com a renda é sempre realizada; sabe-se que ela permite a

⁵ Tradução livre da autora.

aquisição de bens, serviços, capacidades, entre outros, capazes de melhorar o bem-estar individual e gerar funcionamentos. Entretanto, a ideia que parece estar por trás da discussão é *desfocalizar* a renda como sendo a solução para todos os problemas.

Medir o bem-estar pelo grau de felicidade apreciado até poderia ser um bom indicador, porém medir a felicidade é subjetivo, varia com o meio sociocultural. Sendo assim a felicidade se torna um indicador instável. Ele pode alterar-se sem qualquer mudança nos níveis reais de vida das pessoas, não atingiria, portanto, precisamente o objetivo perseguido.

A abordagem da renda interpreta a pobreza obviamente como uma privação de renda (ou de consumo) e a representa por uma linha de pobreza. Embora a privação de renda possa dar origem a vários outros tipos de privações, as pessoas podem sofrer uma aguda privação em muitos aspectos da vida, mesmo que elas possuam o domínio adequado sobre os bens.

A pobreza também pode ser encarada como a privação de capacidades básicas. Além da privação material, a pobreza abrange muitas outras formas de privações em diferentes aspectos da vida como o desemprego, saúde precária, falta de educação, vulnerabilidade, impotência, exclusão social, entre outros. As capacidades básicas variam de acordo com a sociedade, com os recursos econômicos de um país, é uma questão de juízo de valor segundo Kakwani (2006).

Ao examinar apenas a capacidade de privação, nem sempre podemos identificar as pessoas que são pobres neste sentido específico. Assim, uma distinção deve ser feita entre a privação da capacidade em geral e a pobreza especificamente:

“A pobreza resulta da inadequação do domínio sobre os recursos necessários para gerar socialmente determinadas capacidades básicas, enquanto a privação da capacidade é mais geral e pode ser causada por uma série de fatores” (Kakwani, 2006, p.21).

Para as capacidades funcionarem, ligadas à pobreza, são aquelas derivadas da renda. Pela sugestão do autor no campo da mensuração da pobreza, é melhor que qualquer proposta de medição da pobreza pela renda seja construída de capacidades, ou seja, a escolha de uma linha de pobreza

deveria refletir o custo de realização de necessidades humanas básicas. No entanto, esse não é o caso da medição da pobreza mais utilizada internacionalmente. **Se a redução da pobreza, como corretamente compreendida, deve ser alcançada, então novas medidas de sua extensão e distribuição no mundo são necessárias.**

1.4 As interpretações alternativas sobre a pobreza: os prós e os contras

Laderchi et al. (2003) realizaram uma análise de evidência teórica e empírica para investigar se e por que a escolha do conceito de pobreza tem influência na definição de estratégias para erradicar ou amenizar a pobreza. Elas reportam ao campo de teste em dois países em desenvolvimento, Índia e Peru, sob quatro abordagens diferentes:

- Monetária;
- Capacidades;
- Exclusão Social;
- Participativa.

O Quadro 1 descreve sucintamente cada abordagem, suas respectivas contribuições para o estudo da pobreza e os principais problemas encontrados em cada uma.

Abordagens	Conceito	Contribuições	Problemas
Monetária	Pobreza é estar abaixo do consumo (ou da renda) estabelecida por alguma Linha de Pobreza.	Avalia os diferentes componentes da renda ou do consumo a preços de mercado, o que requer a identificação de um mercado relevante e atribuição de valores monetários para aqueles itens que não são valorizados pelo mercado.	Não diferencia na prática os pobres dos não pobres.
Capacidades	Pobreza é a incapacidade de alcançar o mínimo ou a capacidade básica, ou seja, a capacidade de satisfazer adequadamente certos funcionamentos crucialmente importantes.	Rejeita a renda monetária como medida de bem-estar e se concentra sobre os indicadores de liberdade para se ter uma vida valorizada.	As listas genéricas propostas para capacidades essenciais tendem a refletir as atuais concepções ocidentais da “vida boa”, levantando dúvidas sobre a capacidade de refletir um “consenso de sobreposição.”
Exclusão Social	Descreve os processos de marginalização e privação, que podem surgir mesmo em países ricos com uma boa assistência.	Considerada a única abordagem que incide intrinsecamente sobre os processos e dinâmicas que permitem a privação surgir e persistir; concentra-se em circunstâncias coletivas;	É um conceito difícil de ser interpretado; conseqüentemente haverá dificuldades na sua operacionalização.
Participativa	Inclui processos, causas e resultados da pobreza, como percebida pelos pobres.	Evita normas impostas externamente; fornece ferramentas para resolver alguns problemas enfrentados pelas outras abordagens.	Método complexo; exige análise multidimensional.

Quadro 1 – Principais abordagens sobre a pobreza, seus conceitos, contribuições e problemas⁶⁶.

Fonte: Elaboração da autora.

As diferentes abordagens incluem definições que abarcam distintos elementos da vida, sejam eles materiais ou não, culturais ou políticos. Será que se pode dizer que uma é mais correta que a outra? Quais elementos devem ser considerados para satisfazer as necessidades de um indivíduo? Qual seria a

⁶⁶ Ver também p. 28 de Laderchi et al., 2003.

natureza desses elementos? As necessidades de todos podem estar contidas em um mesmo pacote? E, portanto, elas podem ser universalizadas?

Como explica Laderchi et al. (2003), duas abordagens foram projetadas para países desenvolvidos: Monetária e Exclusão Social. Em cada uma há problemas de adaptação do modelo para os países em desenvolvimento: a abordagem Monetária, por exemplo, envolve heróicas imputações de valores para a produção de subsistência; e na abordagem da Exclusão Social, diferenças substanciais nas normas sociais levam a grandes diferenças na definição de características de exclusão. Em contraste, as outras abordagens das Capacidades e os Métodos Participativos, foram primeiramente concebidas com os países em desenvolvimento em mente, e, da mesma forma, os problemas de ajustes para países desenvolvidos se aplicam.

Diante destas distintas interpretações sobre a pobreza, a questão crítica era identificar se as quatro abordagens identificavam amplamente as mesmas pessoas como pobres; se houvesse diferença teórica, isso seria importante para a orientação da política ou das ações. Para os autores, apesar de suas deficiências teóricas, a pobreza de renda poderia até ser usada como substituta em outros tipos de pobreza caso as mesmas pessoas fossem identificadas como pobres amplamente, nas diferentes medidas.

No entanto, como foi observado no final do estudo, a classificação dos países diferiu na comparação de capacidade de pobreza e linhas de pobreza, tanto internacionais quanto nacionais. Diferentes medidas de privação foram associadas e, de fato, as distintas medidas não pareceram independentes – reforçando o caráter multidimensional da pobreza.

Para os autores, Laderchi et al. (2003), foi surpreendente que baixos níveis de pobreza de acordo com uma medida são compatíveis com elevados níveis de pobreza com outra medida. É esta variabilidade que apontou para a falta de sobreposição na prática entre diferentes formas de medição da pobreza, e é essa variabilidade que exige uma análise empírica aprofundada das causas subjacentes. Tais testes empíricos mostraram se diferentes medidas estão capturando diferentes populações.

Um estudo da Índia e do Peru, conduzido com base em dados de ambas as nações e micro-pesquisas, descobriu que pessoas significativamente

diferentes foram identificadas como pobres nos dois países de acordo com a abordagem adotada (LADERCHI et al., 2003).

- Um conjunto de dados nacionais revelou que, na Índia, utilizando a linha de pobreza nacional, a pobreza monetária a 38%, estava abaixo da capacidade de pobreza: 52% dos adultos eram de baixa escolaridade (analfabetos); 26% das crianças estavam com baixa escolaridade (não frequentavam a escola primária); 70% das crianças com menos de 13 anos de idade estavam subnutridas, sendo 44% gravemente; mas apenas 7% de indivíduos entre 7 e 59 sofriam de doença crônica.
- No Peru, em contraste, a pobreza monetária a 54% (novamente usando uma linha de pobreza nacional) foi maior do que a capacidade de pobreza: 20% dos adultos e 7% das crianças tinham baixa escolaridade; 10% dos adultos tinham saúde precária e 29% das crianças abaixo de 5 anos estavam desnutridas.

O estudo Índia/Peru teve problemas ao estimar a exclusão social. Era esperado que o grupo do enfoque participativo definisse a exclusão social e esta, então, seria aplicada a um conjunto de dados. Mas nenhuma das atividades participativas gerou uma definição de exclusão social, pois nenhum dos grupos se viu como excluído socialmente.

Ficou evidente no estudo que os pobres foram classificados de maneira aleatória, dependendo de onde se escolha o ponto de partida – a definição. Assim a política pode ser mais ou menos assertiva em se tratando de atingir seu público alvo. Para quem vive numa situação que necessita de ajuda externa, às vezes é penalizado por más escolhas políticas. **A identificação e a divisão dos pobres com a combinação dos métodos devem ser mais amplamente aprovadas, refletindo as preocupações atuais para uma ampla caracterização das condições de pobreza, caso ela realmente esteja presente.**

1.5 As causas da pobreza rural

Apesar de ter seu foco mais na área urbana, de forma prática e geral, o relatório Vozes dos Pobres apontou que nas discussões acerca das principais causas da pobreza, os grupos consultados convergiram em suas conclusões que o desemprego é a mais importante causa da pobreza, seguido pela falta da educação e acesso a serviços de saneamento. Além disso, ter emprego é um dos fatores associados a ter segurança, sendo que os outros são ter renda fixa e saúde – incluindo aqui o acesso aos serviços de boa qualidade e o estado psíquico-físico de boa saúde. Como se verá nos resultados desta investigação mais adiante, essas causas não diferem tanto na concepção rural.

Recentemente, em um documentário produzido nas zonas rurais de algumas cidades da África, como Nairobi e Sauri no Kenya, em que participa o professor da Universidade de Columbia, Jeffrey Sachs, é possível visualizar algumas causas da pobreza rural. Elas quase sempre estão relacionadas à falta de saúde, como exemplo a baixa imunidade causada tanto por doenças típicas (malária, AIDS), como pela falta de uma alimentação adequada; à deficiência de instalações básicas, como escolas e saneamento básico; à baixa qualidade dos solos, o que impede bons índices de produtividade.

Trabalhos dessa natureza demonstram que esses problemas pontuais têm soluções viáveis e muitas vezes a custos acessíveis. Podem ser sanados por meio de fontes limpas de água, refeições na escola, uso de fertilizantes, utilização de redes de filó para funcionarem como mosquiteiros e outros. As soluções têm em comum um alto custo benefício, pois elas são relativamente baratas e proporcionam um ganho na qualidade de vida dos pobres. Ao mesmo tempo, elas diferem de outras necessidades tradicionais atribuídas aos pobres como a falta de renda ou até necessidades subjetivas como falta de capacidade para o trabalho.

1.6 Pobreza no Brasil

A pobreza, em geral, segue reduzindo no Brasil. Essa redução tem sido creditada ao crescimento econômico do país, à valorização dos salários

começando pelo próprio salário-mínimo, à expansão do emprego formal e das oportunidades de trabalho em geral; ao fortalecimento de políticas de apoio aos agricultores familiares e à ampliação das políticas públicas de transferência de renda, particularmente da previdência rural.

Mas quando se fala em *pobreza*, não se sabe do que se está falando de fato. Há inúmeras definições, portanto, que frequentemente são elucidadas nos estudos sobre o tema de forma a restringir o seu universo a uma pobreza específica. Apesar disso, não se visa discutir o termo pobreza, no entanto, ao longo desta pesquisa, far-se-á um esforço de mostrar que o uso (principalmente político) deste vocábulo pode estar se confundindo com o conceito em si, e impedindo que se tenha um olhar mais responsável sobre a sociedade.

Assim, pode ser confortante para todos saber que a pobreza vem retraindo, mas os olhos atentos à realidade em que se vive não necessariamente enxergam essa máxima.

1.6.1 O início da atenção política à pobreza no Brasil

Em 1999 o país era tido como o campeão das desigualdades sociais. No Relatório da Comissão Mista de 1999 que se formou no Congresso Nacional, destinado a formular soluções legislativas para erradicar a pobreza e a marginalização, Celso Furtado além de explicar a causa das desigualdades sociais no país devido ao perfil da distribuição de renda, destacou o que considerava ser o problema e a solução para a pobreza.

Os 20% mais pobres da população brasileira contrastam com o **elevado grau de urbanização** do País. Não se pode, assim, explicar essa realidade pela desigualdade notória que existe entre as populações rurais e urbanas. O problema maior do Brasil é o da pobreza urbana, vale dizer, o das condições de habitação da população de baixa renda. Vou limitar-me a fazer um pequeno exercício sobre esse ponto. Se o Brasil elevasse sua poupança bruta ao nível da Índia, disporia de cerca de 5% do produto nacional em recursos para aplicar na solução desse problema. Esses 5% significam, aproximadamente, 50 bilhões de reais, o que é muito mais do que se requer para, em período aproximado de cinco a dez anos, dotar a população de condições de habitação adequadas. (COMISSÃO MISTA, 1999, p.64).

Todavia, em conhecido trabalho de Veiga (2001), um dos maiores obstáculos à renovação das ideias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira é a força que adquiriu nas últimas décadas o mito da urbanização dita anteriormente. Diz-se que 81,2% da população era urbana em 2000. Veiga argumenta, no entanto, que menos de 60% da população brasileira pode ser considerada urbana, segundo critérios de classificação territorial utilizados nas nações mais democráticas e desenvolvidas do planeta. Em 1109 municípios do Brasil rural, considerados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) correspondendo ao período de 1991-2000, a população aumentou mais de 30%, enquanto ela crescia 20% no Brasil urbano e 15% no conjunto do país. Em vista desses dados, Veiga citou a sua importância no debate público sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, no que concerne a forma como é arrostada a população rural – “como uma minoria condenada à extinção por volta de 2030”, a correlação entre o compasso da migração rural-urbana da última década e a expressão genérica **êxodo rural**.

No momento em que se estava formulando leis e estratégias visando desarraigar os problemas relacionados à pobreza e exclusão encontradas no solo brasileiro, podem-se fazer as seguintes aferições sobre algumas das bases para o Congresso tomar as decisões, ou seja, o que foram considerados os problemas, quais conceitos foram adotados e o como se caracterizava o assunto em foco.

Em relação ao perfil da pobreza na década de 90, ele era tido como rural, porém, o foco da preocupação foi a pobreza urbana, obviamente porque a grande maioria já estava vivendo nas cidades e não porque não havia pobreza no campo; conhecidamente, a região que mais recebeu atenção foi a nordestina, contudo o número de pobres era maior em unidades federativas mais populosas como São Paulo e Minas Gerais; não havia distinção da pobreza quanto ao gênero, mas entre faixas etárias ela existia e, pensando em termos de escala, os mais atingidos eram jovens e adolescentes e os menos afetados eram os idosos; por fim, o grau de escolaridade do chefe familiar geralmente era de no mínimo 4 anos entre aquelas famílias consideradas mais pobres.

As preocupações sobre a pobreza em síntese eram três,

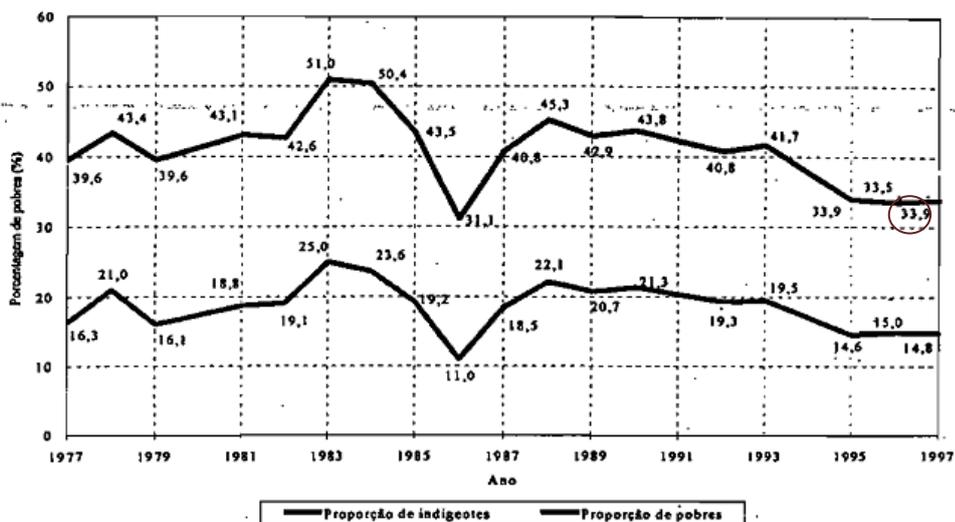
- a- Fome de forma genérica,
- b- Falta de solução para a habitação popular e
- c- Insuficiência de escolaridade.

Quanto ao conceito e ao método para mensuração da pobreza, reconheceu-se a existência da sua diversidade, os diferentes enfoques encontrados sobre o assunto, bem como os prós e contras de cada um. Contudo era necessário eleger um conceito e um método para serem adotados como *background* da Política e, portanto, escolheu-se a medida de **insuficiência de renda** – pobres eram todos aqueles que se encontravam abaixo de uma linha de pobreza, determinada pela renda domiciliar, que por sua vez era determinada por rendimentos do tipo salários, aposentadorias, pensões, rendas de aluguéis e doações. A linha de pobreza é exatamente a linha de indigência multiplicada por 2.

Paradoxalmente ao conceito e método utilizados, o mesmo relatório apontou que **a insuficiência de renda não era a causa do problema da pobreza no Brasil**, pois além de ser um exercício de cálculo simples saber a quantia que o governo precisava despende com as pessoas para que elas atingissem o patamar mínimo da linha de pobreza, o Brasil dispunha de recursos suficientes para resolver esta questão numérica em poucos anos.

À época (final dos anos 90), pode-se observar pela Figura 3 que o foco de pobreza abrangia 34% da população brasileira, isso significa que em torno de 54 milhões de indivíduos viviam com uma renda *per capita* inferior às linhas de pobreza.

Gráfico 1: Evolução temporal da pobreza no Brasil



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
 Nota: As linhas de indigência e de pobreza utilizadas foram as da região metropolitana de São Paulo para os vários anos.

Figura 3 – Gráfico que ilustra a trajetória da pobreza ao longo de vinte anos 1977-1997 no Brasil.

Decorrente da análise das questões anteriormente colocadas e de outros importantes indicadores de pobreza para as políticas públicas federais (previdência social, educação, saúde), concluiu-se na época que

“O Brasil não pode ser considerado um país pobre, embora possua uma parcela ainda elevada da população que vive em famílias cuja renda é inferior ao mínimo necessário para satisfazer suas necessidades básicas.” (Comissão Mista, 1999, p.101, grifo da autora).

1.6.2 A pobreza “sem consenso”

As limitações presentes, ou impostas, colocadas aos pobres, são de naturezas diversas, não somente de carência de algo. Como ressaltou Demo (1996), se a pobreza fosse definida apenas como carência, não teria causas sociais.

Definir pobreza, contudo, é tarefa confusa. A variedade de situações que facultam a uma pessoa à condição de pobreza, nas várias culturas e linguagens,

é tão vasta, que *grosso modo* tudo e todos podem ser enquadrados como pobres. De fato há situações de fome e miséria que exigem medidas emergenciais. No entanto, para Rahnema (2000) a pobreza é também um mito, uma construção e o invento de uma cultura.

Para outros estudiosos, é consenso que a pobreza se estenda para além de uma dimensão, para um conceito multidimensional, que ampliou a compreensão da temática para além da privação da renda. Assim fez Amartya Sen com o seu conceito de Pobreza de Capacidade. O autor se dedicou em livros e artigos, dentre eles o Desenvolvimento como Liberdade, em desviar um pouco a atenção do entendimento e das causas atribuídas exclusivamente à renda, considerada como o principal *meio*, para *fins* que as pessoas têm razão de buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses *fins*.

Mas dentro do paradoxo intrínseco que se vive no Brasil, a pobreza é considerada uma privação de renda. Uma referência no assunto, Sônia Rocha (2003), disse “Pobreza é um fenômeno complexo” e, segundo a mesma autora, uma definição para o fenômeno para ser considerada relevante, deve ir de acordo com o *standard of living* e com a maneira de suprir as variadas necessidades num determinado contexto socioeconômico.

Em geral, a pobreza se ancora em situações de falta ou deficiência e privações, bem como é relativa a situações, capacidades ou vontades, ela parece ser sempre “outra coisa” e não pobreza em si.

A pobreza no Brasil devia ter outro nome, como por exemplo, o problema aqui está mais relacionado a diferenciação no desenvolvimento das regiões, cada uma com seu grau de desenvolvimento. “Grau” porque, primeiramente, se refere a uma posição social; segundo, de *grau em grau* é que normalmente acontece o processo de crescimento sólido moral e material das pessoas durante a vida – há inúmeras biografias exemplificando esse fato; terceiro, o grau é uma palavra coerente para uso em contextos heterogêneos, pois se pode com ela expressar tipologias ou categorias diversas de desenvolvimento.

Por último, a desigualdade no Brasil, ou as diferenças de desenvolvimento, é apontada como a causa do problema do país. “Tratar as causas é mais efetivo que remediar os efeitos” sim. Porém, resolver problemas

de desigualdade social também é tão complexo quanto o da pobreza, pois as causas não estão claramente definidas para que se possam criar soluções específicas e direcionadas. Quando a desigualdade existe em algum meio, provavelmente ela foi causada por um desequilíbrio no desenvolvimento daquele meio. E então é necessário que se diagnostiquem na realidade as causas deste desequilíbrio, e a partir delas propor soluções.

A desigualdade como causa da pobreza e esta como entrave ao desenvolvimento, acaba caindo no mesmo problema da falta de consenso da pobreza. Não necessariamente a pobreza tem que ter consenso, mas é essencial valorizar os estudos sobre os entendimentos dos pobres, pois são boas ferramentas para bons diagnósticos.

1.7 Atualidades sobre a pobreza rural

Intitulado “Novas realidades, novos desafios: novas oportunidades para gerações futuras”, o Relatório de 2011 sobre Pobreza Rural do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD) foi arquitetado não apenas por especialistas no assunto da pobreza, mas também por aqueles que são o próprio objeto do estudo – os pobres rurais.

Assim, o IFAD (2010) informou que, em geral houve uma queda na taxa geral de pobreza de US\$ 2 por dia nas zonas rurais, caindo de 79% para 61% na última década. Nos países em desenvolvimento, a taxa global de pobreza extrema nas zonas rurais – que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia – caiu de 48% para 34%. Estima-se que 350 milhões de camponeses saíram da pobreza extrema. Grande parte desta queda foi explicada pela China, mas a taxa de pobreza rural extrema também caiu em mais da metade na América Latina e quase pela metade no Oriente Médio e Norte da África.

Por outro lado, apesar de a pobreza rural global vir decrescendo, cerca de 70% dos países em desenvolvimento tem 1,4 bilhões de pessoas extremamente pobres que vivem em áreas rurais (este dado do IFAD, 2010, se refere à pobreza de renda). A África subsaariana, por exemplo, não vem seguindo o mesmo

padrão de queda, visto que o Relatório apontou para um aumento no número de pessoas extremamente pobres nas áreas rurais dessa parte do continente (de 268 a 306 milhões na última década). Destacou-se também a persistência da pobreza rural no subcontinente sul-asiático: quatro quintos de todas as pessoas extremamente pobres nessa região vivem em áreas rurais.

Os preços dos alimentos cada vez mais voláteis, as incertezas e os efeitos das mudanças climáticas e a escassez dos recursos naturais são fatores que podem enredar ainda mais os esforços para reduzir a pobreza rural, segundo o relatório. Ele sugere, então, que é hora encontrar uma maneira *completamente* nova de olhar para os pequenos agricultores e empresários rurais pobres – ao invés de casos de caridade, enxergá-los como pessoas cuja inovação, dinamismo e trabalho árduo trarão prosperidades para suas comunidades e maior segurança alimentar (*food security*⁷) para o mundo nas próximas décadas.

Futuramente, essa maneira nova de olhar para os pequenos agricultores devem estar associada a fatos previstos para o *espaço rural* nos anos que se seguem. Nesse sentido, alguns pontos gerais podem ser úteis para o cenário brasileiro, mesmo sabendo que o espaço rural é heterogêneo, não há uma definição precisa acerca do termo e dificilmente aceita generalizações. Além disso, é importante ressaltar que os pontos a seguir se reportam ao continente europeu e, por isso, não aplicável na íntegra ao caso brasileiro. Entretanto, é de se considerar também a experiência de mais de 25 anos dos autores britânicos Caroline ASHLEY e Simon MAXWELL com as questões do desenvolvimento e da pobreza. Assim, extraídas da ideia desses autores, são apresentadas algumas questões propostas para se pensar o futuro do espaço rural:

- A população rural começará a estabilizar, possivelmente com um menor índice de dependência, inicialmente, com uma queda da taxa de natalidade, mas, em seguida, será bem elevada, como a migração (e AIDS) movimentando os jovens adultos;
- A interligação entre as zonas rurais melhorará, contando com mais estradas e outras infraestruturas (incluindo telecomunicações);

⁷ Segundo este conceito, *food security* ou segurança alimentar é estabelecida quando a produção de alimentos equivale ao seu consumo, ou seja, alimentos suficientes para todos.

- As capacidades humanas vão melhorar, com melhor educação e saúde;
- A grande maioria da população rural será funcionalmente sem-terra, completamente sem-terra, ou com apenas um lote de terra cedido pelo governo para a residência e manutenção de uma família;
- A maioria da renda rural, na maioria dos lugares, será não-agrícola na sua origem (embora com ligações à agricultura, em muitos casos);
- A maioria das propriedades será predominantemente comercial, ou seja, a propriedade compraria a maioria dos insumos e venderia a maioria de sua produção;
- As propriedades (excetuando as de subsistência em tempo parcial ou lotes cedidos pelo poder público) serão maiores que as do presente, tendendo a crescer;
- Para aquelas propriedades capazes de se envolver na economia comercial, os sistemas de entrada e saída de marketing será integrado, industrializado e sofisticado;
- Como resultado de todo o exposto, as disparidades entre áreas rurais irão aumentar;
- A contribuição da agricultura para o PIB não será mais que 10%;
- Agricultura contribuirá não mais de 10% para as exportações (talvez mais na América Latina e África subsaariana);
- Agricultura vai se tornar um beneficiário líquido das receitas do governo.

Para o contexto brasileiro, a validade dessas ideias variaria muito, pois o Brasil possui mais de um estilo de desenvolvimento no espaço rural, e algumas ciências com princípios distintos para aplicar na agricultura. Assim como o desenvolvimento, essas ciências privilegiam diferentes dimensões, dentre as econômica, social e ambiental, assim também privilegiam diferentes aspectos de produzir, que Pinto (1982) denominou “para quem”, “o que” e “como”.

A partir das ideias dos autores, o espaço rural teria um papel muito limitado no desenvolvimento de uma nação, ela ficaria mais restrita ao mercado interno e a sua carga de dependência sobre o governo poderia comprometer as contas públicas, podendo sobrecarregar ainda mais a população de impostos e, ao final, não seria uma atividade sustentável.

1.7.1 Os pobres rurais do Brasil de hoje

No final do século XX, 34 bilhões era a distância entre a renda média da população pobre e o nível de renda que delimitava as linhas de pobreza. Para se

ter uma ideia, esse valor não ultrapassava 25% dos gastos públicos na área social. Na época, 130 bilhões eram despendidos por ano pelo governo com programas. Isso significa que havia um problema de focalizar melhor os esforços públicos para aqueles que deveriam ser os beneficiadores do recurso.

De acordo com o último censo do IBGE (2010), a população urbana e a população rural foram contabilizadas em torno de 160 milhões e em quase 30 milhões no Brasil, 16,7 milhões e 2,8 milhões em Minas Gerais, e em Ouro Branco (local deste estudo) 31,6 mil e 3,6 mil respectivamente. A proporção destas populações, em porcentagem, pode ser vista no Gráfico 1. Quando se analisa as cinco regiões brasileiras, a Região Nordeste foi avaliada como a maior em população rural e o Centro-Oeste a região onde há um menor número de pessoas vivendo no meio rural.

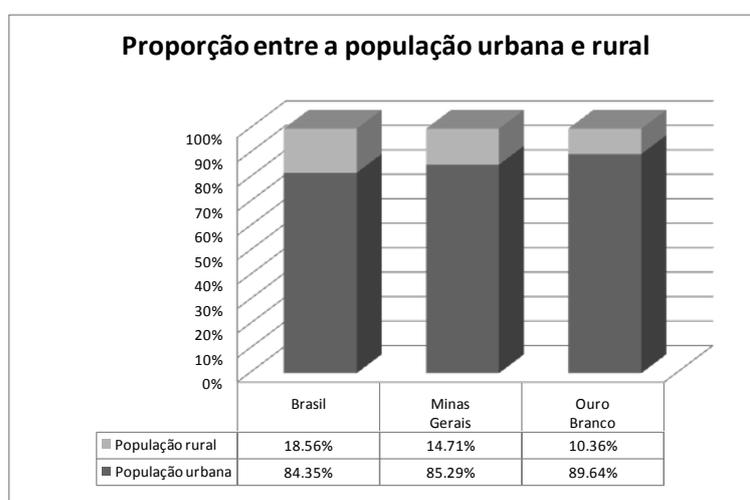


Gráfico 1 – A distribuição atual da população no Brasil, Minas Gerais e Ouro Branco.

Fonte: IBGE (2010)

Maluf e Mattei (2011) sintetizaram alguns dados atuais sobre a pobreza rural brasileira discutida no V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. As informações foram extraídas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2009).

Da população rural total supracitada, 16,5 milhões de pessoas foram classificadas como pobres, o que equivale a dizer que renda familiar per capita

mensal é de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. Isso significa que no ano de 2009 aproximadamente 54% da população rural total foi enquadrada como pobre (dentro da abordagem monetária). Destas, 8,1 milhões de pessoas foram classificadas como extremamente pobres, ou seja, possuíam renda familiar per capita mensal de até $\frac{1}{4}$ salário-mínimo.

Além disso, a pobreza rural continua com elevada concentração espacial no Brasil. Do total de pessoas com domicílio rural classificadas como pobres, 53% viviam na região Nordeste do país, onde também se concentra um maior número de pessoas na área rural; a mesma região respondeu também por 70% do total de pessoas extremamente pobres.

Agregando-se as regiões Nordeste e Norte, nelas se concentraram mais da metade do total de pessoas pobres domiciliadas no meio rural brasileiro (66%); esse percentual se elevava para 81% do total da população rural extremamente pobre.

Durante o Fórum, como também ao longo deste estudo, foi realizada uma crítica quanto à abordagem estritamente monetária da pobreza rural. Em síntese, três foram as considerações: (1) Quanto ao custo de vida – “Primeiro, o custo de vida não é homogêneo para todo o país, portanto, uma mesma renda monetária pode ser convertida em cestas de bens distintas.” (2) Posteriormente, sobre a composição monetária sobre o que é produzido para o auto-consumo – “[...] nas áreas rurais existe a produção para o auto-consumo que é muito mal mensurada em termos monetários, afetando o cálculo da renda das famílias rurais. (3) E por último, a relação casa-trabalho, onde o custo do aluguel praticamente não existe no meio rural, para o agricultor familiar p.ex., e o custo de outras despesas como, o imposto predial, a água, energia rural e deslocamento para o trabalho apresentam custos menores. “[...] o dimensionamento da pobreza rural em termos monetários deve considerar a relação casa-trabalho peculiar ao meio rural, estimando-se que o quesito habitação corresponderia a, aproximadamente, 20% da renda familiar rural.”

Com isso, a determinação da renda das famílias rurais geralmente não é compatível com a realidade delas,

“[...] insuficiências na imputação de valores monetários referentes aos dois últimos fatores – auto-consumo e habitação – podem subestimar a renda das famílias rurais, fator de enorme relevância quando se avalia

a pobreza apenas com base no indicador renda. Esclareça-se que mesmo logrando corrigir tais insuficiências, a renda monetária, há tempos, deixou de ser considerada indicador suficiente de pobreza em geral (urbana e rural).” (Maluf & Mattei, 2011, p. 20)

Outro fato apontado é que os domicílios rurais extremamente pobres têm uma grande dependência dos programas de transferência de renda, porém eles não são suficientes para retirar as pessoas da condição de pobreza em que se encontram.

1.7.2 Abordagem além da dicotomia pobre/não pobre rural

A fim de ampliar as reflexões sobre o conceito de pobreza rural, Blanco (et al. 2010) propõe uma abordagem alternativa para além da dicotomia pobre/não pobre, ilustrado nas situações de posse ou não de bens e serviços pelos indicadores tradicionais de Linha de Pobreza e Necessidades Básicas Insatisfeitas.

Considerando a presença de situações heterogêneas no campo e dada as limitações dos indicadores convencionais no estudo de pobreza rural, o trabalho dos autores levantou algumas estratégias que as famílias utilizam para satisfazer as suas necessidades e se reproduzir frente às limitações do contexto, ampliando os indicadores que levantam apenas as *necessidades*.

Foi utilizada uma tipologia de estabelecimento domiciliar para relacionar três aspectos, a saber: 1- sistema produtivo; 2- a presença ou não nos mercados e 3- a estrutura ocupacional. Cada característica analisada (sociodemográfica, renda e subcategorias, aspectos de migração, reciprocidade, auto-consumo etc.) foi associada às tipologias encontradas.

De modo geral, a metodologia permitiu entender que a satisfação das necessidades tem grande influência da cultura (entendendo a cultura como modo de vida), uma vez que a análise foi baseada no que é considerado a unidade primária de reprodução social, o estabelecimento domiciliar, de onde surgem as estratégias de subsistência diante as limitações do meio.

As novas formas de se pensar a pobreza vão além daquelas que os indicadores tradicionais (Linha de Pobreza e Necessidades Básicas) remetem, elas procuram incorporar também as relações entre os indivíduos. Com isso, devolve-se ao “homem” a sua capacidade de ação e a sua condição relacional. A tipologia de estabelecimento domiciliar pode ser interessante para descobrir outros elementos na dinâmica dos estabelecimentos rurais “pobres” que vão além da renda. Esta prática tem se mostrado uma importante ferramenta para encontrar soluções para as privações relativas a habitação, procurando valorizar as estratégias de subsistência que a família desenvolve para sobreviver.

Além dos elementos tradicionais que compõe a pobreza como a renda e as necessidades básicas, o conceito da pobreza rural tem uma relação mais forte com a dinâmica sócio-ocupacional. Neste estudo inclusive, é possível verificar mais adiante nos resultados, o elemento moradia presente na caracterização da pobreza pelos Agentes urbanos. Assim também, quando a comunidade rural Morro do Gabriel foi apontada como a mais pobre, novamente aparece o aspecto da moradia ruim como uma das justificativas da pobreza rural, porém agora dentro da dinâmica espacial do município, ou seja, a comunidade foi tomada como a mais pobre porque está muito afastada do centro urbano, passando uma ideia de “isolamento da civilização” para os urbanos. Dentro dessa concepção de isolamento, automaticamente se insere a falta de relacionamento entre os indivíduos do meio urbano com o rural, o que pode significar que a pobreza rural pode variar dependendo do grau de relacionamento urbano-rural.

1.8 O desenvolvimento rural

O surgimento do desenvolvimento rural na agenda política europeia deu-se em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Europeia (PAC), que reconheceu ambos os lados da moeda, os problemas criados pela agricultura intensiva e a multifuncionalidade do espaço rural.

No Brasil, este debate avançou a partir de 1990, coincidindo com o início do interesse político mundial em se reduzir a pobreza e em função, sobretudo, do interesse do Estado e das políticas públicas.

Na atualidade, o desenvolvimento rural pode ser encarado como um modelo teórico-conceitual que vai ao sentido oposto ao paradigma da modernização agrícola. No entanto, mesmo no modelo desenvolvimentista buscado, os sistemas produtivos não perderam a sua prioridade.

Kageyama observou em alguns contextos históricos, sintetizados no seu livro, um conjunto de elementos comuns que favorecem o desenvolvimento rural, são eles (2008, p. 76):

- **A integração mercantil com cidades da própria região:** a dinâmica das “cidades médias”, onde se encontram muitas atividades de terceiro setor, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais adjacentes;
- A combinação de uma agricultura familiar consolidada, com **um processo de urbanização e industrialização descentralizado**, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local;
- **A pluratividade das famílias rurais**, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade da renda;
- Os **programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida**, que atenuam as migrações e o isolamento;
- A existência de **recursos territoriais** que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas.

Caporal & Costabeber (2004) quando falaram de desenvolvimento rural (sustentável), traçaram uma noção da trajetória desenvolvimentista a partir de meados da década de 1940. Destacaram as teorias da Mudança Tecnológica, Teoria dos Insumos de Alto Rendimento e a Teoria da Difusão de Inovações que influenciaram o pensamento que coloca como obsoleto o setor rural/agrícola, bem como a transformação para uma sociedade mais avançada, contrária àquela verificada nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Mas a “insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento” despertaram para a ideia de sustentabilidade, como analisam aqueles autores.

Assim, ressaltou-se em síntese, nos alcances de um desenvolvimento rural mais sustentável, a continuidade dos estudos e práticas que avancem nas

questões sociais rurais (pobreza, miséria, abandono, desnutrição, desigualdade) por que passam grande parcela da população mundial ainda hoje. Essas ações também fazem parte do processo de desenvolvimento almejado por quem ainda não o alcançou, e teoricamente está contido nos discursos de organizações internacionais (BM, OEA, FAO).

1.8.1 O desenvolvimento rural repensado

Ashley e Maxwell (2001) ao mencionar o Consenso de Washington sobre Alimentação, Agricultura e Desenvolvimento Rural, sistematizaram algumas das contribuições pós-evento. Os autores salientam que **o desenvolvimento rural é central para os esforços do desenvolvimento, todavia a pobreza rural persiste e os recursos financeiros vêm declinando, implicando, assim, na necessidade de uma nova narrativa.**

Para tentar responder a questão “Podem os pequenos produtores sobreviver?”, os autores comentaram que o *paradigma do crescimento agrícola* baseado na eficiência da pequena propriedade dominou o cenário do pensamento em desenvolvimento rural nos últimos 50 anos. O debate é ancorado aos produtos básicos que têm papel importante – como os da agricultura familiar no Brasil – e envolveu entender se as pequenas propriedades (qualquer que seja o significado de pequena) são financeiramente e socialmente lucrativas, com ou sem investimentos adicionais.

Segundo Ashley e Maxwell (2001), Ellis e Biggs, defendem os pequenos produtores, argumentando que: i) **pequenos produtores tomam decisões eficientes;** ii) **usam a mão-de-obra familiar, que parece não ter custo de oportunidade;** iii) **tendem a estar em lugares que apresentam restrições à mecanização;** iv) **como resultado de ii e iii maximizam o retorno da terra;** v) **inovam com sucesso, pois novas tecnologias são neutras à escala e têm menos riscos que as tecnologias tradicionais;** vi) **podem participar com sucesso nas cadeias produtivas;** vii) **causam menos danos ambientais do**

que as grandes propriedades; viii) gastam sua renda incremental em produtos locais.

Enfim, para esses autores as pequenas propriedades são apresentadas como uma opção de relação ganha-ganha, satisfazendo tanto crescimento, quanto equidade. Paralelamente, podem-se obter comprovações empíricas, como demonstradas por Schultz (1964) e IFAD (2001, p.79) citados por Ashley e Maxwell (2001). Segundo o IFAD, por exemplo, a produtividade das pequenas propriedades é, pelo menos, o dobro das grandes na Colômbia, Brasil, Índia e Malásia.

Comparativamente, Ashley e Maxwell (2001) mostraram que há visão oposta, particularmente no que diz respeito aos espaços rurais do “new-style”, caracterizados pela diversidade de origem da renda, forte relacionamento com o meio urbano e integração com o mundo econômico; e especialmente: i) terra geralmente não é um recurso escasso onde dinheiro e força de trabalho sazonal podem ser limitantes; ii) trabalhadores de meio período (*part-time farmers*) podem não precisar de maximizar retorno da agricultura; iii) grandes propriedades pagam menos por insumos e recebem mais por produto do que as pequenas, dentre outros fatores; entre outros.

Evidência para essas e outras pressuposições é fragmentária. Como exemplo, ao estudar o México, América Central e Brasil, os autores demonstraram que pequenos produtores não conseguem aumentar sua produtividade para competir com os grandes quando se valem da especialização e economia de escala; encontraram também resultados similares ao estudar a África subsaariana.

1.9 Os desafios do novo pensamento sobre pobreza no cenário do desenvolvimento rural

Agricultura, pequenas propriedades e a economia rural não-agrícola estão todas relacionadas ao sustento, meio de vida de diversas famílias. No entanto, o

desenvolvimento rural tem se preocupado largamente com a saúde, educação, participação e proteção social.

Apesar de reportar ao ano de 2001, as ideias contidas no artigo de Ashley e Maxwell (2001) continuam relevantes. No contexto dos desafios para a criação de uma nova narrativa sobre a pobreza, para aqueles autores “A Nova Agenda da Pobreza” ainda é relevante, pois ajuda o desenvolvimento rural mover além do consenso dos anos 90, tanto no que diz respeito às diretrizes gerais quanto ao papel que o Estado deveria ter.

Há um relacionamento forte entre os cinco elementos do novo paradigma. São eles: i) Metas internacionais de desenvolvimento; ii) Estratégia para reduzir a pobreza, resumida no *World Development Report (WDR) 2000/1*; iii) Artigos de Redução Estratégica da Pobreza (AREP), como estratégia de operacionalização do WDR em cada país; iv) Novas tecnologias para fornecer suporte aos doadores dos AREP; e v) Subjacente a esses quatro elementos, está a avaliação e recompensa baseado nos resultados.

A Agenda da Pobreza é relevante para o desenvolvimento rural, na medida em que ela define objetivos para se alcançar o desenvolvimento e combater a pobreza e delinea a forma de alcançá-los. O relatório WDR 2000/1 é considerado uma fonte útil, pois congrega o pensamento internacional sobre o assunto. Resumidamente, ele adota uma definição de pobreza multidimensional e tem uma nova, mais equilibrada tríade: oportunidade, fortalecimento (“capacitação”) e segurança.

Como repensar o desenvolvimento rural, então, considerando a multidimensionalidade da pobreza? Seria preciso um estudo a parte para responder com profundidade esta questão. Por agora, a dica extraída dos autores (que já trabalham há mais de 25 anos com o desenvolvimento e com a pobreza) é levar em consideração os três aspectos: a oportunidade, que se refere principalmente ao crescimento, com seções sobre como fazer o mercado funcionar melhor para os pobres e como expandir os ativos dos menos favorecidos; o fortalecimento (a capacitação) que diz respeito a fazer com que instituições públicas respondam às pessoas pobres e a construção do capital social; por fim, a segurança, concernente ao gerenciamento do risco e redução da vulnerabilidade.

1.9.1 Em direção a uma nova narrativa do desenvolvimento rural e à redução da pobreza

Algumas conclusões adaptadas de Ashley e Maxwell (2001), que amarram os objetivos do desenvolvimento rural aos de solucionar a pobreza, foram destacadas em seguida:

- i. Áreas rurais são heterogêneas, não importando a medida. Algumas classificações são possíveis e úteis, particularmente a que distingue as distâncias dos centros urbanos, por exemplo, áreas perto, médias e remotas;
- ii. Todas as áreas rurais estão mudando em tamanho, estrutura e capacidade populacional de acordo com a nova atividade econômica e o grau de integração com a economia nacional e internacional. Consequentemente, as famílias buscam estratégias de subsistência multi-local e multi-ocupacional;
- iii. As políticas de desenvolvimento ainda têm que capturar essas mudanças;
- iv. Pergunta-se se a agricultura pode ser a força motriz do crescimento rural? Há razões para acreditar que sim e evidências empíricas, porém implica em “pressão” sobre os recursos naturais [essa pressão pode ser reduzida dependendo dos princípios utilizados na agricultura, por exemplo, de base agroecológica]. Soma-se ao quadro o declínio constante nos preços das commodities agrícolas. Políticas fiscais podem ajudar nesse quadro;
- v. O caso de a agricultura reduzir a pobreza rural está fortemente baseada na eficiência da pequena propriedade e sua contribuição para a economia local. Muito embora, sua viabilidade seja questionada com o aumento da complexidade tecnológica e a globalização das cadeias. Políticas públicas podem reduzir os custos de transação;
- vi. Se a agricultura está fraquejando, a economia rural não-agrícola pode ser uma alternativa. Investimentos são necessários para reduzir as barreiras à entrada dos pobres, mas devem ser direcionados pelas vantagens comparativas locais;
- vii. Há mais para o desenvolvimento rural do que produção, dentro ou fora da propriedade. O novo pensamento sobre a pobreza relaciona o desenvolvimento rural integrado e aponta o caminho a ser percorrido, com ênfase sobre os riscos da liberalização, a importância da distribuição de renda, o capital humano, e risco, vulnerabilidade e proteção social;
- viii. O Estado parece ter um importante papel na redução da pobreza e no desenvolvimento rural. Particularmente, ter certeza de que os pobres tenham um desempenho razoável na produção e um mercado relativamente estável;

- ix. Participação aparece com destaque no discurso de redução da pobreza. Parcerias com a sociedade civil é importante;
- x. Abordagem multi-setorial é necessária, o Estado também pode colaborar muito nesse quesito;
- xi. Uma abordagem diferente pode ser necessária para as áreas afetadas por conflitos crônicos ou instabilidade política;
- xii. O planejamento precisa ser feito coletivamente.

A partir das considerações realizadas até aqui, finalmente, pode-se delinear cinco princípios para uma estratégia de desenvolvimento rural “de sucesso” segundo o extenso trabalho dos britânicos Ashley e Maxwell (2001), a saber:

- ✓ Reconhecer a grande diversidade das situações rurais;
- ✓ Responder às mudanças do passado e futuro nas áreas rurais;
- ✓ Ser consistente com uma política maior de redução da pobreza;
- ✓ Refletir movimentos maiores de descentralização democrática; e
- ✓ Defender a produtividade do setor no desenvolvimento rural, como estratégia tanto de maximização do crescimento como de redução da pobreza.

2 A INVESTIGAÇÃO E OS MÉTODOS

A seguir será apresentada uma breve caracterização do local de estudo, Ouro Branco, MG, e a sua história. Também será caracterizada a Comunidade rural aqui estudada, o Morro do Gabriel. Em seguida, será delineada a metodologia utilizada nesta investigação.

2.1 O local de estudo

Ouro Branco é um município de Minas Gerais que vem se destacando no cenário mineiro como modelo de desenvolvimento. Ouro Branco possui 35.268 habitantes (IBGE, 2010), sendo a população residente na área urbana em torno de 31.609 pessoas e 3.659 pessoas morando no campo. A relação entre a população em idade inativa (jovens e idosos) com a População em Idade Ativa (PIA), conhecida como razão de dependência, é alta em relação aos municípios da região.

Apresenta um PIB superior a 2 bilhões de reais e um PIB per capita de 72.331 reais (IBGE, 2008). O índice de Gini do município é igual a 0,39 e o IDH-M igual a 0,801. Somente 0,6% dos domicílios não têm água canalizada, mais de 85% contam com rede geral de esgoto e 99,4% dos domicílios têm iluminação elétrica.

As principais atividades econômicas estão ligadas ao ramo industrial, principalmente siderúrgico, e também conta com pecuária, produção de tomate e produção de batata.

É um dos sete municípios que fazem parte do Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP). O município integra o núcleo da Região Mineradora Central (juntamente com Congonhas, Ouro Preto, Itabirito, Rio Acima, Raposos Nova Lima, e vários outros no Quadrilátero Ferrífero), eles

constituem núcleos urbanos formados e desenvolvidos a partir da mineração e da siderurgia.

2.1.1 Histórico⁸

A história do município de Ouro Branco tem início no fim do século XVII (1692), quando o bandeirante Antônio Rodrigues Arzão liderou o resgate a uma exposição que se perdeu pelas serras mineiras em busca de ouro no Ribeirão Tripuí. No entanto, Arzão também se perdeu em Itaverava e o novo caminho, percorrido dali em diante, levou sua bandeira à descoberta de algumas pepitas de ouro ao pé da Pedra Menina. Antes de morrer em São Paulo, o bandeirante confidenciou a descoberta ao cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, que, com o auxílio de amigos, subiu para Itaverava rumo ao Itacolomy.

Porém, o garimpo do local não rendeu o que era esperado e o grupo se dividiu após um desentendimento entre seus integrantes. Os que partiram para o nordeste, junto a Manoel Garcia, descobriram "ouro preto", cor produzida devido à presença do Óxido de Ferro na composição da pedra. Já Miguel Garcia e seus homens desceram o vale do "Rio da Serra", que corre em direção ao oeste paralelamente à aguda escarpa da Serra de Deus (te) Livre (hoje conhecida como Serra de Ouro Branco, tombada pelo IEPHA em 07/11/1978), e encontraram um ouro de cor amarelada, produzida pelo mineral Paládio associado ao metal e denominado "ouro branco" por simples contraste cromático aparente com o "ouro preto" do Tripuí, devido ao Ribeirão do Tripuí (que significa *água veloz* na língua tupi). Provavelmente no ano de 1694, a bandeira de Miguel Garcia fundou, naquela região (então denominado "Foz do Itatiaia"), um povoado. A claridade do ouro encontrado inspiraria o nome do novo vilarejo: Santo Antônio de Ouro Branco. Junto a esse povoado, também nascia o ciclo do ouro.

⁸ As informações sobre o histórico do município de Ouro Branco foram retiradas do *site* da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, Câmara Municipal de Ouro Branco e do IBGE cidades.

Ouro Branco se desenvolveu por meio da mineração e, durante o ciclo do ouro, foram construídas a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Capela Nossa Senhora das Dores, hoje Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens. Edificada no período de 1717 a 1779, a matriz é uma das mais antigas igrejas mineiras (apesar de sua importância, existem poucos documentos sobre a matriz). Com seus detalhes em pedra de cantaria, altares de características barrocas e pinturas do mestre Manoel da Costa Ataíde, esta igreja de alvenaria é o primeiro elemento de tombamento federal na cidade, em 1949. A igreja passou por reformas introduzidas por Antônio Francisco Lisboa, conhecido por Aleijadinho no séc. XIX.

Ouro Branco é uma das mais antigas freguesias de Minas Gerais. Elevada à categoria de freguesia colativa em 16 de fevereiro de 1724, conforme o alvará régio expedido pela Rainha Maria I durante o governo de Dom Lourenço de Almeida, o arraial já possuía considerável importância, graças à prosperidade de sua população. Uma vez que a população negra de Ouro Preto era muito grande, o povoado tornou-se um refúgio das famílias abastadas que não desejavam se misturar com os escravos. Uma lista organizada pelo Provedor da Fazenda Real Domingos Pinheiro, em 1746, constatou que oito dos homens mais abastados da região residiam em propriedades situadas nesta freguesia.

Como a extração de ouro na região era inferior à de Ouro Preto e a tonalidade cromática das jazidas auríferas e as dificuldades de exploração, advindas do primitivo processo utilizado, a atividade mineradora retrocedeu e cedeu lugar ao comércio e agricultura. Com o estabelecimento de um novo caminho para o comércio com Vila Rica (antigo nome de Ouro Preto), Ouro Branco passa a ser um ponto estratégico para as tropas, que traziam produtos diversos como sal, tecidos, manufaturados, utensílios e notícias da corte. O local também ganhou importância como ponto de passagem e estadia para os que transportavam ouro de Vila Rica para a capital Rio de Janeiro, uma longa e árdua viagem.

Assim, o núcleo urbano se estabeleceu em torno da Igreja de Santo Antônio e do “Caminho Novo”, hoje uma rodovia asfaltada e conhecida como Estrada Real. A movimentada estrada possibilitou o surgimento de “fazendas” que determinaram os ciclos econômicos da região. Em meados do século XVIII,

estas fazendas, cuja produção agrícola abastecia Ouro Preto durante todo o “Ciclo do Ouro”, regiam a vida dos habitantes da região. Além da hospedagem de viajantes, as atividades destas fazendas também incluíam a criação de bois, porcos e cavalos. Outras fazendas ainda se destacariam por sua importância cultural, como a Fazenda Pé-do-Morro, onde se encontra a Capela de Santana (ambas tombadas pelo IEPHA em dezembro/2009). Por possuir um solo de terras arroxeadas, a região ainda foi propícia à vinicultura. Como a única localidade brasileira onde os habitantes se dedicavam à esta atividade, Ouro Branco foi sede da Companhia de Vinhos Nacionais.

No início do século XX, por meio de uma sociedade entre um comerciante português e outro de Ouro Preto, sementes de batata foram importadas de Portugal e, dessa forma, a cultura deste vegetal prevaleceu na região. Na época, Ouro Branco se destacou como a maior produtora de batatas do estado e, ainda hoje, o “Ciclo da Batata” deixa vestígios. Desde 1983, a cidade comemora a “Festa da Batata”, evento realizado na primeira semana de outubro e que reúne mais de 30 mil pessoas diariamente.

Durante muito tempo, Ouro Branco figurou como distrito de Ouro Preto. Somente em 12 de dezembro de 1953, o então Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, sancionou a Lei nº 1.039, elevando Ouro Branco à condição de município. A instalação se deu em 1º de janeiro de 1954 e teve como Primeiro Intendente Municipal o Sr. Almir Baeta Neves, que exerceu o cargo por quinze dias até ser exonerado por imposição eclesiástica e da população local. O Governo do Estado nomeou, então, o Dr. Wilson Getúlio, que governou o município de 15 de janeiro de 1954 a 31 de janeiro de 1955, quando foi realizada a primeira eleição municipal.

Em 1976, devido a sua localização privilegiada, Ouro Branco foi escolhido pelo Governo para receber o Complexo Siderúrgico da Açominas, iniciando um novo ciclo econômico: o “Ciclo do Aço”, que superou todas as atividades anteriores.

2.1.2 A Comunidade Morro do Gabriel

Morro do Gabriel (M. G.) é uma pequena comunidade rural do município de Ouro Branco. No passado, o M. G. era distrito do município de Ouro Preto. A comunidade se situa na Serra de Ouro Branco, há aproximadamente 24 km do centro urbano. Não há dados disponíveis ou o histórico sobre o Morro do Gabriel, mas por meio de entrevistas com os antigos moradores do Morro e alguns documentos encontrados no *site* da prefeitura municipal, foi possível obter algumas informações que remetem à história do local.

O Morro do Gabriel não era uma comunidade rural, ela se formou a partir da chegada da empresa Mineração Geral do Brasil, que atraiu varias pessoas pela oferta de emprego nas Minas. Depois de a mineração fechar, umas pessoas migraram para outros lugares, outras foram morar no centro urbano de Ouro Branco e, atualmente, apenas seis famílias permanecem na Comunidade. A maioria dos moradores é aposentada, o morador mais antigo reside no Morro há 40 anos. Apesar de haver poucas crianças, há dois ônibus escolares que passam na Comunidade para levá-las às escolas de Cachoeira do Campo e de Ouro Branco.

Não há atualmente nenhuma atividade econômica própria do M. G.. As pessoas que ainda trabalham, sobrevivem da carvoaria, do funcionalismo público ou do garimpo de pedras preciosas.

O Morro é apontado como a Comunidade mais pobre da área rural. Por outro lado, é um local importante por sediar um conjunto de artefatos arqueológicos e ruínas, além de uma vegetação preciosa para a ciência e essencial aos objetivos do Monumento Natural Estadual de Itatiaia. Futuramente, poderá fazer parte do Parque Estadual da Serra de Ouro Branco.

O Apêndice desta pesquisa contem fotos tiradas na Comunidade Morro do Gabriel, com o intuito de ajudar o leitor a ter uma ideia melhor do local.

2.2 Referência metodológica

A natureza deste estudo se caracteriza como Pesquisa Qualitativa, que considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. É, assim, descritiva e utiliza o método indutivo, sendo o processo o foco principal.

A metodologia utilizada nesta investigação, portanto, é de caráter qualitativo e inspirada nas orientações do sociólogo americano Howard S. Becker. Baseamos em uma visão alternativa da pobreza, sem ser totalmente definida ou fechada, mas que não se restringe a um problema de insuficiência de renda. Os dados foram coletados de forma a permitir que atores públicos e indivíduos apontados como “pobres” fossem capazes de expressar suas experiências e conceitos de pobreza e desenvolvimento presente em cada imaginário. A análise foi realizada de maneira a apreender esses conhecimentos, estando, deste modo, vinculada aos discursos e narrativas dos entrevistados.

“[...] prefiro um modelo artesanal de ciência, no qual cada trabalhador produz as teorias e métodos necessários para o trabalho que está sendo feito. [...] Em vez de tentar colocar suas observações sobre o mundo numa camisa-de-força de ideias desenvolvidas em outro lugar, há muitos anos atrás, para explicar fenômenos peculiares a este tempo e a este lugar, os sociólogos – prefiro “os pesquisadores” – podem desenvolver as ideias mais relevantes para os fenômenos que eles próprios revelaram.” (Becker, 1997, p.12)

Este trecho nos faz refletir sobre a ideia da rigidez de termos necessariamente que apoiar somente em autores clássicos da área, isso significou que Becker ampliou para as Ciências Sociais o hábito tradicional de se fazer o uso de apenas umas poucas referências, frequentemente utilizadas para analisar um estudo. Assim como os autores célebres foram criativos, outras pessoas também podem se revelar neste tipo de produção. Em adicional, há muitos outros pesquisadores/cientistas (de países longínquos) que não são essencialmente clássicos, mas cujas ideias podem ser inovadoras, profundas e conjuminadas com a nossa forma de pensamento.

Becker aqui foi um motivador importante, pois além de nos incentivar a valorizar nossas soluções *ad hoc*, por meio dos seus próprios exemplos, nos seus ensaios ele procurou dar certa ênfase a trabalhos de campo, que compõe geralmente a parte empírica de um estudo, contribuindo especialmente para a Ciência que ele escolheu se dedicar com muitas orientações para esta prática (VELHO, 2002). Discutindo sobre a maneira que ele sempre trabalhou, Becker

explicou “Eu desenvolvi a lógica depois do fato de sua utilização, de modo a tornar meus métodos mais inteligíveis e úteis para os outros.” (1997, p.13)

O trabalho de campo teve três propósitos: primeiramente para nos interar um pouco da atualidade do meio rural do município de Ouro Branco; segundo, servir de meio para potencializar a escolha do problema e o desenvolvimento da própria pesquisa e, terceiro, como fonte de dados. Quanto aos temas discutidos durante o levantamento dos dados, esses se referem à evolução da violência, da vida no campo e do desenvolvimento de forma geral e sobre a pobreza, com ênfase rural, nos limites do espaço municipal.

A fonte de dados primários foi coletada principalmente nas entrevistas, e os dados secundários foram obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de documentos disponíveis na Prefeitura e na Biblioteca Municipal e em reuniões do Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP) e da Agenda 21 municipal..

2.3 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi composta de uma revisão mais geral sobre a pobreza global e nacional e rural, a fim de ressaltar um profundo paradoxo que vivenciamos no nosso país; também foram levantadas algumas ideias sobre o desenvolvimento rural com o objetivo maior de problematizá-lo.

2.4 Pesquisa documental – Dados secundários

Para a realização da pesquisa documental, utilizamos alguns dados do município de Ouro Branco disponível no IBGE; em folhetos que continham a história do município; em documentos oficiais, como em planilhas de estudos realizados ou contratados pela a Secretaria de Agricultura; meios de comunicação públicos, como o site do município onde saem notícias recentes

sobre as comunidades rurais; no Relatório “Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto Paraopeba” confeccionado pela Cedeplar e em documentos disponíveis na Biblioteca Municipal.

2.5 Dados primários

A base geradora dos dados primários do estudo foi desenvolvida no período de abril a novembro de 2009 e se dividiu em dois momentos: o primeiro utilizando a técnica de observação a campo e o segundo realizando entrevistas semi-estruturadas.

2.5.1 O método de observação a campo

A observação foi o primeiro método utilizado no trabalho de campo a fim de que pudesse aproximar mais da realidade do meio rural do município, com a ajuda de um mediador – o veterinário do município – que conhecia a maioria das famílias a campo. A duração da aplicação deste método foi de quatro meses (abril-agosto), assim as observações poderiam fornecer muitas evidências, do mesmo modo poderiam fornecer vários tipos de evidências e nos deixar mais convencidos de uma conclusão. Decorrente dos percursos realizados nesta fase, das conversas informais e do que foi observado foram coletados dados através da minha incursão em alguns momentos da vida cotidiana de várias famílias moradoras de diferentes comunidades rurais. As pessoas foram observadas para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas, principalmente em casos que pudessem caracterizar pobreza (BECKER, 1997).

As operações analíticas básicas realizadas na observação foram: a seleção e definição de problemas, conceitos ou por itens que possam servir como indicadores úteis de fatos que sejam mais difíceis de observar – nesta

fase, procurou-se pelo problema que ofereceu a perspectiva de produzir a maior compreensão da realidade do meio rural do município e das relações presentes entre comunidades. Paralelamente, conceitos e indicadores de pobreza foram selecionados. Esta etapa permitiu concluir se o fenômeno da pobreza existia ou não no campo.

Deixei que os membros das comunidades me definissem como estagiária do veterinário durante as observações, pois assim senti que não causaria nenhuma mudança no comportamento das pessoas.

2.5.2 O método da entrevista semi-estruturada

O método da entrevista semi-estruturada foi desenrolado a partir de um roteiro de perguntas (pode ser encontrado no item abaixo) se dividiu em dois momentos: primeiramente, foi aplicado nos principais atores públicos, selecionados por terem uma forte representação na cidade e relevantes pela ligação com o campo e o conhecimento local. Entre eles estão Secretários municipais, Presidente de uma Associação de produtores de leite (mais ativa dentre as que existem atualmente), Presidente do STR e um Agrônomo da Emater. Ao todo foram entrevistados 9 Agentes.

No segundo momento, as entrevistas foram realizadas na comunidade apontada como pobre pelos atores públicos – Comunidade Morro do Gabriel. Pelo menos um representante de cada família residente permanentemente no local foi entrevistado. Ao todo residem na Comunidade em torno de 6 famílias, sendo que duas pertencem à mesma família. Portanto, foram entrevistadas 5 famílias.

O objetivo das entrevistas consistiu em encontrar evidências diretas sobre a existência de pobreza no meio rural e onde ela estaria localizada, além de conhecer os conceitos que estariam no imaginário de cada entrevistado sobre questões de pobreza e desenvolvimento.

Ao todo, este estudo contou com 14 entrevistados. O processo de seleção dos entrevistados e as entrevistas em si ocorreram no período de setembro a novembro de 2010.

2.5.2.1 Informantes

Os informantes foram estruturados a partir da seguinte diferenciação: informantes *out*, pertencentes à Administração Pública e outras organizações locais; informantes *in*, referentes aos moradores da Comunidade Morro do Gabriel. Os primeiros foram identificados de acordo com o cargo assumido dentro da Organização, e os informantes *in* como moradores 1, 2, e assim sucessivamente. Foram eles⁹:

Informantes *out*

- Secretário da Promoção Humana e Assistência Social;
- Secretária da Educação;
- Secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Supervisor do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Secretário da Saúde;
- Gerente das Unidades de Saúde Rural.
- Agrônomo da EMATER/Ouro Branco/MG;
- Presidente da Associação de Produtores – Ruralcoop;
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Informantes *in*

- Morador 1 do Morro do Gabriel

⁹ Os nomes não foram divulgados de forma a preservar a identidade dos entrevistados.

- Morador 2 do Morro do Gabriel
- Morador 3 do Morro do Gabriel
- Morador 4 do Morro do Gabriel
- Morador 5 do Morro do Gabriel

2.5.2.2 Roteiro

Levando em consideração o objetivo geral deste trabalho, que foi analisar a relação entre os entendimentos que se tem de quem está fora da pobreza e daqueles que são apontados como pobres, foi elaborado um pequeno roteiro de entrevistas, estruturado nas etapas A e B. Na primeira, os questionamentos foram direcionados aos atores públicos; na segunda às famílias do Morro do Gabriel. Os questionamentos se referem aos mesmos assuntos sobre desenvolvimento e pobreza, porém com ajustes necessários a seus devidos fins.

Etapa A

1. Considerando uma escala de tempo, os níveis de risco, vulnerabilidade, exclusão, crime e conflito variaram. Por quê?
2. Quais os aspectos que caracterizam o desenvolvimento da região (incluindo o meio rural)?
3. O desenvolvimento do município melhorou ou piorou nos últimos 20 anos?
4. Existe pobreza no meio rural do seu município? Se afirmativo, qual comunidade rural apontaria como a mais pobre?
5. Como o Sr(a) classifica os níveis de pobreza em Ouro Branco?
6. Como se caracteriza a pobreza rural em Ouro Branco?
7. Como o Sr(a) definiria pobreza?

Etapa B

1. Há quantos anos o Sr(a) mora no meio rural?

2. A vida no campo melhorou ou piorou nos últimos 20 anos? Em quais aspectos observa esta mudança? Acha isso por quê?
3. Quais as instituições mantêm relação com a comunidade? Quais ajudam a melhorar(mudar) a vida das pessoas aqui?
4. O que é qualidade de vida para o(a) Sr(a)?
5. O que o(a) Sr(a) entende por desenvolvimento?
6. Como o Sr(a) define a pobreza?
7. Existe pobreza aqui? Por quê? Quem é(são) considerado(s) pobre(s)?

2.6 Análise dos resultados

Para a análise pós-trabalho de campo, prosseguimos de forma ordenada na operação e construção de um “modelo.” Consideramos o caráter das conclusões e decidimos sobre o tipo de evidência que poderia causar sua rejeição, derivando testes posteriores através da dedução de conseqüências lógicas e da avaliação sobre se os dados sustentam as deduções ou não. As evidências foram identificadas a partir da combinação das técnicas de observação a campo e das entrevistas, tipificadas por assunto abordado. Consideraram-se aqui hipóteses alternativas razoáveis, e se avaliou se a evidência as refutou ou não. Finalmente, completamos o trabalho de estabelecimento de interconexões entre “modelos parciais”, de modo a ultimar uma síntese global que incorpore todas as conclusões (BECKER, 1997).

Portanto, para analisar a relação entre os entendimentos que se tem sobre quem está de fora da pobreza e daqueles que são apontados como pobres, os resultados foram construídos a partir da análise dos discursos. Para avaliar a pobreza vista por esses dois lados, focalizamos a atenção na identificação das distintas percepções sobre pobreza e desenvolvimento. Os resultados adquiriram uma forma mais descritiva, embora permeado por discussões, uma vez que se pretende dar ênfase às narrativas e ressaltar o contraste das ideias “out” e “in”.

3 PERCEPÇÃO OUT DA POBREZA (RURAL) – AGENTES DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

Os capítulos 3 e 4 foram dedicados à apresentação dos resultados deste estudo. Os resultados adquiriram uma forma mais descritiva, embora permeado por discussões, uma vez que se pretende dar ênfase às narrativas e ressaltar o contraste das ideias “out” e “in”.

A análise das falas, ou a percepção “out”, captada dos Agentes de Desenvolvimento Urbano e Rural, sobre o desenvolvimento e a pobreza em geral e no campo, resultou da visão própria dos Agentes, ora emaranhada ora não com a visão institucional.

As percepções representam os conceitos formados no imaginário dos que estão à frente do Desenvolvimento Municipal e das Políticas Públicas, trabalhando *com* e *para* a sociedade e lutando pelos seus direitos fundamentais; elas também contêm os parâmetros utilizados pelos gestores e representantes para classificar pessoas como *pobres* e *não pobres* e determinado lugar como *não desenvolvido* e *desenvolvido*.

3.1 Indicadores de vulnerabilidade socioeconômica

Os entrevistados demonstram ter uma concepção sobre o desenvolvimento de forma crítica, desordenado e excludente, o que tem sido fator de desagregação social. Os conceitos de desenvolvimento que fundamentam suas concepções podem ser encontrados em vários autores que discorrem sobre os estilos de desenvolvimento, não sendo o objetivo de o estudo aprofundar nesta questão, mas considerar a pobreza dentro do contexto do desenvolvimento rural.

Por agora, a visão dos agentes urbanos está relacionada ao desenvolvimento urbano. Neste sentido, o descontentamento da população tem

ocorrido em função da expansão industrial, que ao mesmo tempo em que tem “desenvolvido” a região, tem trazido problemas sociais. A criação de postos de trabalho atrai uma população de migrantes que, de acordo com os depoimentos, tende a gerar insegurança à população local.

Neste estudo, a falta de segurança foi tematizada com referência a uma variedade de fatores dentre os quais aumento populacional, migração, tráfico de drogas e focalização do município na mídia.

Não há um indicador oficial no município que meça o índice de criminalidade. Como anteriormente citado, houve indícios ligados a variação dos níveis de violência que foram percebidos, como:

- Crescimento demográfico
- Migração
- Tráfico de drogas
- Município como foco da mídia

O aumento da oferta de emprego, após 2007, como consequência da expansão regional das indústrias, é um fator positivo relacionado ao crescimento e à segurança econômica. Por outro lado, tem sido apontado como um fator negativo de desenvolvimento, pois a oferta de empregos não consegue ser suprimida pela mão-de-obra própria do local, tendo que recorrer-se à mão-de-obra vinda de fora. Isto tem tornado a cidade um ponto de atração para pessoas vindas de outras regiões e, conseqüentemente, pouco identificadas com a cultura local. Observou-se essa preocupação na fala do Agrônomo: *Todas essas oportunidades de emprego da região atraem muitas pessoas, nem sempre pessoas boas. (Agrônomo)*. Isso não significa que as pessoas que habitam o município são todas “boas”, porém aqueles que têm migrado para o município vêm de várias regiões, possuindo uma origem desconhecida para os moradores da cidade.

Quando o desenvolvimento chega a uma região é preciso que os gestores públicos estejam atentos sobre como se dará o processo de expansão da localidade, planejando sua infraestrutura para que ela acompanhe a demanda pelos serviços de habitação, alimentação, transporte, saneamento, energia,

coleta de lixo, entre outros. Esse cuidado pode evitar vários problemas, como por exemplo, o citado neste depoimento do Secretário da Promoção Social:

Os investimentos são aplicados sem considerar os impactos sociais, trazendo assim a exclusão social daqueles que por algum motivo não conseguem reter parte dos benefícios do desenvolvimento [...].
(Secretário da Promoção Social)

Os impactos sociais quando não são considerados, podem também criar nos moradores (nativos) sentimentos de insatisfação. Isso pode servir como um desestímulo à participação ativa dos habitantes no processo de desenvolvimento, sentindo-se prejudicados com a nova configuração do município, gerando um mal-estar e um crescente sentimento de vulnerabilidade sócio-cultural.

A exclusão social pode ocorrer por vários motivos. Um dos empecilhos que tem sido apontado como excludente para a participação dos habitantes no processo de desenvolvimento tem sido a formação profissional. No caso dos trabalhadores rurais, se não fosse a deficiência educacional, aparentemente eles não estariam excluídos deste processo. Isso porque eles vêm se sentindo cada vez mais atraídos pelos empregos nas indústrias, principalmente devido aos salários e aos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro salário, plano de saúde etc.).

Para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), nascido e criado no município há 53 anos, a violência no campo não sofreu alterações significativas nesses últimos 20 anos, o contrário do que vem ocorrendo com os pobres dos centros urbanos. No entanto, tem havido uma infiltração do tráfico de drogas em todo rural, o que não tem acarretado conflitos maiores, mas uma preocupação nova para as comunidades, pois parecem não estar preparadas para enfrentar a situação. Já no meio urbano, este assunto é uma preocupação maior das mulheres, uma vez que atinge o núcleo familiar. Mesmo com uma disponibilidade maior de informações hoje, ainda se percebe uma falta de preparo para lidar com a questão das drogas, não só no meio rural, mas principalmente no meio urbano, e temem que o problema tenda a se agravar no futuro. Conforme o Presidente do STR:

Os jovens da zona rural estão vindos todos para a cidade, porque não têm nada pra eles lá, não tem lazer. Hoje só 4 comunidades têm, sendo que pelo menos 10 comunidades que são fortes aqui tinham que

ter. Também as drogas que chegaram, toda zona rural não escapou não, consumidas pelos jovens. Em casa não há conflito, é mais entre eles lá. A boa família ainda carrega aquele respeito que tinha no passado. As drogas estão desviando a atenção dos jovens, eles estão largando de estudar e perdendo até o sentido da vida. A gente vê jovem hoje na zona rural com 17, 18 anos, você fala com ele e você acha que ele tem 30, 40 anos. Perde até o sentido de trabalhar. A gente nunca pensava que isso ia acontecer na zona rural, porque a gente era acostumado ver as pessoas drogadas, mas com álcool, não com isso que está acontecendo hoje. Dificilmente você vê um jovem alcoolizado na zona rural, mas infelizmente esta outra droga... (Presidente do STR)

A luta por terras nunca foi causa de conflito. Uma preocupação existente é que com o fechamento de 60% das escolas rurais, o espaço se tornou inerte, com algumas poucas exceções. A partir da constatação, o lazer tem um papel essencial na vida de um jovem na zona rural. Atividades ligadas ao lazer podem ajudar a “desviar a atenção” dos jovens, para a melhoria da saúde e aumento da qualidade de vida. Podem com isso, encontrar motivos para permanecerem no meio rural no futuro. Portanto, o lazer rural é uma questão relevante e um problema a se resolver.

Na cidade, causas aparentes podem estar sendo confundidas com causas reais. A Secretária de Desenvolvimento Sustentável ressalta que é comum escutar: *“Oh, a gente tem 7000 trabalhadores na cidade e 5000 são de fora; a violência aumentou porque 5000 são de fora.” Então a gente tem ter muito cuidado. (Secretária de Desenvolvimento Sustentável).*

Quando uma localidade está em processo de um estilo de desenvolvimento excludente, pode ser verificado juntamente a essa situação, um aumento nos índices de criminalidade. A partir do depoimento, revelou-se que não necessariamente um incremento demográfico seja o vilão do aumento nos índices de violência. Em outros momentos da fala da Secretária, foi salientado também que a crescente necessidade de trabalhadores no município surgiu um pouco depois da chegada do tráfico de drogas na região. A chegada atualmente de uma Universidade para o município tem sido um fator também de preocupante da comunidade em geral, pois isso pode representar um potencializador do consumo de drogas.

Outro indício apontado como gerador da insegurança, foi o fato de o município estar em evidência constante na mídia, principalmente sendo

associado à cidade como um modelo de desenvolvimento, corroborou para que ele seja também um potencial alvo de pessoas mal intencionadas. A fala da Secretária de Desenvolvimento Sustentável apresenta a relação entre desenvolvimento e violência:

Ouro Branco figura como a 1ª cidade do Estado de Minas em Desenvolvimento Municipal e a 40ª do Brasil¹⁰. Há um ano atrás, a gente era a 3ª do Estado e estava na 89ª ou 91ª no Brasil. Então a gente já veio para 40ª no ano base de 2007 do IBGE. Com isso, todo dia a gente tá na mídia. Isso, de certa forma, também cria uma coisa de que aqui é um eldorado e aí, claro, tem muita gente que começa a observar isso. E muitas coisas que aconteceram em Ouro Branco, era gente também de fora, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, porque eu andei estudando um pouco sobre isso, que as grandes redes criminosas agora elas têm uma tendência de ir para o interior. Então eles vão e começam a pesquisar também. (Secretária de Desenvolvimento Sustentável)

A partir da observação, constata-se que o processo de desenvolvimento muitas vezes é doloroso, nem sempre é encadeado de realizações satisfatórias. Problemas do “desenvolver” a serem resolvidos, poderiam ter um bom começo se fossem pensados os ajustes no crescimento demográfico, o controle da migração, o combate ao tráfico de drogas e olhares atentos sobre a mídia.

Outras declarações (por exemplo, da área da saúde) estenderam para além da visão geral (compartilhada pela população) e institucional sobre o aumento da criminalidade, incutindo no discurso uma visão religiosa. Essa revelou como uma das causas centrais do desvio da sociedade para agir violentamente, o sentimento de perda da estima da família, núcleo da religião

¹⁰ O alto Índice de Desenvolvimento está relacionado, primeiramente, à alta oferta de emprego e alta renda municipal per capita; em segundo lugar, devido aos investimentos na saúde e, por último, na educação, seguindo a tendência do processo de interiorização do desenvolvimento no Brasil e em direção contrária ao resultado geral (IFDM, 2010). De acordo com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2010), a educação apareceu como a área de desenvolvimento de maior influência no desempenho do índice geral, enquanto saúde manteve a trajetória de ascensão vagarosa; emprego e renda foi a área que registrou pequena acomodação. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi criado pelo Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) para acompanhar a evolução dos municípios brasileiros; varia numa escala de 0 (pior) a 1 (melhor) para classificar o desenvolvimento humano, de acordo com dados oficiais relativos a emprego e renda, educação e saúde. Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento humano. Ouro Branco obteve as pontuações 0.8743, 0.9547, 0.8173 e 0.8509 no índice geral, emprego e renda, educação e saúde, respectivamente.

católica. A desvirtuação dos valores familiares gera uma mudança no comportamento das pessoas em relação às tradições passadas de geração em geração. É perceptível que as perdas dessa transformação geralmente são lembradas, ficando esquecidos os ganhos e, também, o que poderá vir pela frente.

3.2 Aspectos do desenvolvimento regional

De acordo com os depoimentos, dez aspectos que podem caracterizar o desenvolvimento da região do Alto Paraopeba, focado mais neste caso no entorno de Ouro Branco, incluíram não só os de cunho urbano, mas também rural, como pode ser visto abaixo.

- A lucratividade das atividades agrícolas;
- Industrialização;
- Oferta de emprego;
- Melhoria da qualidade de vida;
- Políticas públicas para o meio rural;
- Transitoriedade entre ciclos (ouro, uva, batata e aço);
- Presença de empresa de grande porte;
- Sistema de saúde público de qualidade;
- Estrutura física das escolas urbanas/rurais;
- Diminuição da evasão rural.

O Censo do IBGE (2010) indicou que o tamanho da população rural do município de Ouro Branco permanece na faixa percentual de 10,4%. Se considerarmos a média da área de um estabelecimento rural, ou seja, se for dividido o número total de estabelecimentos rurais pela área total, chegaremos ao valor de 20 ha em média por propriedade rural. Porém, esta medida não representaria corretamente a realidade. Analisando mais detalhadamente, o Censo Agropecuário (2006) nos mostra que apenas 10% das propriedades ouro-branquenses possuem aquele tamanho; 35% dos estabelecimentos têm entre 20-100 ha e 15% abrangem entre 200-500 ha. A agricultura familiar do município

estaria enquadrada numa propriedade de até 80 ha, o que gira em torno de 57% dos estabelecimentos agropecuários.

Sobre a agricultura familiar e o processo de desenvolvimento do campo, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável disse:

Como a gente vive numa região extremamente industrializada, eu acho que o meio rural ficou um pouco relegado. Então assim, a gente aqui tem 10% da população na área rural. Com o Censo novo eu acho que a tendência é até diminuir. Então, o desenvolvimento ficou muito focado na siderurgia e na mineração. E o produtor rural, aqui a gente só tem minifúndio, as propriedades são pequenas mesmo, a maioria é agricultura familiar e ela ficou relegada muito tempo. (Secretária de Desenvolvimento Sustentável)

A partir dessas observações é possível começar a visualizar sobre o caráter excludente do processo de desenvolvimento da região, principalmente em relação às áreas rurais. A Secretária acrescentou:

E nos últimos 6 anos, de acordo com a minha vivência no meio rural, porque até então eu tinha pouca vivência, houve um investimento da Administração no sentido de melhorar a condição do trabalhador, do homem do campo, de dar algumas condições de melhoria no sentido de capacitação, qualificação do trabalhador, equipamentos. E a agricultura familiar também tomou um rumo interessante, com o apoio dos governos federal e do estado, a gente começou a desenvolver um trabalho mais efetivo com a EMATER, que até então ficava desintegrada da Administração Municipal. Então a gente tem o PAA [...] em que a gente ajuda o homem do campo e o recurso fica dentro da cidade. O Banco do Brasil entrou mais com o financiamento para a agricultura familiar. E agora tem a merenda escolar... (Secretária de Desenvolvimento Sustentável)

De fato, melhorar as condições de trabalho do homem do campo é algo que deveria que ser realizado continuamente, independente da arena de poder montada por uma gestão municipal. O processo de melhoria contínua do campo iria trazer resultados efetivos e duradouros para o desenvolvimento rural almejado. O esforço realizado pelas organizações para realizar um trabalho mais articulado entre si e com os produtores rurais foi um passo importante tomado.

No entanto, os Programas federais têm começo e fim, assim como os administradores públicos. A partir das observações apresentadas, subentende-se que ainda hoje o campo não é projeto prioritário. Não há um plano específico com metas claras para a agricultura; ela “tomou um rumo interessante” pelo esforço próprio ou por ações difundidas pelas PP.

Ainda pode-se pensar em investir em um maior número de profissionais do campo se o objetivo é desenvolver o rural, uma vez que há poucos

profissionais a campo à disposição dos produtores. É muito importante que os profissionais trabalhem junto aos produtores, bem como se munirem de local e ferramentas básicas de trabalho.

Apesar de estar se discutindo sobre componentes positivos que caracterizem o desenvolvimento da região, vêm-se revelando alguns entraves para um desenvolvimento mais ordenado, especialmente na área rural, como por exemplo, a falta de articulação das organizações supracitadas. Na prática, não só de aspectos positivos se constrói um desenvolvimento; os elementos negativos também fazem parte do processo de desenvolver, constituindo-se em aprendizados. Como exemplo, podemos perceber no próximo discurso a preocupação da Presidente da Cooperativa de Leite com a falta de entendimento e objetividade dos membros cooperados. A organização da comunidade e da produção são aspectos vitais para se atingir o desenvolvimento em diferentes escalas.

Uma coisa grave que acontece é desunião. O pessoal é muito desunido. Cada um cuida da sua propriedade, das suas vaquinhas... E se um vizinho chega pro outro pedindo ajuda, ele não se prontifica a ajudar. Mas quando a gente fala "Vamos reunir gente, pra fazer tal coisa, pra atingir um objetivo maior", ninguém tem tempo de ir, a pessoa tá sempre ocupada, todo mundo foge. Fica com medo de confiar, se envolver e de atrapalhar a situação dele. Ele já tem a propriedade dele lá que ele controla. Se ele se envolver em outra coisa, ele fica meio balançado. É o caso da Cooperativa mesmo. Aí não consegue desenvolver. A união causa muita mudança, mas a desunião não. O que pode trazer desenvolvimento é a própria conscientização dos donos. E isso é uma questão de informação e de geri-la também, as capacitações aqui abrem a cabeça de muita gente. Acredito que a mudança da cultura também pode trazer desenvolvimento. (Presidente da Ruralcoop)

Ampliando um pouco a colocação acima, o que acontece não é apenas uma falta de união, mas é um comportamento enraizado nas pessoas daquele meio que nunca foram prioridade do projeto de desenvolvimento da região. O medo de se investir em empreendimentos rurais, mesmo que cooperado, foi algo naturalmente incorporado na cultura do campo, que nunca recebeu incentivos para ser uma peça aliada ao motor da economia local.

A última oração do mesmo relato pode nos revelar uma pista de outro entrave que começou no passado. Segundo Costa & Costa (1998, p. 66), a chegada de um grande projeto de natureza mono-industrial em uma região de incipiente densidade econômica e populacional, como era a região de Ouro

Branco, significou “impactos negativos sobre as atividades econômicas até então existentes, em especial no meio rural.” Assim, ao lado de novas oportunidades oferecidas à força de trabalho, observou-se “um processo crescente de exclusão socioeconômica e sócio-espacial.”

Há outra interpretação que saiu “de dentro” do poder municipal e apresentou pouco viés institucional, prevalecendo uma visão pessoal crítica. Ela reconheceu a vitória alcançada no IDH-M e mostrou preocupação com os critérios que determinam o desenvolvimento de um local, todavia buscou outros questionamentos. Conseguiu-se vislumbrar a diferenciação do desenvolvimento dentro do mesmo município devido, por exemplo, aos diferentes processos de conquista de uma rede de infraestrutura básica. Isso ocorreu dentro do planejamento do município (em meados de 70, para atender a expansão siderúrgica durante o regime militar), voltado para dar suporte à siderurgia, de forma segmentada e excludente, mas acabou virando uma vantagem comparativa em relação a outros municípios em situação semelhante (Costa & Costa, 1998). O entrevistado abaixo se enquadrou nessa visão.

Primeiro o que é desenvolvimento? Às vezes a pessoa a pessoa caracteriza desenvolvimento como crescimento né. Aí, na Idade da industrialização no Brasil, década de 40-60, uma cidade que tivesse chaminé soltando fumaça era uma cidade progressista. Por quê? Porque ali tinham indústrias, e indústrias era progresso. Como o passar do tempo, a gente viu que aquela fumaça jogada na atmosfera, na verdade, era um processo de poluição que ia causando problemas de saúde para as pessoas. Aí que entra outra fase de desenvolvimento. Ouro Branco foi um processo um pouco diferente pra quem chegou, porque já encontrou uma cidade com uma infraestrutura, já tinha casa, já tinha água, coleta de esgoto, uma rede de educação, não passou por um processo de conquista ao longo do tempo. [...] a própria área central da cidade não tinha, e passou a ser adotada realmente de uma rede nova de água, de esgoto, de energia que foi substituída. Ouro Branco ficou em 1º lugar em Minas no Índice Firjan de Desenvolvimento, mas dentro do que foi medido (emprego e renda, saúde e educação), saneamento básico da área rural, a questão do esgoto na área rural, água tratada, coleta de lixo, de drenagem, que esta dentro da lei 11.445, isso tudo não foi medido. Então tudo isso dentro da área urbana, tranquilo, é medido. Mas as pessoas na área rural ficam doentes por causa de que? Para cada \$1 que você investe em saneamento, você tem um retorno de \$5. Esse número pode variar segundo o Prof. Heller da UFMG. Então a gente deve ter, para caracterizar realmente um desenvolvimento municipal, mais parâmetros – a questão de transportes, de moradia... Por exemplo, quando você vai fazer uma gravimetria, medir a quantidade de lixo gerado numa comunidade para dimensionar um aterro sanitário, a fórmula tradicional é de você caracterizar o lixo na área urbana. Então você mede a quantidade de lixo por rua e por bairro da área urbana e trata isso como uma verdade. E, na verdade, o seguinte: e a

comunidade rural? O nosso desenvolvimento é urbano. (Supervisor da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável)

Já neste depoimento, sintetizaram-se objetivamente em uma frase, aqueles que talvez melhor descrevam os principais elementos do desenvolvimento da região: *Desenvolvimento regional é caracterizado pelo crescimento siderúrgico urbano, e pelo desenvolvimento de pequenas comunidades rurais que utilizam da agricultura e do agronegócio como meio de subsistência.* (Secretário da Promoção Social). Nem sempre esses elementos são perceptíveis a todos. O primeiro, de caráter industrial, sim, ele está presente no dia-a-dia das pessoas que moram na cidade e podem ser transmitidos facilmente por meios locais de comunicação. Já o outro relacionado ao rural, não é visível e raramente é transmitido.

Moreira (2009) transmitiu como uma das ideias em seu trabalho, que as condições de vida da população rural podem ser significativamente impactadas com o modelo produtivo agrícola, incentivado pelas PP. O depoimento seguinte reforça aparentemente essa afirmativa:

A política pública está valendo muito hoje. Por exemplo, os ex-prefeitos eles não importavam muito com a zona rural. Este atual, eu também não vou falar que importa, porque deixa muito a desejar ainda. Mas pelo menos ele freou um pouco a ida do pessoal da zona rural para a cidade. Nossa senhora! Era uma evasão todo dia, gente e mais gente vendendo sua terra e se apoderando de terra em Ouro Branco (meio urbano). E isso acabou de uns 6 anos pra cá. Tava muito desenfreado, gente que poderia estar produzindo, não – vendia lá e vinha... Este fundo de Mutirão mesmo era feito todinho de zona rural. (Presidente do STR)

É possível verificar pelo relato anterior, um dos efeitos benéficos que uma PP rural pode resultar, considerando, no entanto, o fato de o representante ser do meio rural. Mas apesar disso, ressaltou-se que “ainda deixa muito a desejar.” O peso que se atribui a um sistema produtivo como mais apropriado, nas políticas agrícolas, por exemplo, é muito relativo, visto que a dinâmica da agricultura é muito heterogênea, e justificaria no mínimo a adoção de tipos diferenciados de tecnologia (FIUZA e ALMEIDA, 2006).

O atrativo do emprego urbano-industrial e a falta de incentivos para se viver no campo foram dois fatores que corroboraram para que as pessoas se mudassem para a cidade. O produtor rural foi excluído do processo de desenvolvimento e raramente recebeu incentivos públicos. Posteriormente, com

a mudança de gestão administrativa do município e de princípios organizacionais, o homem do campo passou a ser mais valorizado. Com isso, políticas voltadas ao rural foram trazidas para o município. Apesar de ainda virem de cima pra baixo, como colocado no depoimento, as políticas de incentivo a produção e de crédito contribuíram para reduzir a velocidade do êxodo rural.

Há vários fatores que podem ter contribuído para o sucesso da implementação da PP no campo. Frey (2000) argumenta que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos de PP às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento. Sem a intenção de aprofundar-se no assunto, há uma validade situacional na PP em questão, mas uma análise mais ampla da política municipal é dificultada de acordo com Frey (2000) por vários problemas peculiares¹¹. Um fator de sucesso, entretanto, observado na gestão relatada pelo representante do Sindicato, pode estar ligado às estratégias que a Administração vem utilizando no seu planejamento de PP's, valorizando a construção política e social no processo de decisão, buscando transparência e soluções conjuntas aceitáveis para toda sociedade (OLIVEIRA, 2006).

3.3 A trajetória de desenvolvimento do município de Ouro Branco

Ouro Branco é uma cidade planejada que surgiu a partir de um projeto “ambicioso/fordista/ex-estatal” que vem demonstrando sérias limitações de expansão e crescimento, o que antes era tido como uma certeza incontestável (Costa & Costa, 1998). As alternativas de desenvolvimento buscadas, frequentemente contemplam a ampliação da base produtiva que complemente os ramos industriais pré-existentes, a utilização do pequeno capital local/regional empatado na criação de incubadoras de empresas e, mais recentemente, investimentos na cidade que favoreçam o turismo histórico-ecológico. Não se sabe até que ponto as alternativas de desenvolvimento “econômico” podem

¹¹ Ver mais detalhadamente p.243-245 de Frey, 2000.

suprir a necessidade de expansão atual (populacional, de infraestrutura, serviços, produtivas, ambiental, cultural etc.).

De um modo geral, a trajetória de desenvolvimento do município tem se mostrado ascendente, embora estando atrelado ao desempenho industrial como revelado pelos depoimentos dos agentes de desenvolvimento urbano e rural que se seguem.

Pensando lá em 1997/98 e vendo hoje, eu entendo que o município melhorou muito. Primeiro a gente pensando no microempresário, a dificuldade que ele tinha de acesso ao crédito era muito grande, ele não tinha noção nenhuma de como ele abria um negócio, ele abria hoje amanhã ele fechava... Hoje você vê que os negócios no município são mais sustentáveis de uma maneira geral. Ele tem mais informação, ele tem acesso à informação, tem o crédito, tem qualificação e capacitação [...]. Porque a gente não pode pensar só nas grandes empresas. O ano passado mesmo, na crise, as grandes ficaram numa situação super complicada e o município ficou preso. Então a gente tem que ter outras formas dessas pequenas atenderem as grandes e a gente não ficar só dependendo das grandes. Tem que pensar em diversificar. (Secretária de Desenvolvimento Sustentável)

Houve uma melhora significativa no desenvolvimento do município nos últimos 20 anos, com o avanço e investimento no setor siderúrgico e nas pequenas empresas de transformação, mas conseqüentemente houve uma grande migração das comunidades rurais, trazendo assim o esvaziamento das localidades rurais, aumentando o fluxo de estadia das pessoas nos centros urbanos. (Secretário da Promoção Social)

Ouro Branco passou por ciclos: do ouro, da batata e depois com a chegada da Açominas pra cá, mudou totalmente o perfil. Aí o sonho de todos passou a ser trabalhar na Açominas. Teve um boom muito grande enquanto a empresa era estatal – tinha um número de funcionários muito grande e, depois com a privatização foi reduzido. E hoje voltou a crescer muito. Então hoje Ouro Branco não tem como voltar a ter uma influência maior da zona rural como era antigamente do ciclo da batata. (Secretário de Saúde)

O desenvolvimento vem melhorando gradativamente. Se você olhar pela saúde, você tem um aparelhamento do hospital, você tem um sistema de gestão integrada nas escolas, então é um processo que está sendo melhorado. O que deve ser buscado é reduzir o número de pessoas em hospitais. Quando você coloca uma pessoa internada no hospital, aquela pessoa que está internada lá é 1 pessoa, mas em volta dela você tem consumo de energia, de água, de remédio, de materiais etc. E a gente tem avançado do centro, que já tem, buscando os limites do município, para que esta comunidade do entorno, da parte central da sede do município, ela tenha o seu desenvolvimento alcançado. Por exemplo, um modelo de agricultura, você trabalha com agricultura e ainda faz combate aos danos agroquímicos, por que não usar outro modelo que seja mais sustentável, como Agroecologia? Você vai trabalhar com a saúde do trabalhador. (Supervisor da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável)

É possível visualizar nas narrativas que a trajetória do desenvolvimento tem início em diferentes momentos, mas sempre desemboca na dependência da indústria. Seu passado colonial não deixou fortes heranças, como é visto em outros municípios, como Ouro Preto. A presença e influência do campo na vida das pessoas era muito marcante no período colonial. O campo sustentava a incipiente cidade que nascia. Este cenário se inverteu após a chegada da siderurgia na região. Em um processo contundente de desapropriação de terras, o desenvolvimento passou de um caráter rural para eminentemente urbano e passou a ser caracterizado por meio de alguns indicadores que mantém estreita relação com o desempenho industrial.

O campo, portanto, que no período colonial era composto de grandes “fazendas”. Observou-se nos relatos que passou por uma brusca mudança. Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, o Presidente do Sindicato ressalta: *Pelo sofrimento que a gente tinha no passado na zona rural, eu vejo que a gente melhorou sim, mas ainda tem condição de melhorar muito. (Presidente do STR)*

Do ponto de vista dos trabalhadores que serviam aos grandes latifúndios no período colonial, que antes tinham como modo de vida a agricultura, reproduziam-se nela, a transformação ocorrida no desenvolvimento permitiu que eles depositassem a sua esperança de uma vida mais livre e melhor remunerada na cidade. Investigar a trajetória dessas famílias, do êxodo ao momento futuro de hoje, bem como saber o que levou as que estão lá hoje a permanecer, pode trazer histórias interessantes para a literatura.

De rural a mono-industrial privado. A trajetória de desenvolvimento municipal na visão *out* urbana tem seu marco inicial na vinda de uma empresa de grande porte; mas que hoje, mais amadurecido, percebe a necessidade emergente de encontrar seus próprios meios de gerar renda, em empreendimentos que não só atendam à grande organização, mas também pensando em criar outras relações para a sustentação do seu mercado. Ouro Branco é considerado a última cidade planejada, ocorrido em meados dos anos setenta, como base urbana de apoio à instalação de uma usina siderúrgica de grande porte – a Açominas.

[...] “último capítulo” da história contemporânea da produção do espaço urbano sob a grande indústria, ou seja, daquela história que associa um determinado tipo de crescimento/planejamento urbano a

um modelo de industrialização de caráter fordista (mesmo que a denominação mais correta neste caso seja “grande indústria de processo contínuo”), respaldado e conduzido pelo estado, que assume a produção das condições gerais de produção e de reprodução da força de trabalho diretamente necessária. [...] A antiga certeza decorrente da esperada expansão siderúrgica é então substituída pela necessidade de buscar na diversificação das atividades, novas alternativas de desenvolvimento. (Costa & Costa, 1998, p. 70-71)

3.4 Os níveis de pobreza (municipal)

Os níveis de pobreza numa sociedade devem variar em função do seu nível de desenvolvimento socioeconômico. Dependendo das condições de cultura, educação e emprego encontrados em um meio, os graus de pobreza são apreendidos de maneira diferente. Os estudos de pobreza desenvolvidos nos países mais avançados, não se apresentam de caráter absoluto, uma vez que dificilmente estão relacionados à fome. Embora Ouro Branco não pertença à este tipo de nação, neste estudo, foi unânime a negação da existência de uma pobreza absoluta, tanto urbana quanto rural. Segundo o relato da presidente da cooperativa:

Eu acho que aqui não tem aquele pobre, pobre não. Tem aquela pessoa que é pobre da maneira assim, ela recebe um salário e meio, aquele salário ele tem que comprar comida, pagar as contas, cuidar dos filhos, tudo controladinho. Mas passar fome ninguém passa não. Cria umas galinhas, uns porcos, faz uma hortinha, passar fome não passa não. (Presidente da Ruralcoop)

É importante ressaltar que, no início do processo de entrevistas, certa confusão parecia ter ocorrido com os termos “níveis de pobreza”, pois era percebido nos entrevistados um tipo de “insegurança” para responder, como pode ser visualizado nesta narrativa da Secretaria de Desenvolvimento: “Eu acho que a gente ainda tem pobreza. Agora eu não sei te responder sobre estes níveis e onde que está isso, se eu te falar eu vou inferir.” (Secretária de Desenvolvimento Sustentável)

Posteriormente, ficou mais claro que o problema não estava necessariamente neste questionamento, mas talvez um problema conceitual relativo à pobreza (que será discutido nesta última subseção). Quando se

dissociou o conceito do nível de pobreza, as respostas foram divergentes. Um depoimento aleatório foi escolhido para exemplificar: sobre os **níveis de pobreza** assumiu-se que *A gente não tem nível de pobreza extrema, não tem pessoas que passam fome. Então eu acho que não chega a esse ponto.* No que concerne ao **conceito**: *Pobreza pra mim é você não ter oportunidades.*

Percebe-se que não há uma relação harmônica entre o conceito e os níveis associados a ele, a percepção nesse caso acabou ficando vaga. “Oportunidades” é um termo amplo e varia quanto aos significados dependendo do que se associa a ele. Se por ventura viesse associado a emprego, poder-se-ia afirmar que a oferta de trabalho na região é algo abundante nos últimos tempos. Consequentemente, não haveria pobreza e, portanto, nenhum nível poderia estar associado a ela.

Neste sentido, o Supervisor de Desenvolvimento foi enfático em sua posição: *Não existe pobreza em Ouro Branco.* (Supervisor da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável). O Presidente do Sindicato concordou com a posição do Supervisor, mas foi um pouco além, ampliando o discurso com a sua experiência vivenciada na área rural e usando a questão de segurança alimentar, habitação, emprego e valorização dos produtos da roça como justificativas encontradas para a sua afirmação de não perceber a presença da pobreza no seu meio.

É uma coisa muito usada nas políticas, mas eu não vejo pobreza hoje na zona rural ou na cidade de Ouro Branco. Não vejo e não tem. Pobre, pobre mesmo eu não vejo não. Tem pessoas que tem dificuldade sim, mas pobreza não. A gente vai na casa dos que a gente acha que é pobre mesmo, a gente vê lá no almoço carne no prato – coisa que no passado não existia – a gente vê pão, a gente vê leite. Na minha comunidade era 100% casas de pau-a-pique, coberta de capim. Hoje lá existem duas casas assim, porém não habitada. Acabou, ninguém quer mais. Hoje todo mundo constrói sua casinha rebocada, bonitinha. Hoje se tem um trabalho melhor. Há 20 anos atrás o pessoal trabalhava de manhã cedo e pegava o dinheiro à tarde pra comprar mantimento pra tratar dos filhos. Hoje se você vai à zona rural você vê alguém com dinheirinho na carteira. Tem os fichados em casa de família, os de empresa, da Prefeitura, os produtos da roça hoje têm valor – o que a gente produz na roça, a gente traz pra cidade e volta com dinheiro. Mais antigamente, morria uma pessoa, aí tinha que fazer uma listinha e ir à delegacia; o delegado dava um visto lá, procê sair naquelas pessoas mais poderosas da cidade, pra pegar dinheiro pra modo de fazer funerária. Hoje não, acabou isto tudo. (Presidente do STR)

A pobreza na maioria dos discursos se apresentou dentro do que é chamado “relativo”, concordante com a tese defendida por Townsend, ainda em 1962, e pela sua atualidade foi publicada online em 2010, onde ele defendeu que a pobreza adquire um caráter relativo quando definida a partir da relação com os recursos materiais e emocionais presentes numa época e sociedade definidas. Segundo o Secretário da Saúde,

A pobreza é mais urbana e relativa. Eu vejo que a vida das pessoas que dependem de um aluguel na zona urbana, isso dificulta mais a vida das pessoas no dia-a-dia do que na zona rural. E aí a pessoa quer morar na cidade, acaba comprometendo a alimentação da família e a aquisição de bens por causa do aluguel. Se não fosse o boom que aconteceu na expansão das indústrias, as pessoas teriam uma vida melhor. Porque a renda subiu, mas o aluguel subiu mais do que o que as pessoas conseguiram incorporar. (Secretário de Saúde)

Referente à conceituação de pobreza, Rahnema (2000, p. 229) já dizia que “Devem existir no mundo tantos pobres e tantas concepções de pobreza quantos são os seres humanos.” Talvez esta seja a causa da falta de consenso sobre os graus de pobreza municipal, embora se tenha clareza do tamanho do seu desenvolvimento socioeconômico.

3.5 A pobreza no meio rural local: caracterização

A partir desta discussão da pobreza rural local, posicionamentos não isomorfos relativos à pobreza conflitaram entre as opiniões dos representantes políticos e técnicos que representam a visão “out”, principalmente devido a graus diferentes de vínculo com o campo:

São pessoas que tem uma limitada capacidade de investimento, que tem uma renda per capita de cem, cento e poucos reais por mês. [...] Então dá pra se manter, mas não dá pra investir. (Agrônomo)

Devido à migração de pessoas para os centros urbanos, aqueles que ficaram se tornaram mais empobrecidos, vez que se encontram mais distantes do desenvolvimento, tanto de mão de obra, quanto de investimentos. Um menor número de moradores dificulta a administração realizar grandes investimentos nas áreas rurais. Exemplo de localidades: Morro do Gabriel, Campo Grande, Olaria. Mas com relação à caracterização da pobreza na área rural, há pouca diferença entre as áreas rurais e urbanas. (Secretário da Promoção Social)

No Morro do Gabriel, por exemplo, as casas não têm piso, é de terra batida, eles passam muita dificuldade para comer, então é moradia ruim, alimentação ruim, situação muito precária. No São Francisco (bairro urbano), a pobreza que você vê ali é de família que não tem onde morar, que moram no alojamento – que é muito melhor pra morar que estas casas do Morro do Gabriel – tem poço, água encanada, energia elétrica, então é uma pobreza mais diferenciada. Tem um posto de saúde ali do lado. (Secretária de Educação).

Eu acho que é a mesma coisa, não é aquela miséria da pessoa passar fome; principalmente na área rural – eles plantam, eles colhem, tem o seu meio de sobrevivência. É pobreza de ser humilde mesmo; às vezes não tem um carro, tem que andar de bicicleta, a pé, de cavalo ou de carroça... É o modo de viver deles. (Gerente das USR)

A pobreza na zona rural é falta de não desenvolver mesmo, de não acreditar no potencial dela próprio, ela tem que acreditar nela mesma “Oh, eu consigo melhorar”, porque se ela se empenhar mesmo, ela consegue melhorar. É difícil, mas consegue. É de cada pessoa. Uma coisa que tem dificultado muito aqui é a comercialização. A feirinha aqui é uma meia rua, o produtor não tem vontade de ir lá. Ele pensa “Ah eu não vou acordar cedo, largar meu serviço, pra ir lá na rua...”, o retorno não é tão vantajoso. Você chega aqui na feira não tem nada! Eu já vim umas duas vezes. Se tivesse mais variedade, mais divulgação, aí até poderia dar certo. (Presidente da Ruralcoop)

Eu acho que não existe pobreza na zona rural de Ouro Branco. Eu vou citar um exemplo de por que eu acho que não existe. Além do Bolsa Família do governo federal, tem a cesta básica. A gente vê que a necessidade do município é muito pequena. Então a pessoa da zona rural – meus avós eram fazendeiros p. exemplo – se você visse o nível que era antigamente, hoje está totalmente diferente. Antigamente tinha muito cavalo na zona rural, hoje é moto. Eu não vejo que tenha pobreza. A situação mais complicada que eu vejo em Ouro Branco hoje na questão de pobreza é na zona urbana. Eu vejo as pessoas na zona rural hoje, não tem aquela aparência que tinha de antigamente. (Secretário da Saúde)

Alguns aspectos relativos a características pessoais foram apontados nas narrativas anteriores na caracterização da pobreza rural. Os pobres rurais são percebidos ou passam a imagem de pessoas, por exemplo, com baixa auto-estima ou insegurança “*A pobreza na zona rural é falta de não desenvolver mesmo, de não acreditar no potencial dela próprio, ela tem que acreditar nela mesma*”; de pessoas com virtude tradicionalmente atribuída ao pobre “*É pobreza de ser humilde mesmo.*” A pobreza e/ou os pobres rurais também assumiram formas materiais, como sendo aquela (es) caracterizada (os) por “*moradia ruim, alimentação ruim*”, ou que possuem “*uma limitada capacidade de investimento*” ou mesmo os que resistiram ao êxodo “*aqueles que ficaram se tornaram mais empobrecidos.*”

Vista por outros ângulos, o último relato anterior, sugeriu que as características dos que estão hoje na zona rural não configurariam um quadro necessariamente de pobreza devido à maior posse de bens pelos moradores e por uma nova imagem que tem hoje os que lá vivem no meio rural, quando comparada aos antepassados coloniais.

A narrativa a seguir adentra mais nessa herança colonial, ressaltando a transformação por que passou a mão-de-obra no campo, antes dependente do grande dono da terra – *fazendeiro*, isenta de direitos trabalhistas, até adquirir sua autonomia. Quando os trabalhadores-produtores passaram a querer desenvolver seu próprio empreendimento, estreitando suas relações uns com os outros, inverteram a ordem para produtores-trabalhadores. Isso tem a ver diretamente com a relação entre a questão agrária brasileira e a reprodução da pobreza rural. Pochmann (1994) sintetizou-a em dois pontos: a) as heranças do escravismo colonial e b) o forte êxodo rural. A estrutura fundiária herdada do escravismo colonial era baseada na grande propriedade. Em função disso, o acesso a terra se tornou mais difícil, assim como as condições de vida e trabalho para boa parte da população.

Assim também o êxodo rural ocorreu em grande proporção, de forma intensa rumo aos centros urbanos, onde havia promessa de melhores condições de vida. Ele foi impulsionado também “pelo aumento da produtividade do trabalho e pela redução do nível de ocupação no campo, que ocorreu a partir do processo de modernização agrícola implementado no país.” (Pochmann, 1994, p. 174).

Os nossos antepassados eles se prendiam muito nos fazendeiros. Primeiro eu vou plantar o milho pro fazendeiro, eu vou plantar a batata pro fazendeiro e não sei mais o que pro fazendeiro, pra depois eu fazer o meu. E isso acabou, hoje eu vou plantar pra mim é pra mim. Você pegava um bom tempo pra fazer tudo pro fazendeiro e você tinha que trabalhar pra modo de arrumar sustento pra dentro de casa. Quando te sobrava um tempinho pra poder fazer o que é meu, já tava terminando alguma coisa. Quando chegava a colheita do fazendeiro, ele pegava um bom preço. Como eu plantei atrasado, o mercado tava cheio, então nunca pegava bom preço. Você ia plantar um milho, feijão você não tinha um boi pra cortar a terra. Aí você ia pedir o do fazendeiro e ele falava “primeiro você vem trabalhar pra mim, deixa o meu plantado e depois pode pegar pra você.” Depois que o pessoal pequeno começou a se entender um pouco mais e pensar “Eu vou fazer pra mim, fulano tá me esperando pra trabalhar? Tá, mas eu vou fazer primeiro pra mim, se ele quiser depois vou nele.” Então eu acho que esse foi o fim da

pobreza... Aí eles começaram a dar mais valor pro homem do campo. (Presidente do STR)

Portanto, as palavras do entrevistado acima trouxeram importantes contribuições para este estudo; informou-nos que o fim da pobreza no campo ocorreu quando essas questões da história agrária começaram a tomar outras direções, com características marcantes de maior liberdade e organização do trabalhador rural.

Adicionalmente, foi questionado sobre o perfil dos que hoje vivem no campo:

Ouro Branco tem muita terra e pouco produtor. Tem muita gente ainda vivendo do campo. Hoje a batata está focada num grupo muito pequeno de pessoas. Num ano ela ajuda, noutros 2, 3 anos ela tira tudo. Então as pessoas desistem disso. Mas eles investem no plantio de milho, feijão, cana, hortaliça. Tem região aqui que planta muito o arroz, por exemplo, o Castilhano, Cumbe, o fundo de Carreiras (comunidades rurais). Quase toda comunidade planta batata, mas o maior foco da batata tá hoje em Cristais, Carreiras, no Cumbe. O Cumbe era uma comunidade muito rica, cheia de fazendeiro, mas eles abandonaram e vieram pra cidade. A terra lá é muito produtiva e está parada, virou lazer pra eles. (Presidente do STR)

Entende-se, por fim, que o campo ainda preserva características produtivas, mas passou a exercer um papel de recreação marcante a partir dos incentivos de trabalho no meio urbano. Isso pode ser aproveitado, atualmente, junto ao fomento dado ao turismo na região, visando dar suporte aos caminhos da Estrada Real e à manutenção do Parque Estadual da Serra de Ouro Branco.

3.5.1 A comunidade rural votada como a mais pobre

Ouro Branco é um município essencialmente urbano: mais de 80% dos seus habitantes moram no centro urbano. Não é raro encontrar pessoas que não conhecem o campo, pelo contrário, é muito comum. A cultura urbana é independente da cultura rural. No entanto, os Agentes de Desenvolvimento Rural e Urbano precisam de uma proximidade com o campo, seja porque faz parte da área administrativa local ou porque é o seu espaço de trabalho. Alguns deles são naturais do meio rural ou residem há muito tempo, como os presidentes do

Sindicato e da Associação de produtores rurais. De qualquer forma, os Agentes têm algum tipo de relação com algumas pessoas residentes no campo e uma imagem relativa das comunidades.

Dentre as comunidades existentes, apenas um Agente apontou “Vilaça” como a comunidade mais pobre. Na sua justificativa, a comunidade não está instrumentada para receber os benefícios de um futuro desenvolvimento rural e foram apontadas duas razões principais para isso: 1- o despreparo dos integrantes da comunidade; 2- a falta de terras agriculturáveis na região. É importante ter em mente que percepções estão intimamente relacionadas com a realidade que se vivencia, e por isso a expressão do Agente, ligada à questão mais tecnicista, deve-se ao fato principalmente relacionado à sua profissão de Agrônomo. Assim, o depoimento em quadro mais detalhado pode ilustrar essa discussão:

Eu acho que eles têm um grande problema, a capacitação. Poucas pessoas têm terras. Eles têm basicamente quantidades muito pequenas. Então eles têm uma capacidade limitada de crescimento por isso. Eles trabalham muito nas propriedades dos vizinhos [...] ou em setores mais baixos, [...] fazendo serviço de peão. Muitas das vezes são analfabetas, aí fica muito difícil deles crescerem. Eles às vezes deixam de fazer os cursos da Prefeitura porque têm vergonha. Uma grande falta da zona rural hoje é alfabetização de adultos. O pessoal mais velho, até pra gente passar as tecnologias pra eles, é uma dificuldade danada. Uma conta de matemática simples pra gente, pra eles é coisa de outro mundo. E a nossa região naturalmente não é essencialmente agrícola, não adianta investir tanto numa região que não é tão apta à agricultura. Tem é que dar condição para os que estão lá a continuar. (Agrônomo)

De outra forma, todos os demais Agentes urbanos, especificamente, aqueles que acreditam que exista pobreza em Ouro Branco, foram unânimes em apontar a comunidade do “Morro do Gabriel” como a mais pobre. Alguns fatores ligados à localização da comunidade, expressados como isolamento, acesso restrito, longa distância, e outros ligados boas práticas pessoais como falta de higiene, ignorância, foram apontados nos depoimentos para justificar a escolha por esta comunidade.

3.6 A definição *out* da pobreza

Uma vez que a comunidade mais pobre definida pelos Agentes foi o Morro do Gabriel, cabe entender as concepções de pobreza que permeiam a mentalidade urbana. Aqui, uma forma encontrada de valorizar todas as opiniões foi expor todas as narrativas; para isso elas foram propositalmente transcritas e enfileiradas para que se possa facilitar a comparação entre os discursos e a leitura dos pontos comuns. Assim, a pobreza para os que estão de fora dela é:

Pobreza pra mim é você não ter oportunidades. (Agrônomo)

A pobreza tira a oportunidade do ser de desenvolver como ser humano. Eu não vejo a pobreza só com a questão da renda, porque o ter não garante o ser. Então a pobreza acaba ligada a um tanto de coisa. (Secretária de Desenvolvimento Sustentável)

Pobreza é a situação em que se encontra o indivíduo em determinado momento na busca de condições essenciais de sobrevivência, tanto material como psicológico. (Secretário da Promoção Social)

Eu definiria a pobreza como aquela condição que a pessoa não consegue ter o mínimo necessário para ter uma existência básica. (Secretário da Saúde)

A pobreza pra mim engloba a pobreza do ser, eu acho que a pessoa é pobre por espírito e não por passar fome, eu não acredito nesta pobreza. Eu falo por experiência própria. (Gerente da USR)

A pobreza é a falta de alimentos que leva a subnutrição, é a falta de alimentação mesmo. Se ele é nutrido, ele consegue estudar, ele consegue aprender, ele tem como se desenvolver. Se ele é subnutrido, ele não tem nem condições de freqüentar uma escola. (Secretária de Educação)

Pobreza, pobreza mesmo, eu não vejo pobreza no mundo de hoje não. Porque eu venho de uma família pobre, de andar descalço e pagar aluguel. Meu pai saía 5h pra trabalhar e chegava 8h da noite, trazendo comida e a gente ficava o dia inteiro à toa. Depois foi melhorando, a informação chegando. Pobreza era não ter alimentação mesmo. Pobreza é a pessoa viver esta situação de não ter a educação, não ter calçado, de morar de aluguel, porque ela não tem dinheiro, ela não tem como conseguir. Ela é pobre por causa disso, ela não tem como melhorar. A gente era pobre por causa disso, a gente não tinha como melhorar porque meu pai não estudou. (Presidente da Ruralcoop)

Pobreza é quando você não tem condição de ter acesso a suas necessidades básicas – alimentação, saúde, educação. Sem ele não tem esse acesso à sobrevivência dele, ele olha pro lado e fala “eu tô sozinho, eu vou morrer.” Essa é uma pessoa pobre, se ele levantar ele cai porque ele morre de fome. Ele não tem terreno, não tem água, não tem horizonte, não tem visão, não tem nada, não é ninguém. (Supervisor da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável)

Pelo que eu vejo hoje do eu passei, eu acho que a pobreza ficou pra trás. O que a gente vê hoje, eu falo na zona rural, é que o

peçoal hoje está no céu. Eu comecei a trabalhar com 8 anos pra modo de ajudar em casa, não tinha nada a ver com a coisa, mas era obrigado. Pais autoritários, então tinha que fazer. E o que a gente vê hoje, rapazinho aí de 17, 18 anos que não pode trabalhar?! Eu acho então que a pobreza hoje é a falta de interesse do ser humano¹². (Presidente do STR, grifo da autora)

Como dito no item 3.4, salienta-se que é possível apreender certa falta de harmonia nos discursos. Os conceitos se relacionam um pouco de maneira caótica com a caracterização ou mesmo com os níveis de pobreza. Por exemplo, em palavras de um mesmo Agente:

CONCEITO: *Pobreza pra mim é você não ter oportunidades.*

CARACTERIZAÇÃO: *São pessoas que têm uma limitada capacidade de investimento [...].*

NÍVEL DE POBREZA: *A gente não tem nível de pobreza extrema, não tem pessoas que passam fome.*

Embora não haja conformidade em alguns discursos, há um denominador comum que traduz a pobreza em falta ou destituição de fatores materiais. Essa compreensão não é nova, haja vista suas raízes na época em que a sociedade sofreu a chamada *economização*, onde ocorreu a hegemonia das economias nacionais sobre as atividades de nativos (comunitárias) e depois a da economia mundial sobre todas as outras. Desde então, estas mudanças afetaram sobremaneira as leituras sobre as materialidades subjacentes às várias concepções de pobreza.

Diante das percepções “out” declaradas, de modo generalizado, a pobreza estaria enquadrada na dimensão das materialidades. Segundo Prof. Rahnema (2000), essa dimensão tem a sua relativa importância e é a base para as *construções de pobreza*. As materialidades em geral são “as coisas”, e as faltas, deficiências, ou privações dessas coisas são do tipo não-material e existencial, ou de natureza material. Com base nisso e nos depoimentos, a efeito

¹² A narrativa do Presidente do Sindicato mereceu um destaque por entrar no âmbito de interesse deste estudo que é o rural.

de identificar os elementos que mais predominam nas falas, a edificação da percepção “out” da pobreza pode ser categorizada em:

1-Fatores não-materiais:

- Privação de oportunidades (ou não ter a capacidade de buscá-las);
- Privação de condições de se auto-realizar (ou não ter a capacidade de desenvolver suas habilidades);
- Falta de solidariedade humana;
- Pobreza de espírito.

2-Fatores materiais:

- Necessidades básicas (fisiológicas);
- Subnutrição (falta de alimentação adequada);
- Condição de indigência;
- Falta de coisas;
- Estar privado do mínimo à sobrevivência.

Dada as materialidades citadas, pode-se compreender a pobreza nas suas distintas percepções. No entanto, Rahnema (2000) alerta para que nenhuma delas seja confundida com o “conceito em si”: “Só quando uma destas materialidades, ou uma combinação delas, é sentida pelo sujeito como uma expressão de pobreza, é que elas adquirem o exato significado associado a essa palavra.” (Rahnema, 2000, p.231-232)

4 PERCEPÇÃO IN DA POBREZA (RURAL) – COMUNIDADE MORRO DO GABRIEL

Assim como o capítulo anterior, o capítulo 4 é uma continuação à apresentação dos resultados desta pesquisa. Saliencia-se que estão apresentados de forma mais descritiva os resultados, embora permeado por discussões, uma vez que se pretende dar ênfase às narrativas e ressaltar o contraste das ideias “out” e “in”. Em relação àqueles vistos como pobres, seus depoimentos funcionaram também como subsídios para o entendimento da sua mentalidade, valorizando as suas ideias sobre a pobreza e seus anseios em relação a uma sociedade desenvolvida.

A análise das falas, ou a percepção “in”, captada dos moradores permanentes da comunidade do Morro do Gabriel – eleita como sendo a mais pobre do meio rural – foi resultante da visão própria e direta dos representantes de cada família sobre os assuntos abordados. Esses abarcaram questões similares aos dos urbanos, uma vez que o objetivo principal aqui é analisar a relação entre as concepções deles e dos Agentes do Desenvolvimento Urbano e Rural.

Como dito anteriormente, as percepções aqui representam os conceitos formados no imaginário daqueles que, constantemente, são os focos das políticas “anti-pobreza”.

Concepções são algo bem subjetivo e sócio-cultural; reflexo de uma racionalidade intrínseca, elas são parte integrante mesmo de um entendimento maior dos seres humanos, do mundo e do lugar que eles ocupam.

4.1 O que levou as famílias a morar e permanecer no campo

A área rural retratada neste item e nos seguintes se refere ao Morro do Gabriel (M. G.)¹³, reduto de um conjunto de pessoas que são frequentemente apontadas como os pobres rurais. Mas também é um local importante por sediar um conjunto de artefatos arqueológicos e ruínas, além de uma vegetação preciosa para a ciência e essencial aos objetivos do Monumento Natural Estadual de Itatiaia¹⁴.

A comunidade está situada no alto da Serra de Ouro Branco, esta última considerada o cartão postal da cidade. A comunidade foi formada por causa da vinda das pessoas para trabalhar com o garimpo de pedras preciosas. Os depoimentos de dois moradores do Morro retratam essa ideia:

1. Eu moro há 40 anos aqui no meio rural. Quando eu vim pra cá, isso aqui pertencia à Ouro Preto ainda. Eu acho aqui muito bom, um lugar quieto, sem ninguém pra me aborrecer. Antigamente tinha muito homem aqui que era empregado da firma, e tinha movimento, chegavam aqui numa época com 60 homens. (Morador 1 do Morro do Gabriel)
2. “Eu sou da região, mas no Morro do Gabriel tem 19 anos que eu moro. Eu vim pra cá pra trabalhar pra firma, Mineração Geral do Brasil.”¹⁵ (Morador 2 do Morro do Gabriel)

Foi observado que embora seja um lugar muito apreciado e foco do turismo ecológico, o acesso à montanha é precário e é ainda mais dificultado na medida em que se aproxima do Morro. Este é o principal obstáculo hoje entre a comunidade e a cidade.

Por isso, inicialmente, imaginou-se que o entrave da distância que separa a área urbana daquela do Morro pudesse ser um forte indicativo de causa da pobreza apontada por aqueles de fora. Até porque, se uma localidade está estrategicamente posicionada numa região, isso pode ser considerado um fator de sucesso do seu desenvolvimento. No caso da comunidade do Gabriel, as poucas pessoas que lá vivem se adaptaram a viver (sair para fazer compras,

¹³ Ver item 2.1.2 caso necessite de relembrar a caracterização do Morro do Gabriel.

¹⁴ O Monumento Natural Estadual de Itatiaia foi criado pelo Decreto nº 45.179, de 21 de setembro de 2009, nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto.

¹⁵ Ver Foto 9 do Anexo.

levar crianças para escola, ir ao médico etc.) longe dos centros urbanos, mesmo com transporte precário.

Assim como muitas pessoas são atraídas para os centros urbanos devido a propostas de emprego, muitas se deslocaram para o M. G. a fim de trabalhar. Antigamente as garantias de condições dignas de trabalho não existiam, principalmente no ramo de exploração de pedras preciosas cuja história em Minas Gerais foi marcada pelo regime de escravidão. Mas por algum motivo real (necessidade, tradição, falta de escolaridade, oportunidade) as pessoas acabam se sujeitando a trabalhos duros, incluindo outras peculiaridades quando se trata de área rural, como limitações de clima, solo, água, infraestrutura, energia, entre outros.

A vida na comunidade se transformou depois que a principal firma instalada lá fechou – a vida da comunidade dependia dela. A comunidade se manteve na dependência de uma única empresa por anos, ao mesmo tempo em que não participava do processo de desenvolvimento de Ouro Branco (no início por não ser do seu domínio e depois por não ser incluída na gestão siderúrgica/municipal). A agricultura não sendo uma alternativa viável e rentável para a região, como consequência, muitos moradores abandonaram o M. G. e os antigos que ainda residem no local ou esperam pelos proventos da previdência, ou recebem pensão ou aposentadoria, como pode ser constatado nos depoimentos:

A firma parou, porque um órgão embargou ela mexendo numa larva de topázio ali em baixo. Então ela parou, mandou todo mundo embora e só ficou eu sobrando. Aí eu aposentei e um homem me pediu pra eu tomar conta de um tanto de coisa pra ele aqui. Eu morava na minha sogra e aí ele me deu esta casa e disse “Passa pra lá logo, rápido”, porque ele estava indo vender este trem aí pra Gerdau. Aí a família veio toda. Aqui é um lugarzinho bom pra quem é aposentado, agora quem precisa de emprego, não vem que aqui não tem não. (Morador 1 do Morro do Gabriel)

Eu sou daqui, quase 64 anos aqui. Eu já trabalhei fichado em firma, uns 13 anos, aqui na Siderúrgica Barra Mansa, no Burnier. Trabalhei na linha da Vale, nas empreiteiras. Aí depois eu parei, fui plantar na roça. Mas também não deu – terra fraca. Minha mulher que recebe pensão (de outro marido que já faleceu), eu não tenho nada, não sou aposentado não. Já garimpei muito, mas parei porque já estou velho. Eu vou aposentar por idade depois. (Morador 4 do Morro do Gabriel)

Com exceção de uma moradora do M. G., todos os outros ocuparam o local porque se vincularam a um posto de emprego. É uma região muito afastada

do centro da cidade de Ouro Branco, mas, como dito anteriormente, há mais de 30 anos, foi um local atrativo para muitos trabalhadores de minas (principalmente de topázio, um mineral geralmente encontrado nas montanhas). Ainda há exploração de minerais naquela região, mas não se fala muito claramente sobre isso. Igualmente, mencionou-se o trabalho com o carvão. Como pode ser observado nos depoimentos dos Moradores 3 e 5, essa atividade tem contribuído para manter algumas pessoas residindo no M. G., bem como o serviço público:

Eu sou de Miguel Burnier (distrito do município de Ouro Preto). Mas estou aqui há uns 15 anos. Eu vim pra cá porque lá em Miguel a Gerdau comprou tudo, aí acabou né. Meu marido trabalha na Prefeitura, ele é que é daqui. Eu mexo só dentro de casa, na horta. Toda a vida ele morou aqui, pai e mãe morreu e só ele sobrou. (Moradora 3 do Morro do Gabriel)

Eu moro aqui há 14 anos. Eu puxava carvão em Burnier quando a usina lá funcionava. Aí depois eu vim pegando a área de fazer carvão aqui e fiquei quieto. (Morador 5 do Morro do Gabriel)

Isso não é novo, mas notou-se que a falta de determinados meios materiais (relativos aos padrões da sociedade atual) nem sempre é encarada negativamente. Aparentemente, as famílias permanecem no M. G. enquanto possuem uma fonte de renda que permite sustentar e manter a qualidade de vida que elas valorizam – uma vida tranquila. Segundo o Morador 1, “[...] aqui é muito bom, um lugar quieto, sem ninguém pra me aborrecer.” A partir dessa fala, constata-se que o conforto que o campo é um grande incentivo para que alguns permaneçam onde estão, além de oferecer outros atrativos como moradia própria, disponibilidade de energia e água a custos menores que o centro urbano, mantendo, portanto, um baixo custo de manutenção de vida.

Ficarão mais evidentes, nos itens posteriores, os valores intrínsecos às famílias daquele meio e que ampliam a compreensão sobre o fato de eles quererem permanecer na comunidade.

4.2 A percepção local sobre as mudanças na vida rural

Segundo Fialho e Waquil (2008), os aspectos que são levados em conta pela população, para descrever ou traduzir a sua satisfação ou não em viver no rural, são próprios e específicos de cada sociedade e não devem ser identificados somente pela geração de riqueza. Do ponto de vista da Comunidade, a primeira mudança na vida rural se prestou devido ao número de pessoas que antes habitavam e trabalhavam no Morro, para elas o acesso era mais precário, mas em compensação havia muito emprego. A dinâmica da dependência estava atrelada a uma firma, semelhante à situação de hoje na cidade, que depende de uma multinacional para se manter e crescer.

No entanto, as pessoas envelheceram e essa dinâmica da dependência se deslocou para os serviços públicos, o que antes não era tão demandado pela comunidade. A vida para a maior parte dos moradores estacionou em determinado tempo, como se num horizonte de 20 anos nada tivesse mudado na comunidade, exceto para um, que é o residente mais antigo, e com uma memória mais ampla do passado local. Para o Morador 4,

A vida aqui melhorou muito. Aqui não tinha energia elétrica, agora já tem graças a Deus. Pra fazer uma consulta tínhamos que ir até Ouro Branco. Agora não, tem telefone pra ligar, eles vêm buscar a gente e trazem. (Morador 4 do Morro do Gabriel)

Para a maioria das famílias, o desenvolvimento da comunidade estagnou há anos, embora se tenha percebido que houve melhorias estruturais no meio. É neste sentido que o Morador 1, por exemplo, que reside há 40 anos no alto da Serra, considera:

De 20 anos pra cá a vida aqui é a mesma coisa. Quando chovia, eles chegavam a andar a semana inteira com o Jerico, com a carreta engatada nele, buscando gente e levando pra trabalhar nas firmas. Agora não, dá pra passar em tudo. Eu ia sempre à cidade quando Luis Fernando era vivo – ex-prefeito de Ouro Branco, 1993-96. A comida a gente vai lá em Cachoeira (outro distrito de Ouro Preto) e faz a compra; aí o dono do supermercado traz pra gente todo mês, por R\$15,00 aqui na porta. (Morador 1 do Morro do Gabriel)

Uma melhoria significativa de vida como um todo não foi percebida, porque os serviços citados pelo Morador 4 se fazem presentes na rotina das pessoas, não sendo um fato relevante, que mereça destaque; uma mudança marcante provavelmente estaria gravada na memória e história da comunidade. A vida bucólica, simples, é o que atrai as pessoas na comunidade, independente da idade, gênero ou condição financeira. Elas sabem que “Aqui num muda nada”

(Moradora 3 do Morro do Gabriel), isso significa que aquele tipo de vida naquele local oferece uma maior segurança de continuidade das “coisas”, capaz de sustentar em médio/longo prazo aquele padrão de vida que elas levam.

Outro fato narrado durante as entrevistas revelou que nas festas de cunho religioso que acontecem todo ano no M. G., antigos moradores da época do garimpo costumam voltar para prestigiar a festa. No entorno, existem outras pessoas que utilizam as instalações no Morro apenas em finais de semana, mas na verdade residem na cidade. Isso quer dizer que o local apesar de isolado é de trânsito e frequentado por antigos habitantes, o que dá outro sentido na dinâmica de uma comunidade aparentemente estagnada.

Os que permaneceram podem ter seu mérito de conquista da terra reconhecido, seja por compra ou usucapião, o que se leva em consideração aqui são as adaptações por que precisaram passar e a característica que a comunidade acabou adquirindo em todos esses anos de vivência no M. G., a fim de habitar um local isolado do próprio município. As propriedades por sua vez, apesar de serem pequenas e vistas como pobres, como abordado no item 3.5.2 (*A comunidade rural votada como a mais pobre*), têm um valor de reserva financeira, que é mantido por eles, independente de ser produtiva. Enfim, o ambiente em que eles vivem não é objeto de preocupação.

De acordo com as constatações, dificilmente a prioridade das famílias em todos esses anos foi tornar a propriedade produtiva, principalmente devido ao objetivo inicial da comunidade relacionado à moradia no M. G., (para atender a uma demanda das firmas por trabalhadores que encarassem o trabalho nas minas de exploração – um tipo de trabalho geralmente com caráter temporário, pois uma reserva de minerais não é renovável), e com o avanço na idade da população mais recentemente.

A população de Morro do Gabriel, apesar de ser identificada como pobre ou a mais pobre de Ouro Branco apresenta, relativamente, um sentimento de satisfação em poder viver numa região que, no passado, era expressão de riqueza e dinamismo. Esse sentimento de satisfação talvez seja uma tradução ou uma forma de exprimir a importância (ou a participação) que os entrevistados tiveram no dinamismo econômico do Morro do Gabriel.

Outra leitura pode identificar que a persistência das privações ao bem-estar pode interferir na motivação de um grupo, as mudanças podem parecer impossíveis ou trabalhosas, remetendo à resignação. A resignação dos grupos sociais pobres também pode ser expressão de um comportamento passivo, tendo como um dos condicionantes a cautela frente a possíveis reações indesejadas (FIALHO, 2005). Qualquer mobilização de repulsa à condição de pobreza poderia inflamar a ira dos governantes ou dos ricos, e, conseqüentemente, dar início a um processo de reivindicação de terras que foram apropriadas por parte da população local.

4.3 As Instituições de apoio e o seu papel

O conjunto de instituições listadas pelas famílias foram basicamente as mesmas, de naturezas diferentes, incluindo uma governamental e outra de assistência técnica: *Só a Prefeitura e a Emater mesmo. (Morador 4 do Morro do Gabriel)*. O papel das instituições hoje é mais crucial que no passado. Paradoxalmente, no passado elas estavam mais presente na comunidade oferecendo mais serviços e com mais regularidade, como relata o Morador 1:

A Prefeitura ajuda de vez em quando, manda um jericó arar a terra. Antes ela dava tudo. No início a gente num pagava nada, agora a gente paga a hora. Ela dava até o adubo. Mas apareceu uma pessoa aí que levou os adubos da Prefeitura, e não plantou milho, vendeu os adubos tudo. Depois a Prefeitura descobriu e cortou. Agora quem quiser compra. A Emater também ajuda, dá os trem pra pessoa fazer a plantação. Vinha um povo de Ouro Preto (O.P.) mas pararam de vim e veio o de Ouro Branco (O.B.). Porque o povo daqui parou de votar em O.P., transferiu o título pra O.B.. Mas foi tudo votar em O.B., só eu que não fui. Eu pensei “Não, não vou caçar O.B. não, porque em O.P. é mais fácil de eu ir e voltar. Mas o resto tudo aí vota em O.B.. Mas se não tivesse a firma aqui também num tinha nada. (Morador 1 do Morro do Gabriel).

As instituições citadas, Prefeitura e Emater, pode-se dizer que funcionam como *facilitadoras* – facilitam a comunicação da comunidade com o centro urbano e também com as unidades de saúde. Nem todos possuem meio de transporte próprio, tornando-se dependentes de ajuda de terceiros (vizinhos, amigos, colegas de trabalho) ou das instituições. O perfil dos moradores – em

grande parte, a caminho da terceira idade – são pessoas mais vulneráveis e propensas a contração de doenças, exigindo uma infraestrutura pública mais adequada de que têm direito: “A médica aqui vem uma vez ao mês, agora pra consulta só em Ouro Branco mesmo. Ela vem, olha as crianças, mede pressão, tudo. Ela marca consulta pra nós também.” (Moradora 3 do Morro do Gabriel)

Como exposto anteriormente no item 4.2, o caráter de uso não produtivo da terra passa a determinar um papel secundário da Emater naquela comunidade, atendendo eventualmente alguns pedidos.

Por outro lado, os serviços de saúde e educação são mantidos com frequência adequada, eles não atendem somente ao Morro, mas também outras comunidades vizinhas. Nesse sentido, a Prefeitura passa a ter um papel essencial, facilitando a introdução das crianças na vida escolar e mantendo a segurança da saúde da família, como expôs o Morador 2:

[...] Mas tem um médico uma vez por mês, se precisar de um remédio eles trazem. De Cachoeira tem uma Kombi que vem buscar os meninos pra levar pra escola e tem outra de Ouro Branco também. (Morador 2 do Morro do Gabriel)

4.4 Qualidade de vida segundo a Comunidade

Semelhante à abordagem da pobreza mais aceita ultimamente, a qualidade de vida é um assunto relativo à multidimensionalidade. Mas qualidade de vida não é necessariamente uma função do bem-estar material, embora necessário a um nível mínimo. Qualidade de vida tem mais a ver com a saúde psicológica das pessoas, relacionada à dignidade, coragem, habilidade para amar, medo, ansiedade, criatividade, entre outros (STOCKDALE, 1972). Do ponto de vista da ONU, a qualidade de vida está relacionada à satisfação do cidadão, no que diz respeito às boas condições de trabalho, aos serviços de saúde e seguro de vida, ao conhecimento, ao acesso à alimentação, à segurança, ao lazer e à participação nas atividades econômicas, culturais e políticas da comunidade. Dessa maneira, qualidade de vida é entendida como

um bem ou produto essencial à satisfação das necessidades de um indivíduo ou uma comunidade.

De maneira similar a visão da ONU, para as famílias do M. G. a qualidade de vida estaria relacionada a uma ideia de movimento, onde há uma dinâmica própria que imprime no local características peculiares. Esta ideia também é compartilhada por Culyer, citada por Martins (2002), onde a introdução das características das pessoas amplia a visão sobre a qualidade de vida, pois elas passam a ser juízas das suas próprias necessidades de bem-estar. Por mais que a comunidade sinta a rotina como um fator anti-dinamizador, a ideia que o depoimento do Morador 2 transmite é que as relações de trabalho dignificam o ser humano, conferindo mais vida ao dia-a-dia das pessoas:

A vida aqui a gente já está acostumado com ela. A gente tá aqui, é empregado, mas pra muitos aqui é parado né, porque não tem o que fazer. Eu to aqui até hoje porque eu tenho emprego. (Morador 2 do Morro do Gabriel)

É possível verificar também no depoimento, que a concepção intrínseca do Morador veio acompanhada do julgamento que as pessoas de fora fazem sobre o local, e esta foi oposta à visão dos moradores. Uma interpretação mais direta que se pode fazer é que para a comunidade a qualidade de vida que o local oferece é suficiente para atender suas expectativas, apesar de eles terem em mente que os outros vêem o local como estagnado no tempo. Neste caso não parece que o modo como os outros vêem os influenciam, o que cria uma barreira natural contra a imposição de algum padrão de vida externo à realidade das famílias. Uma interpretação alternativa leva a pensar que as famílias podem preferir mostrar-se satisfeitas com a situação de vida local para que se evite ou não haja uma intervenção externa desagradável no local.

4.5 Desenvolvimento segundo os “pobres” rurais

Os valores ligados a um local desenvolvido, para os identificados como pobres na área rural, passam por uma condição semelhante daquela almejada para se ter qualidade de vida visto no item 4.4. Desenvolvimento na concepção

da comunidade não é algo que dependa intrinsecamente do ser humano para acontecer, mas depende das condições do meio exterior, especialmente norteadas pelas metas limitadas como emprego e acesso a serviços públicos. De forma ilustrativa, segundo o Morador 5, “Ser desenvolvido é quando a gente tem estrada, tem recurso pra plantar.” (Morador 5 do Morro do Gabriel).

De acordo com os depoimentos abaixo, é possível ilustrar as considerações supracitadas.

Desenvolvido é um lugar que deve dar muita renda, aqui já num dá lucro pra nada. [Por que o pessoal está aqui então? Indaguei.] O Geraldo ali é empregado da Prefeitura, meu neto trabalha numa firma aí que nem o nome eu sei; antigamente era Mineração Geral do Brasil; ela acabou e agora é outra. Tem outro que trabalha em Saramenha, como torneiro mecânico. (Morador 1 do Morro do Gabriel)

Aqui num tá desenvolvendo não, tá é atrasando mais. Mas eu acho que se desenvolver muito, acaba ficando até ruim. Pra desenvolver mais aqui tinha que ser com uma firma, porque do contrário não desenvolve. (Morador 2 do Morro do Gabriel)

Aqui é um lugar muito sem recurso. Lugar de recurso aqui só se for Cachoeira ou Ouro Branco. Lá se pessoa precisar de um médico tem lugar pra consultar, aqui já não tem; comida a gente tem que trazer de uma vez da cidade; escolas pros meninos é Cachoeira ou Ouro Branco. (Moradora 3 do Morro do Gabriel)

Em relação à fala do Morador 2, “Pra desenvolver mais aqui tinha que ser com uma firma”, é importante traçar um paralelo com as ideias de Irwin et al. (2010). Esse autor inferiu que Gabe e Kraybill (2002) forneceram evidências de que um local com base em política de desenvolvimento rural que renuncia a impostos ou fornece subsídios para seduzir as empresas a empregar mais pessoas em localidades rurais podem fazer nada mais do que aumentar o lucro líquido dos proprietários ausentes. Não há garantia de que as empresas irão redirecionar novas receitas para contratar mais empregados locais. De fato, o lugar baseado em políticas pode simplesmente introduzir incentivos perversos. Em caso de quebra maior de impostos os subsídios são direcionados para lugares com maior desemprego, quanto menos as empresas fazem para reduzir o desemprego local, maiores são seus ganhos a partir de transferências de política. Além disso, as empresas que não dependem do poder de compra local para suas vendas, perseguido pelas indústrias de exportação, têm os mais fracos incentivos para reduzir o desemprego local ou a oferta de salários locais.

Ampliando a leitura dos depoimentos acima, a noção de desenvolvimento ligada à renda – colocada diretamente pelo Morador 1 ou indiretamente pelo Morador 2 – remete à abordagem econômica da vida que privilegia um “desenvolvimento de coisas”, a uma produção de bens e utilidades massiva capaz de atender ao padrão de consumo imposto pela economia mundial; esta, por sua vez, é a responsável por criar um pacote de necessidades para as pessoas, levando-as conseqüentemente a uma sensação duradoura de escassez, onde tanto o pobre quanto o rico acabam por almejar possuir sempre mais do que já possuem. Apesar dos dois serem passageiros numa mesma estrada, independente do nível de desenvolvimento alcançado por uma sociedade, o pobre acaba sendo mais prejudicado com a lacuna resultante entre as suas necessidades e os escassos recursos disponíveis.

À medida que o desenvolvimento econômico avança, novas necessidades vão aparecendo e culminando em um ciclo vicioso, no qual se deixa transparecer que, por mais que as necessidades possam ser definidas, elas caem em contradição com a função atribuída à economia de satisfazer essas necessidades. Essa leitura pode ser identificada na segunda afirmação do trecho retirado da fala da Moradora 2, onde ela afirma “Aqui num tá desenvolvendo não, tá é atrasando mais. Mas eu acho que se desenvolver muito, acaba ficando até ruim.” Desenvolver continuamente dentro de um paradigma econômico, criando e recriando conjuntos de necessidades, pode paradoxalmente acentuar as diferenças sociais, uma vez que quando um conjunto de necessidades se desvaloriza, cria-se novo conjunto, o que leva a uma destruição de várias atividades humanas, que para muitos é vital para saciar suas necessidades, mas que acabam gerando efeitos insatisfatórios a longo prazo (RAHNEMA, 2000). O desenvolvimento em si da comunidade tem se concebido na realização das necessidades das pessoas, que por sua vez são satisfeitas nas relações humanas que preservam dentro dos seus espaços, diante atitudes de solidariedade, cooperação e reciprocidade.

4.6 A percepção de pobreza para a Comunidade

A comunidade mais pobre definida pela concepção “out” foi o Morro do Gabriel. Neste espaço, é a vez desta comunidade expressar a sua percepção “in” com relação ao tema infundável da pobreza. Vários foram os estudos desenvolvidos até os anos 80 sobre as condições dos pobres, e mais recentemente o desenvolvido no ano 2000 pelo Banco Mundial. Para alguns estudiosos, devido à riqueza empírica dos estudos já realizados, ter-se-iam informações suficientes das condições dos pobres. Contudo, enquanto a pobreza persistir e o governo insistir em políticas que dizem respeito aos pobres, haverá motivos para que se continue a investigar o tema e descobrir novas verdades.

Assim, a pobreza para os que estão de dentro dela é:

Pobreza é este lugar que num tem emprego pra pessoa trabalhar, num tem jeito, tem que ser pobre mesmo. Num tem como a pessoa desenvolver. Aqui tem uma família “mais ou menos”, dependendo de **Bolsa Família** – mas aqui no Morro só tem uma. (Morador 1 do Morro do Gabriel, grifo da autora)

O pobre mesmo coitado, ele vive aí debaixo da ponte com saco nas costas carregando, num tem moradia num tem nada. Agora aqui **moradia, graças a Deus, todo mundo tem**. Bom ou ruim, todo mundo tem. Pobre pobre mesmo, como Jó que eles falam aqui não tem não. A pobreza pior é a pobreza de espírito. Esta é braba. Num desenvolve nada na vida e num faz nem pra ele. Existe o **preguiçoso**, porque ele acaba sendo pobre, porque ele às vezes tá em cima da riqueza e morrendo na miséria, ele acaba sendo pobre viu. A gente não precisa de prédio, de um palácio pra morar não; pode ser uma casinha simples – tendo o que comer e beber, Deus dando saúde, tá bom demais. Aqui só não planta quem não quer. (Morador 2 do Morro do Gabriel, grifo da autora)

Pobreza é quando as pessoas passam fome e tudo, mas graças a Deus aqui ninguém passa. Aqui o que ganha é o que gasta. Eu não acho que aqui tem pobreza não, todo mundo planta um tiquim, quebra um galho, ajuda. (Moradora 3 do Morro do Gabriel, grifo da autora)

Pobreza que precisa de ganhar esmola aqui não tem. Pobre é a pessoa que não tem nada, não tem nada de onde tirar, num guenta trabalhar, nem uma água pra tomar e bendizer, isso eu acho que é uma pobreza. **Por aqui não tem pobre não**. A pessoa pra ser pobre ele num pode ter onde trabalhar, ganhar um dinheiro. Mas **a pessoa que pode e guenta trabalhar, aí não pode ser considerada pobre não**. (Morador 4 do Morro do Gabriel, grifo da autora)

Pobreza, pobreza mesmo aqui não tem não. Mas tem muitas pessoas aqui que não querem saber de trabalhar. **Não tem pobre, não tem gente querendo desenvolver, é diferente**. (Morador 5 do Morro do Gabriel, grifo da autora)

Mesmo contando com as armadilhas de análise e imposição das categorias externas nas diversas respostas, valores e realidades, é curioso notar como que, de forma comum e marcante, as mesmas dimensões atravessam outras culturas e contextos. Este estudo desenvolvido em escala local é compatível com outras pesquisas em outras regiões, como o estudo de FIALHO sobre Rincões no RS, em nível de Brasil como o Vozes dos Pobres ou, de maior alcance, Consulta aos Pobres do Banco Mundial. Embora haja semelhança nos resultados, especialmente no que diz respeito a visão dos pobres sobre eles mesmos, a discussão em torno da pobreza não parece ter se modificado no sentido de absorver o protesto dos pobres de continuarem a ser denominados como tal.

Nas exposições acima sobre a pobreza encontra-se não só uma nova oportunidade de reforçar-se o entendimento sobre a pobreza para os pobres, mas também de servir de instrumento para atualizar as ideias que condizem à sua mentalidade. Entender as concepções de pobreza que permeiam a mentalidade rural pode ser mais relevante que levantar as necessidades das pessoas, já que como se viu anteriormente essas nunca serão satisfeitas em sua plenitude. Aqui, uma forma encontrada de valorizar todas as opiniões foi expor todas as narrativas; para isso elas foram propositalmente transcritas e enfileiradas para que se possa facilitar a comparação entre os discursos e a leitura dos pontos comuns.

O conceito de pobreza de Amartya Sen, dentro da abordagem das capacidades, está muito presente neste estudo. A pobreza para os “pobres” rurais é entendida como falta de capacidade para trabalhar, falta de iniciativa ou de interesse das pessoas de desenvolver suas capacidades. Ela existe para os “pobres” quando uma pessoa depende de um recurso federal (Bolsa Família), não tem moradia, nem um emprego.

A concepção de Rahnema de que a pobreza é uma criação humana também é percebida na leitura das narrativas. Os conceitos urbanos criados para definir a pobreza e ser aplicados na realidade não se verificaram na prática, pois para os que foram apontados como “pobres” rurais deste estudo, a pobreza não está presente no seu meio (afirmação presente nas falas da maioria dos Moradores do Morro do Gabriel). Apesar de a concepção urbana enxergar a

pobreza na comunidade rural Morro do Gabriel, ela não é sentida pelos seus moradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem são os pobres então? A percepção *out* e a percepção *in* – como encontrar a intersecção entre diferentes interpretações?

O processo de desenvolvimento muitas vezes é doloroso, nem sempre é encadeado de realizações satisfatórias. Desafios apontados neste estudo sobre o desenvolvimento regional podem ser amenizados se fossem resolvidos os problemas apontados pelos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica: os ajustes no crescimento demográfico, o controle da migração, o combate ao tráfico de drogas e olhares atentos sobre a mídia.

Melhorar as condições de trabalho do homem do campo é algo que deveria que ser realizado continuamente, independente da arena de poder montada por uma gestão municipal. O processo de melhoria contínua do campo iria trazer resultados efetivos e duradouros para o desenvolvimento rural almejado.

Ouro Branco é uma cidade planejada que surgiu a partir de um projeto ambicioso e vem demonstrando sérias limitações de expansão e crescimento, o que antes era tido como uma certeza incontestável. As alternativas de desenvolvimento buscadas, frequentemente contemplam a ampliação da base produtiva que complemente os ramos industriais pré-existentes, a utilização do pequeno capital local/regional empatado na criação de incubadoras de empresas e, mais recentemente, investimentos na cidade que favoreçam o turismo histórico-ecológico. Não se sabe até que ponto as alternativas de desenvolvimento “econômico” podem suprir a necessidade de expansão atual (populacional, de infraestrutura, serviços, produtivas, ambiental, cultural etc.).

A trajetória do desenvolvimento do município teve início em diferentes momentos, mas sempre desembocou na dependência da indústria. Seu passado colonial não deixou fortes heranças, como é visto em outros municípios, como Ouro Preto. A presença e influência do campo na vida das pessoas era muito marcante no período colonial. O campo sustentava a incipiente cidade que nascia. Este cenário se inverteu após a chegada da siderurgia na região. Em um processo contundente de desapropriação de terras, o desenvolvimento passou

de um caráter rural para eminentemente urbano e passou a ser caracterizado por meio de alguns indicadores que mantêm estreita relação com o desempenho industrial.

De rural a mono-industrial privado. A trajetória de desenvolvimento municipal na visão *out* urbana tem seu marco inicial na vinda de uma empresa de grande porte; mas que hoje, mais amadurecido, percebe a necessidade emergente de encontrar seus próprios meios de gerar renda, em empreendimentos que não só atendam à grande organização, mas também pensando em criar outras relações para a sustentação do seu mercado. Ouro Branco é considerado a última cidade planejada, ocorrido em meados dos anos setenta, como base urbana de apoio à instalação de uma usina siderúrgica de grande porte – a Açominas.

Desenvolver continuamente dentro de um paradigma econômico, criando e recriando conjuntos de necessidades, pode paradoxalmente acentuar as diferenças sociais, uma vez que quando um conjunto de necessidades se desvaloriza, cria-se novo conjunto, o que leva a uma destruição de várias atividades humanas, que para muitos é vital para saciar suas necessidades, mas que acabam gerando efeitos insatisfatórios a longo prazo. O desenvolvimento em si das comunidades rurais vem se concebendo na realização das necessidades das pessoas, que por sua vez são satisfeitas nas relações humanas que preservam dentro dos seus espaços, diante atitudes de solidariedade, cooperação e reciprocidade.

Mesmo contando com as armadilhas de análise e imposição das categorias externas nas diversas respostas, valores e realidades, é curioso notar como que, de forma comum e marcante, as mesmas dimensões atravessam outras culturas e contextos. Este estudo desenvolvido em escala local é, grosso modo, compatível com outras pesquisas em outras regiões, como o estudo de Fialho sobre Rincões no RS, Vozes dos Pobres em nível de Brasil ou, de maior alcance, Consulta aos Pobres do Banco Mundial. Embora haja semelhança nos resultados, especialmente no que diz respeito à visão dos pobres sobre eles mesmos, a discussão em torno da pobreza não parece ter se modificado no sentido de absorver o protesto dos pobres de continuarem a ser denominados como tal.

O êxodo rural, considerado potencializador da desigualdade, é automaticamente responsável pelo aumento da pobreza e a causa dos impactos sociais negativos nos centros urbanos. Neste estudo, esta constatação não se confirmou, uma vez que a pobreza não é algo que na realidade existe, pois é um termo utilizado para se referir a outros problemas, ligados a desigualdade, a fome, ao desemprego, ao analfabetismo, falta de moradia, mas ela não existe em si própria. O êxodo que trouxe muitos moradores do meio rural para a cidade foi, pois, responsável pela criação de novos bairros, que conseqüentemente passaram a necessitar de infraestruturas básicas (saneamento, energia, asfalto, iluminação pública etc); pressionou o aumento da oferta de vagas na educação, o aumento de trabalhadores na saúde, aumentou a circulação de pessoas na cidade, modificou a demanda por alimentos, entre outros. Obviamente o êxodo causa impactos no meio e exige melhorias no que concerne ao planejamento urbano. Para isso as autoridades devem estar atentas para conseguir atender as novas demandas, com uma política de inclusão dos novos moradores que chegam aos centros urbanos, a fim de sustentar o desenvolvimento urbano e social.

As percepções são subjetivas e socioculturais. As faltas ou deficiências materiais atribuídas aos pobres auxiliam na compreensão da pobreza nas suas concepções. Porém, o conceito em si só se realiza quando uma ou mais daquelas materialidades são sentidas pelo indivíduo como uma expressão de pobreza. Quando isso acontece, a ideia contida no indivíduo da privação de que sofre pode ser aguçada pelo sentimento de impotência em superar a situação, mesmo quando ela se remete a causas metafísicas ou não-materiais. Essa ideia própria, também se pode falar “a consciência do pobre”, é inevitavelmente influenciada pela maneira como os outros o vêem. Assim, a mentalidade daqueles identificados como pobres é influenciada por fatores intrínsecos e extrínsecos: os fatores intrínsecos estão intimamente relacionados à consciência e ao sentimento, e os fatores extrínsecos se ligam ao julgamento que vem dos outros, suas percepções e interpretações.

As percepções “out”, de modo generalizado, apontaram a pobreza como estando enquadrada na dimensão das materialidades.

Apesar da comunidade do Morro do Gabriel ter sido apontada como a mais pobre, as famílias não se consideraram como sendo pobres, tampouco demonstraram sentimentos de impotência diante dos fatos, de vulnerabilidade, de insegurança, de exclusão ou de deficiência de alguma materialidade. Outros sentimentos, no entanto, foram observados como humildade, conformismo, preocupação, tranquilidade e apego a Deus.

As diferentes maneiras de ver o pobre têm levado a humanidade muitas vezes a mascarar os verdadeiros problemas que se escondem por trás da situação das pessoas. A própria abordagem multidimensional do conceito da pobreza já aponta para uma situação complexa incompreendida. A pobreza de forma genérica não tem mais expressado suficientemente as reais necessidades das pessoas. Pelo contrário, já se sabe que ela foi construída para criar necessidades e estigmas no mundo.

Uma relevante contribuição deste estudo, ciente do seu caráter empírico e da sua limitação de se basear em relatos de pessoas, informou-nos que o sentido da pobreza no campo foi modificado desde quando questões da história agrária começaram a tomar outras direções, com características marcantes de maior liberdade e organização do trabalhador rural.

Nas percepções “in” sobre a pobreza, encontra-se não só uma nova oportunidade de reforçar-se o entendimento sobre a pobreza para os pobres, mas também de servir de instrumento para atualizar as ideias que condizem à sua mentalidade. Entender as concepções de pobreza que permeiam a mentalidade rural pode ser mais relevante que levantar as necessidades das pessoas.

No âmbito das políticas públicas, as implicações estariam relacionadas ao uso indevido do termo pobreza quando aplicado a determinado público alvo. Este público obviamente seriam os pobres, porém uma vez que eles não se enquadram como pertencentes a esta categoria, e não apresentam problemas de insuficiência de renda, as PP continuariam a não alcançar o seu alvo e objetivos, bem como desperdiçar recursos da sociedade. É importante os planejadores conhecerem as causas dos problemas que podem estar encobertos pela pobreza.

O objetivo deste trabalho é contribuir para o entendimento da mentalidade dos pobres, com o foco na área rural, valorizando os seus entendimentos sobre a pobreza e seus anseios em relação a uma sociedade desenvolvida.

Assim, o objetivo foi atingido na medida em que o estudo deu vozes aos “pobres rurais”, identificou e analisou as naturezas distintas de compreensões sobre a pobreza advinda dos indivíduos que julgam os pobres e daqueles que são julgados como pobre.

Foi possível encontrar alguns pontos de intersecção entre os que estão *out* e os que estão *in* na caracterização e definições de pobreza. A hipótese de que a relação entre as percepções *out* e *in* não são congruentes não é totalmente verdadeira, pois os conceitos de pobreza de renda foram encontrados nas duas concepções. Entretanto, os de fora apontam para a existência de uma pobreza rural que não existe para os “pobres” rurais.

Em linhas gerais, as percepções *out/in* se ligam a materialidades, porém a influência do meio (urbano ou rural) confere um sentido diferente aos termos narrados.

A percepção *out* identifica a pobreza como a destituição de um fator externo, material. De outro modo, a percepção *in* limita o termo à falta de capacidade (em conseguir um emprego, de trabalhar), mas não acreditam que a pobreza está presente no seu meio. Isso significa que a pobreza para os “pobres” não se associou a fatores materiais, ela se relaciona a características intrínsecas às pessoas. No Morro do Gabriel, em especial, foi apontado como “pobre” aquele que recebia o recurso do Bolsa Família.

Como consideração final, as percepções *in* não sentiram a expressão da pobreza e, portanto, as percepções *out* não adquiriram o significado associado a essa palavra, como consequência, a pobreza não atinge o conceito “em si”. Isso implica na necessidade de se repensar o uso do termo e, também, é uma nova oportunidade de reforçar o entendimento sobre a pobreza a partir dos pobres (rurais), assim como servir de instrumento para atualizar as ideias que condizem à sua mentalidade.

Nesse sentido, estudos dessa natureza ainda são poucos, principalmente devido ao seu caráter abstrato inerente à percepção subjetiva do assunto. Sugere-se que sejam desenvolvidos outros estudos desta natureza, de âmbito

rural, que utilize novas metodologias e os estudos empíricos já realizados, para que possa ser construída uma base mais sólida de literatura nesta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, C.; MAXWELL, S. Rethinking Rural Development. **Development Policy Review**, 2001, p. 395-425.

BANCO MUNDIAL. **Vozes dos pobres**. Brasil, 2000. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 30 de maio de 2010.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2010**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators/wdi-2010>>. Acesso em: 18 fev. 2011; 22 mar. 2011.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2009**. Versão digital.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BLANCO, M.; ALEGRE, S.; JIMÉNEZ, D. I. Reflexiones sobre las limitaciones conceptuales de la pobreza rural. **Trabajo y Sociedad**. Santiago del Estero, vol. XIII, n. 14, 2010.

BUARQUE, S. **Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza**. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. (org.). IICA. Recife/Brasília, 2006. v. 4. p. 55-79.

CAETANO, M. A. **Previdência Social e Distribuição Regional da Renda**. Texto para Discussão, Brasília: IPEA, n. 1318, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/ DATER-IICA, 2004. p. 95-118.

CHADE, J. Banco Mundial cria nova linha internacional da pobreza. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,banco-mundial-cria-nova-linha-internacional-da-pobreza,231143,0.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

CHAMBERS, R. Power, knowledge and policy influence: reflections on an experience. In.: BROCK, K.; McGEE, R. (eds) **Knowing Poverty**: critical reflections on participatory research and policy. London, 2002.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL. Congresso Nacional. **Relatório Final nº1**. Brasília, 1999.

COSTA, H. S. M.; COSTA, G. M.. Ouro Branco/Açominas: um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria? **GEONOMOS**, v. 6, n. 2, 1998. p. 65-72.

DEMO, P. **Pobreza política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas: Editora Autores Associados, 1996. p. 1-27.

EDWARD, P. The Ethical Poverty Line: a moral quantification of absolute poverty. **Third World Quarterly**. v. 27, n. 2, 2006.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria: UFSM, Ano XV, jan./jun. 2008.

FIUZA, A. L. C.; ALMEIDA, A. C. A assistência técnica e a extensão rural no período Pós-Fordista: uma reflexão acerca do caráter tutelar da extensão rural. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. **Anais...**, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21, jun. 2000.

GERMANO, R. Estudos do IICA alertam que a população rural e a pobreza no Brasil podem ser ainda maiores do que a estimada pelo Governo Federal. **IICA Escritório Brasil**, Brasília, 13 Mai. 2011. Disponível em: <www.iica.int>. Acesso em: 13 mai. 2011.

IBGE. Banco de dados IBGE Cidades. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2011.

IFAD. **Rural Poverty Report 2011** – New realities, new challenges: new opportunities for tomorrow's generation. Rome: Quintily, nov. 2010.

IFDM. **IFDM: 40 milhões ainda não têm saúde, educação e emprego de qualidade**. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 30 set. 2010.

IRWIN, E. G. et al. A Century of Research on Rural Development and Regional Issues. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 92, n. 2, 2010.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. UFRGS: Porto Alegre, 2008.

KAKWANI, N. Poverty and Wellbeig. In: **Poverty in Focus**. UNDP International Poverty Centre (IPC): Brasília, dec., 2006.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it Matter that we do not agree on the Definition of Poverty? A Comparison of Four Approaches. **Oxford Development Studies**. Working Paper n. 107, sep. 2003.

LAVINAS, L. **A melhor linha de pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/ APARTE, 2005.

MALUF, R.; MATTEI, L. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.) **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 16-26. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Edição Especial)

MARTINS, C. H. B. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 171-188, 2002.

MOREIRA, R. C. Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 4, out./dez. 2009.

NEDER, H. D.; SILVA, J. L. M. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, set. 2004.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40(1), mar./abr, 2006.

PINTO, A. Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. **Revista de Economia Política**, vol. 2/1, n. 5, 1982.

POCHMANN, M. Políticas de combate à pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE: desempenho da economia do RS**. Porto Alegre: FEE, jan. 1994. v. 21 n. 4.

RAHNEMA, M.. Pobreza. In.: SACHS, W.. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, 2000. Editora Vozes. p.229-250.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV 2003. 244 p.

SACHS, J. **The Diary of Jeffrey Sachs and Angelina Jolie in Africa** (Parts 1, 2 e 3). África, 2005. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=uUHf_kOUM74>. Acesso em: 15 jan. 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. 409 p.

SOUSA, R. M. G. **Pobreza**: um diálogo sem consenso. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

STOCKDALE, J. D. Poverty and quality of life: a perspective. In: Rural Sociological Society, 1972, Baton Rouge. **Annual Meeting**, 1972.

TOWNSEND, P. The meaning of poverty. **The British Journal of Sociology**, online, v. 61, Issue Supplement s1, p. 85-102, jan. 2010.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, Campinas, v.15, n. 43, 2001.

VELHO, G. Becker, Goofman e a Antropologia no Brasil. **Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, n. 38, 2002.

Apêndice A – Imagens do Morro do Gabriel



Foto 1 – Chegada ao Morro do Gabriel (M. G.), Ouro Branco, MG.



**Foto 2 – Vista da antiga Escola que funcionava na comunidade do M. G..
Hoje a Escola funciona como abrigo para uma família.**



Foto 3 – Pousada em construção no M. G.. A região é um dos focos do turismo eco-histórico.



Foto 4 – Casa de um dos moradores no M. G..



Foto 5 – Vista plana do M. G.. Aos fundos da foto, casa de um morador local. A cruz no centro representa um símbolo da religiosidade local.

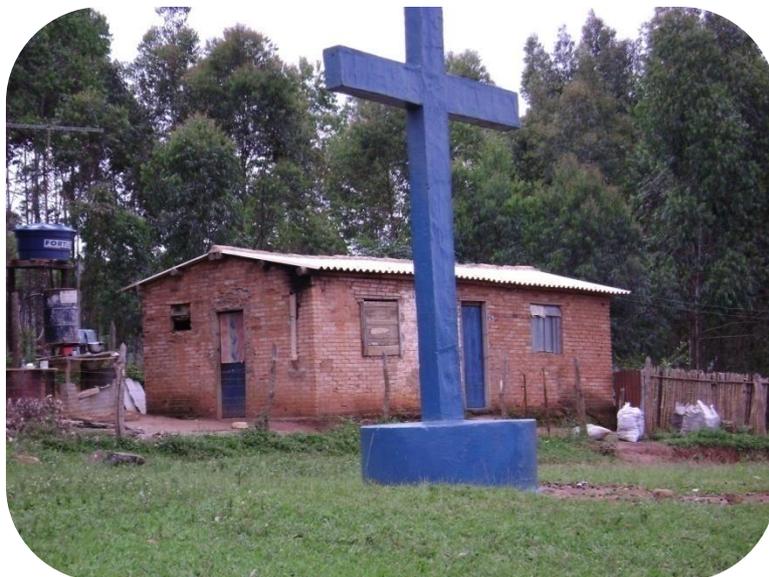


Foto 6 – Um ângulo diferente da mesma vista da foto 5, enfatizando a estrutura de uma casa do M. G..



Foto 7 – Igreja do M. G. onde é celebrada uma missa todo primeiro sábado do mês e a Festa de São Vicente de Ferrer em Agosto.



Foto 8 – Casa de uma família que deixou a comunidade do M. G.



Foto 9 – Antiga sede da Mineração Geral do Brasil Ltda.



Foto 10 – Casa de madeira e lona abandonada no M. G.. As construções eram feitas de materiais encontrados na própria região, como madeira e barro.



Foto 11 – Casa de madeira e barro abandonada no M. G..

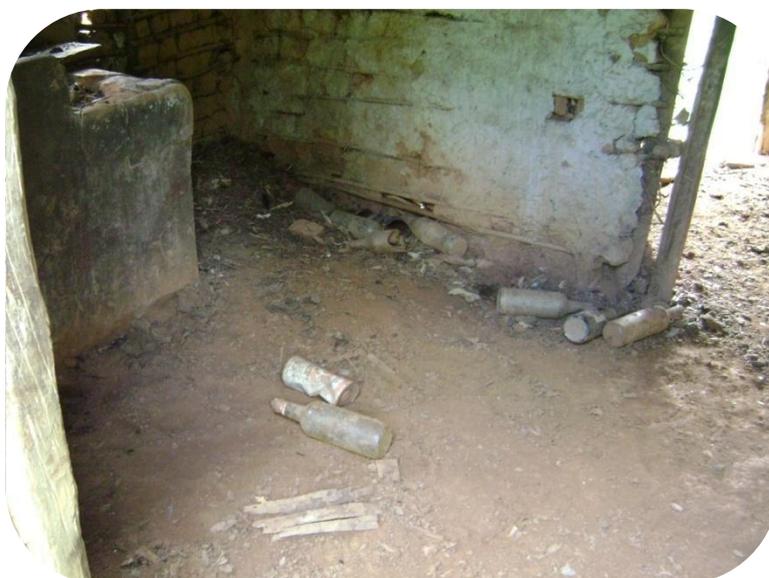


Foto 12 – Imagem registrada de dentro da casa da Foto 11, no cômodo utilizado como cozinha.



Foto 13 – Comunidade do M. G.